

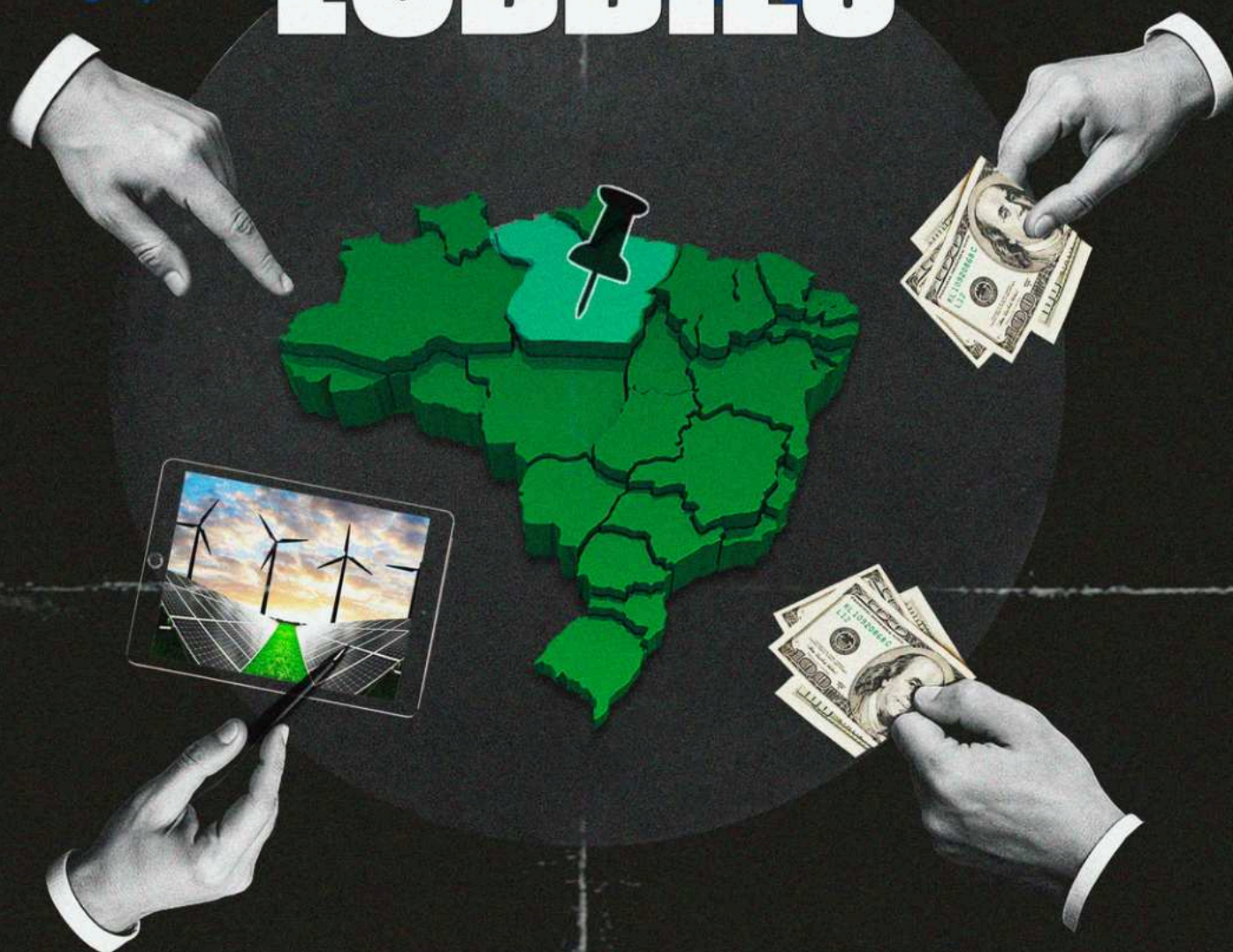


DE OLHO  
NOS RURALISTAS  
Observatório do agronegócio no Brasil



FASE  
[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

# A COP DOS LOBBIES



Como empresas e interesses privados  
capturam as negociações climáticas na **COP30**





**Coordenação editorial:** Alceu Luís Castilho, Maureen Santos e João Vitor Sooma

**Pesquisa:** Bruno Stankevicius Bassi, Alceu Luís Castilho e Bernardo Fialho

**Texto:** Bruno Stankevicius Bassi

**Edição:** Alceu Luís Castilho

**Revisão:** Maureen Santos e João Vitor Sooma

**Edição gráfica:** Felipe Fogaça

**Projeto gráfico:** Felipe Fogaça e Vanessa Nicolav

**Assessoria de imprensa:** Elenita Fogaça

**Apoio:**

**misereor**  
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO, ENVIE UM EMAIL PARA [CONTATO@DEOLHONOSRURALISTAS.COM.BR](mailto:CONTATO@DEOLHONOSRURALISTAS.COM.BR)

Esta publicação é registrada em nome do observatório De Olho nos Ruralistas e da Fase, mas pode ser utilizada gratuitamente para fins de advocacia pública, campanhas, pesquisa e educação, resguardada a menção completa da autoria. A cópia, tradução ou adaptação de partes ou da íntegra do documento em outras publicações deve ser previamente consultada, podendo haver cobrança. Para quaisquer dúvidas consultar através de email.



As informações disponíveis nesta publicação foram checadas e estão atualizadas até a data da publicação.

De Olho nos Ruralistas enviou pedidos de informação a todas as pessoas e empresas citadas neste relatório. Foram incluídas no texto final as respostas enviadas em tempo hábil para publicação. Comunicações recebidas após o prazo estabelecido, serão publicadas no site: [deolhonosruralistas.com.br](http://deolhonosruralistas.com.br)





---

# ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	6
------------------	---

DESTAQUES DO RELATÓRIO	7
------------------------	---

APRESENTAÇÃO	9
--------------	---

## CASOS

• BAYER	12
• BTG PACTUAL	18
• COSAN	24
• ITAÚ	38
• MARFRIG	44
• NORSK HYDRO	51
• SUZANO	60
• VALE	70

CONCLUSÃO	80
-----------	----

REFERÊNCIAS	82
-------------	----









# RESUMO EXECUTIVO

## A COP DOS LOBBIES: COMO EMPRESAS E INTERESSES PRIVADOS TENTAM CAPTURAR AS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS NA COP30

### RESUMO

Fruto da parceria entre o observatório De Olho nos Ruralistas e a Fase - Solidariedade e Educação, o relatório "A COP dos Lobbies" investiga a influência crescente de grandes corporações brasileiras e de multinacionais nas negociações e nos espaços de deliberação da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em Belém (PA).

O estudo mostra como o discurso da sustentabilidade corporativa e da transição verde vem sendo instrumentalizado por empresas com extensos passivos socioambientais, transformando a cúpula climática em um balcão global de negócios e relações públicas. A lista de empresas analisadas inclui: Bayer, BTG Pactual, Grupo Cosan (Raízen e Rumo Logística), Itaú Unibanco, MBRF (Marfrig e BRF), Norsk Hydro, Suzano e Vale.

### METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em análise documental e discursiva de materiais institucionais, campanhas e relatórios empresariais; monitoramento de investimentos, patrocínios e participação em eventos preparatórios para a COP30; e levantamento de dados públicos (Ibama, CVM, TSE, tribunais de justiça, relatórios de organizações internacionais, artigos científicos e imprensa).

Os resultados são apresentados por meio de estudos de caso de oito empresas e setores estratégicos, com foco em suas conexões políticas, estratégias de lobby setorial e estratégias de greenwashing.



---

# DESTAQUES DO RELATÓRIO

1. A COP30 como vitrine e laboratório de financeirização da natureza: bancos, mineradoras e empresas do agronegócio pautam a agenda da COP30 por meio da divulgação de programas de descarbonização, créditos de carbono e metas de net zero, com o objetivo de disseminar iniciativas brasileiras para outros países do Sul global. Essa intenção é expressa abertamente por líderes setoriais, como o enviado especial de agricultura para a COP30, Roberto Rodrigues.

2. Agenda corporativa vai além da Green Zone: Bayer, BTG Pactual, Cosan, Itaú, Marfrig/MBRF, Norsk Hydro, Suzano e Vale patrocinam eventos paralelos, pavilhões corporativos e “casas” próprias em Belém. Nos casos da AgriZone, focada em “agricultura sustentável”, da Estação do Desenvolvimento, em transportes, e da Casa Brasil Belém, em transição energética, o setor privado atua em parceria com órgãos públicos, incluindo ministérios, empresas estatais, governo do Pará e prefeitura de Belém, reforçando a preponderância da agenda corporativa durante o mandato brasileiro da COP.

3. Imprensa, comunicação e legitimação social: cinco das oito corporações analisadas financiaram as coberturas jornalísticas de veículos de mídia para a COP30. Cinco grandes grupos de comunicação do Brasil — Globo, Folha, Estadão, CNN e Liberal — foram contemplados com patrocínios de empresas com passivos ambientais amplamente conhecidos, levantando questionamentos sobre isenção e ética jornalística. Além do apoio direto, Itaú e Norsk Hydro financiaram treinamentos para profissionais de imprensa que irão cobrir a COP30, incluindo o patrocínio de press trips e delegações visitando projetos ambientais apoiados pelas duas empresas.

4. A captura empresarial da pauta climática: a criação de novas coalizões, como a Sustainable Business COP30 (SBCOP) — liderada por ex-executivos da Raízen/Cosan —, a Climate Action Solutions & Engagement (C.A.S.E.) e o Brazil Restoration and Bioeconomy (BRB) Finance Coalition exemplificam a institucionalização do lobby empresarial dentro das negociações climáticas. Entre seus patrocinadores estão Itaú e Vale — presentes nas três articulações —, BTG Pactual, Marfrig/MBRF, Hydro e Suzano.



---

## DESTAQUES DO RELATÓRIO

5. Lobby dos agrotóxicos e controle da narrativa agrícola: a Bayer, via CropLife e Instituto Pensar Agro, integra um movimento ampliado, encabeçado pelo ideólogo do agronegócio Roberto Rodrigues, para consolidar o conceito de “agricultura tropical” e vendê-lo para outros países durante a COP30. A ampliação da produção nacional de biodefensivos (embora não substituam, em preço e volume, os agrotóxicos convencionais) e as ferramentas de agricultura de precisão desenvolvidas por AgTechs são parte essencial do novo pacote tecnológico da Revolução Verde 2.0.

6. Bancos e a bioeconomia de fachada: Itaú Unibanco e BTG Pactual figuram entre os maiores financiadores de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, mas ocultam histórico de apoio institucional e financeiro a desmatadores e setores com alto risco ambiental. No caso do BTG, pelo menos um dos projetos anunciados inclui a venda de créditos de carbono para florestas plantadas de uso comercial, incluindo pinus e eucalipto.

7. Greenwashing estrutural: as oito corporações analisadas no relatório financiam campanhas institucionais e educativas, séries audiovisuais e reportagens patrocinadas para se apresentar como protagonistas da transição verde, cooptando o debate sobre responsabilidade ambiental e justiça climática.

---

## CONCLUSÕES GERAIS

- A agenda climática da COP30 vem sendo cooptada por interesses privados, com forte presença de setores extrativistas e financeiros;
- O discurso da sustentabilidade tornou-se um instrumento de poder e desinformação, encobrendo práticas de destruição ambiental;
- A captura corporativa ameaça o caráter democrático e participativo das negociações climáticas, excluindo povos e comunidades tradicionais das decisões que mais os afetam;
- É urgente fortalecer mecanismos de transparência, controle social e regulação do lobby empresarial nos fóruns ambientais globais.



# APRESENTAÇÃO

## A COP DOS LOBBIES

"Se você procurar a palavra *tal* no dicionário, vai achar a minha foto lá". Essa brincadeira, comum em rodas de amigos Brasil afora, oferece uma reflexão interessante a respeito do momento político e ambiental em que vivemos. Às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém do Pará, é inevitável não se perguntar: que foto acharíamos no verbete *cinismo*? Ou em conceitos novos, como *colonialismo climático*? Que foto estaria colada ao lado da palavra *greenwashing*, essa lavagem de imagem por meio da sustentabilidade corporativa?

O balcão de "negócios verdes" que vem se formando em torno das COPs desde o Acordo de Paris, em 2015, nos oferece algumas ideias. Vejam o exemplo da Vale: a empresa que destruiu ecossistemas inteiros na bacia do Rio Doce lança agora um álbum de figurinhas com árvores do Brasil e do mundo para promover a conscientização ambiental nas escolas de Belém. Vamos falar de árvores, Vale? Quantas sapucaias foram arrancadas no curso da lama tóxica após o rompimento das barragens de Fundão, em Mariana, e Córrego do Feijão, em Brumadinho? Quantas quaresmeiras? Quantos ingás?

A imagem do álbum de figurinhas não é a única que caberia em vários verbetes de nosso dicionário hipotético. Como categorizar o patrocínio de empresas com histórico de desmatamento a veículos de imprensa que irão cobrir a COP30? Ou a construção de pavilhões temáticos, ao custo de milhões de reais, em parceria (técnica e financeira) com os mesmos ministérios que deveriam fiscalizar essas corporações?

Não se trata apenas de oportunismo, estamos falando de lobby.

Fruto da parceria entre o observatório De Olho nos Ruralistas e a Fase - Solidariedade e Educação, este relatório busca jogar luz sobre essa captura do espaço público. Nas próximas páginas mostraremos oito estudos de caso sobre empresas brasileiras e multinacionais que se articulam — em alguns casos, há anos — para dominar a agenda da COP30 e atingir objetivos econômicos imediatos. De mineradoras a frigoríficos. De bancos a fabricantes de agrotóxicos e sementes transgênicas.



Esses lobbies corporativos não operam apenas nos corredores do Congresso e nos bastidores do governo. Eventos internacionais como a COP de Belém oferecem uma oportunidade única de pautar, não apenas as decisões políticas do próprio país, mas de abrir novos mercados em todo o mundo. Afinal, por trás de um objetivo nobre — a contenção da temperatura média global a, no máximo, 2°C acima dos níveis pré-revolução industrial — existem oportunidades de negócio.

Funciona assim: um relatório técnico da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) recomenda quadruplicar a produção de combustíveis sustentáveis para reduzir a dependência da energia de origem fóssil e controlar as emissões de CO<sub>2</sub>. Em seguida, a presidência brasileira da COP internaliza essa meta e anuncia, em outubro de 2025, a plataforma Belém 4x, visando a construção de um acordo internacional em torno da quadruplicação. Se o acordo for aprovado, leis nacionais serão criadas (ou revisadas) para criar novas medidas de fomento ao setor. Leis escritas, em grande parte, por lobistas.

No caso brasileiro, biocombustíveis significam monocultura de cana de açúcar ou de milho. E significam um papel decisivo da bancada ruralista e de outras frentes setoriais nas discussões em torno da nova meta. E no fim das contas, estamos falando de território. De concentração fundiária e agrotóxicos. De queimadas e desmatamento (ilegal ou não). E de povos e comunidades tradicionais deslocados de seus lares.

Os lobbies que operam na COP30 — antes, durante e depois da realização do evento — têm impactos concretos sobre a vida das pessoas. Em particular aqueles que, historicamente, se veem apartados dos centros de decisão. Seja nos parlamentos, seja nas discussões climáticas. O futuro do planeta não deveria ser um balcão de negócios.

## **AGRONEGÓCIO, MINERAÇÃO E BANCOS: QUEM ESTÁ POR TRÁS DO LOBBY?**

Em outubro de 2022, De Olho nos Ruralistas e Fase publicaram um dossiê chamado “O agro não é verde: como o agronegócio se articula para parecer sustentável”. Utilizando ferramentas de análise discursiva, o estudo mapeou as narrativas sobre mudanças climáticas adotadas por 12 organizações associadas ao Instituto Pensar Agro (IPA) — um centro de lobby responsável por fornecer apoio logístico e legislativo à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a face institucional da bancada ruralista no Congresso. O estudo incluiu apenas uma organização de fora do sistema IPA/FPA: o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), por seu papel em articular demandas do agronegócio durante conferências internacionais sobre clima e finanças verdes.

Como resultado, o estudo mapeou quatro perfis, de acordo com o grau de aderência ideológica ao agronegócio e o nível de participação em foros sobre clima e desmatamento: pragmático-reformista, pragmático-ideológico, negacionista-ideológico e organizações com foco temático.

Esse tipo de análise não cabe neste relatório. Não estamos falando de entidades representativas, mas de empresas privadas com atuação internacional e um amplo arsenal de ferramentas de comunicação e de relações institucionais e governamentais.

Os oito grupos econômicos analisados — Bayer, BTG Pactual, Cosan, Itaú Unibanco, MBRF Global Foods (Marfrig e BRF), Norsk Hydro, Suzano e Vale — foram selecionados a partir de dois critérios: de um lado, a articulação de iniciativas, coalizões e/ou patrocínio a eventos na fase preparatória da COP30 ; de outro, sua representatividade no setor de atuação.

Dessa forma, foram escolhidas três empresas do agronegócio, duas mineradoras, uma indústria química e duas instituições financeiras — ainda que algumas tenham atuação multissetorial, como o grupo Cosan. Nos oito casos, foram encontrados passivos ambientais significativos que contrastam com as narrativas apresentadas para a COP30.

Qual o papel dessas empresas nas discussões climáticas? Que visões elas defendem? Quais ferramentas de lobby elas utilizam? É o que descobriremos a seguir.

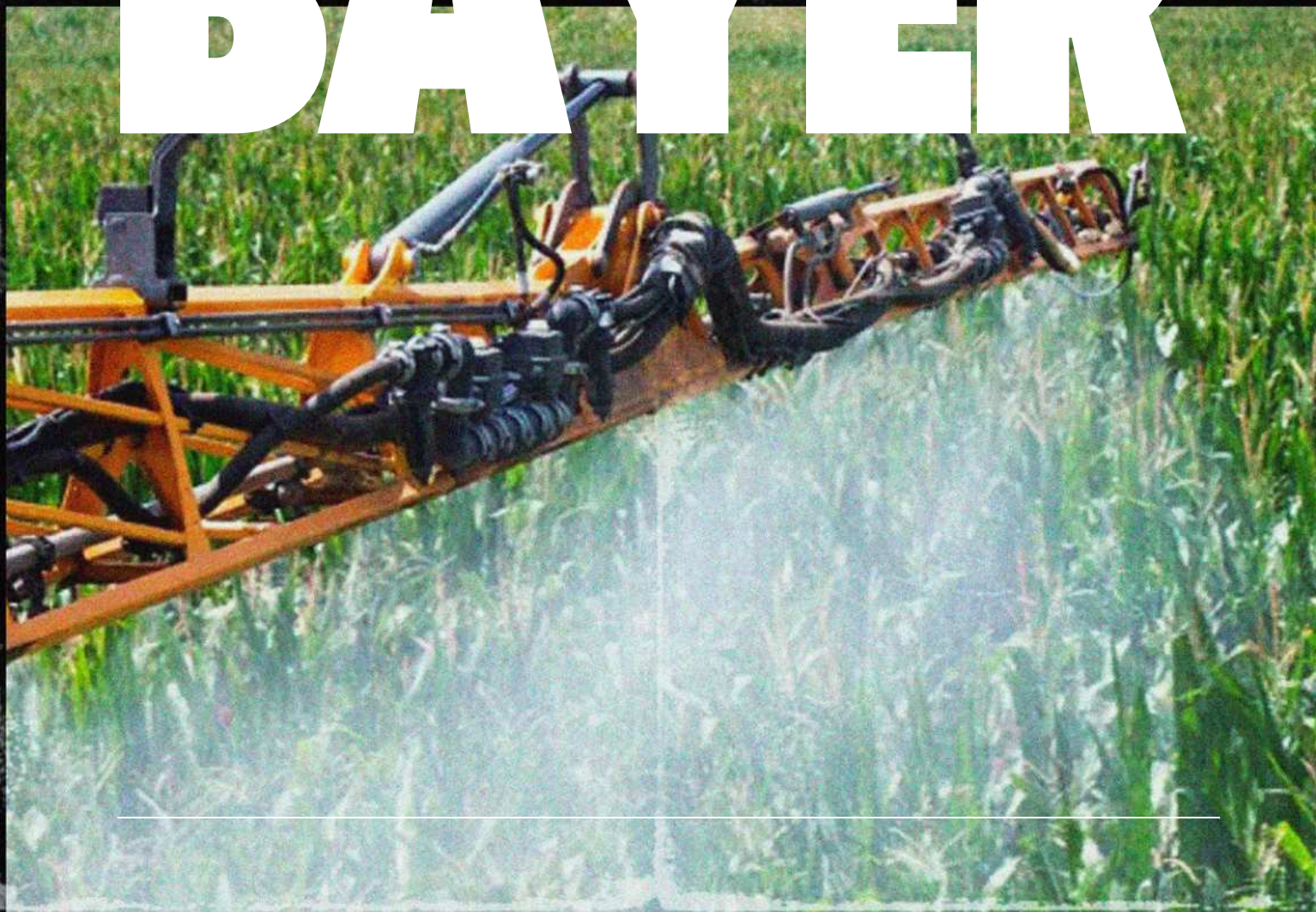


Além de movimentos sociais e ambientalistas, Belém receberá delegações de lobistas. (Secretaria de Turismo/Gov. Pará)





# BAYER







## POR TRÁS DO CASARÃO, COMUNIDADES CONTAMINADAS

# BAYER

Todos os anos, dezenas de milhares de fiéis atravessam a Avenida Nossa Senhora de Nazaré, no coração de Belém, para celebrar o Círio de Nazaré. Ali, no número 319, fica um dos pontos mais privilegiados para acompanhar a festa religiosa: um casarão centenário construído em 1925, em estilo eclético, por Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará. O espaço abriga a Casa de Cultura “É Círio Outra Vez” e, nos dias de romaria, recebe três dias de programação gratuita, com shows e exposições. No restante do ano, são oferecidos cursos para a população jovem e atendimento psicossocial para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Essa rica história será temporariamente deixada de lado durante os 11 dias de realização da COP30. Esse casarão se transformará na Casa Bayer, um espaço montado pela multinacional alemã para sediar suas atividades durante a cúpula climática — incluindo, é claro, o lobby dos agrotóxicos. Em troca, o imóvel será revitalizado e devolvido à população belenense em 2026.<sup>1</sup>

Essa é apenas uma das ações planejadas para a COP pela gigante do setor químico — que entrou de cabeça no mercado agropecuário em 2016, com a compra da Monsanto. Na frente institucional, a Bayer desembolsou R\$ 1 milhão para patrocinar a AgriZone, um espaço paralelo idealizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para ser a sede do agronegócio durante a cúpula. Montada na unidade Amazônia Oriental, a 1,8 km dos pavilhões oficiais da Blue Zone e Green Zone, a AgriZone deve abrigar auditórios e salas de reunião, além de servir de sede provisória para o Ministério da Agricultura.<sup>2</sup>

Casa Bayer ocupará  
edifício centenário no  
bairro de Nazaré.  
(Divulgação/Bayer)





Isso mesmo: o local onde o ministro Carlos Fávaro deverá despachar é patrocinado por uma gigante dos agrotóxicos. E não só ela: também patrocinam a AgriZone a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as duas organizações que comandam desde 2021 o Instituto Pensar Agro — think tank responsável por escrever as proposições antiambientais defendidas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Entre os grupos que financiaram o espaço estão a suíça Nestlé, a sucroalcooleira francesa Tereos e a Fundação Bill & Melinda Gates.<sup>3</sup>

A programação divulgada pela AgriZone conta com mais de 400 eventos, incluindo espaços destinados para os patrocinadores. A Bayer sediará dois debates. Um deles, em parceria com a rede empresarial Pacto Global, traz um tema curioso: “Multiplicando as melhores práticas em direitos humanos na agropecuária”.<sup>4</sup>

Bayer pagou R\$ 1 milhão  
em "patrocínio diamante"  
da AgriZone.  
(Ronaldo Rosa/Embrapa)



Vejamos o que a Bayer entende por melhores práticas em direitos humanos. Em 2024, uma coalizão formada por seis organizações de assessoria jurídica popular e advocacy — entre elas, a brasileira Terra de Direitos — elaboraram uma denúncia pública contra a fabricante do glifosato por violações contínuas cometidas na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai contra povos e comunidades tradicionais. O documento foi protocolado junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização econômica intergovernamental composta por 38 países.<sup>5</sup>

Ao longo de 75 páginas, o relatório fundamenta a acusação de que a Bayer AG e suas filiais têm continuamente violado as “Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável”, por meio da comercialização de sementes transgênicas e herbicidas à base de glifosato.

No Brasil, a coalizão cita o caso de três comunidades do povo Avá Guarani — Pohã Renda, Y’Hovy e Tekoha Ocoy, todas no oeste do Paraná —, cercadas por monoculturas de soja que utilizam herbicidas à base de glifosato fabricados pela Bayer, com a marca Roundup. Os indígenas relatam graves impactos à saúde, contaminação de nascentes, perda de acesso às terras tradicionais e o uso de agrotóxicos como instrumento de guerra química para expulsar as comunidades através da pulverização aérea sobre as aldeias.<sup>6</sup>

“ A máquina vêm passando veneno do lado das aldeias e aplicando vários agrotóxicos, atingindo nossas casas e plantações, que a gente não consegue manter. São duas safras aqui na região: milho e soja. A gente não tem proteção. São por volta de quatro mil indígenas sob o risco do glifosato, porque na maioria das aldeias a gente não tem proteção. Não tem área verde, nem uma distância segura. Em alguns locais, de um lado estão as casas e do outro as plantações de soja onde passavam veneno.”

**Celso Japoty Alves, líder Avá-Guarani da aldeia Ocoy, em São Miguel do Iguaçu (PR), ameaçada pelo uso de glifosato por sojicultores.\***

\*Entrevista concedida ao portal Brasil de Fato.

Cruzando a tríplice fronteira rumo à Argentina, a denúncia cita a comunidade de Villa Alicia, na zona periurbana de Buenos Aires. Moradores do bairro foram contaminados por agrotóxicos, resíduos de glifosato e ácido aminometilfosfônico (Ampa) foram detectados em amostras de solo, água e sedimentos. O caso levou à abertura de ação criminal contra sojicultores da região, que adquiriam sementes INTACTA RR2 e herbicidas da Bayer.<sup>7</sup>

No Paraguai, as colônias agrícolas de Yeruti e Yvypè, localizadas entre os departamentos (estados) de Caaguazú, San Pedro e Canindeyú, se veem cercadas pela soja e relatam casos recorrentes de intoxicação, contaminação d'água e de roças familiares, além de conflitos fundiários com os fazendeiros. Em 2011, a morte do agricultor Rubén Portillo Cáceres, por exposição a pesticidas, gerou ampla repercussão nacional e internacional.<sup>8</sup>

A denúncia cita ainda casos de contaminação no departamento de Santa Cruz, na Bolívia, uma região de forte expansão agrícola, onde o cultivo de soja transgênica tolerante ao glifosato tem causado desmatamento, degradação do solo e degradação dos recursos hídricos locais. Esse processo resultou em deslocamento de populações camponesas e indígenas e na perda de modos de vida tradicionais.<sup>9</sup>

Em resposta ao relatório submetido à OCDE, a Bayer afirma que os reclamantes não substanciam a afirmação de que a empresa causou diretamente as violações de direitos humanos e ambientais listadas. Afirma ainda que não trabalha mais com a comercialização de sementes transgênicas nesses mercados e que não violou as diretrizes da OCDE.<sup>10</sup> O processo encontra-se em tramitação.





## LOBBY DOS AGROTÓXICOS TEM ESPAÇO GARANTIDO NA COP

Enquanto patrocina espaços na COP30, a Bayer enfrenta uma onda de ações judiciais em tribunais nos Estados Unidos. Em março de 2025, a empresa foi condenada por um tribunal no estado da Geórgia a pagar US\$ 2,1 bilhões a um homem que declarou ter desenvolvido câncer após usar o herbicida Roundup.<sup>11</sup> Cinco meses antes, em outubro de 2024, o conglomerado alemão sofreu outra derrota em um caso semelhante, dessa vez em um tribunal da Pennsylvania. O valor da causa, no entanto, foi bem menor: US\$ 78 milhões. Segundo a agência Reuters, a Bayer já empenhou cerca de US\$ 10 bilhões em disputas judiciais envolvendo produtos à base de glifosato. O valor já corresponde a 16% do total gasto na aquisição da Monsanto, concluída em 2018, por US\$ 63 bilhões.<sup>12</sup>

Para prevenir que situações similares ocorram no Brasil, a multinacional investe pesadamente em lobby. Um relatório de 2022, publicado pela Friends of the Earth Europe, sob coordenação da geógrafa Larissa Mies Bombardi, revelou que, juntas, as gigantes dos agrotóxicos Bayer, Basf e Syngenta gastaram cerca de € 2 milhões em apoio ao lobby do agronegócio no Brasil.<sup>13</sup> Outros trabalhos, como o Monsanto Papers, mostram que a fabricante incorporada pela Bayer mantinha uma lista de cientistas brasileiros que poderiam atuar contra eventuais restrições ao glifosato.<sup>14</sup>

No Congresso, a empresa atua por meio da CropLife, associação formada por 52 fabricantes de agrotóxicos, sementes transgênicas e bioinsumos. Assim como a CNA e a OCB, patrocinadoras da AgriZone, a CropLife é uma das entidades mantenedoras do Instituto Pensar Agro — e, portanto, da bancada ruralista.

Para a COP30, a associação vem organizando uma série de workshops em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Os encontros são apoiados pela Embrapa e pelo “enviado especial” de Agricultura para a COP30, o ex-ministro Roberto Rodrigues.<sup>15</sup>

Nomeado pelo presidente da COP, o diplomata André Corrêa do Lago, Rodrigues foi o principal responsável por introduzir no Brasil o conceito de “agronegócio”, importado do *agribusiness* estadunidense. Ele é reconhecido como um dos principais ideólogos do setor — senão “o” principal. Foi ministro da Agricultura durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e ajudou a fundar a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), mais uma integrante do Pensar Agro e mantenedora da FPA. Rodrigues é ainda conselheiro da associação De Olho no Material Escolar, que vem promovendo, nos últimos anos, uma cruzada revisionista para censurar referências negativas ao setor na base curricular nacional.<sup>16</sup>

Para a COP30, Roberto Rodrigues quer emplacar o conceito de “agricultura tropical sustentável”, uma versão 2.0 da Revolução Verde. Segundo ele, o Brasil deve aproveitar a cúpula para ofertar um novo pacote tecnológico aos demais países — em particular nos continentes africano e asiático. Criado a partir da união entre setor público e privado, esse modelo integra noções corporativas de sustentabilidade, agricultura de precisão, inteligência artificial, fomento a bioinsumos e defesa da propriedade intelectual em sementes.<sup>17</sup>

As bases dessa estratégia foram consolidadas em um documento intitulado “Agricultura Tropical Sustentável: Cultivando Soluções para Alimentos, Energia e Clima”, apresentado por Rodrigues à diretoria da FPA em 28 de outubro.<sup>18</sup>

O discurso vem sendo reproduzido pela CropLife, que tratará do tema em quatro palestras realizadas na AgriZone, durante o período da COP, e pela Bayer, que anunciou em agosto uma parceria com o IICA para avançar em ações vinculadas com “carbono em milho e soja” e a promoção da “agricultura sustentável” nas Américas.<sup>19</sup>

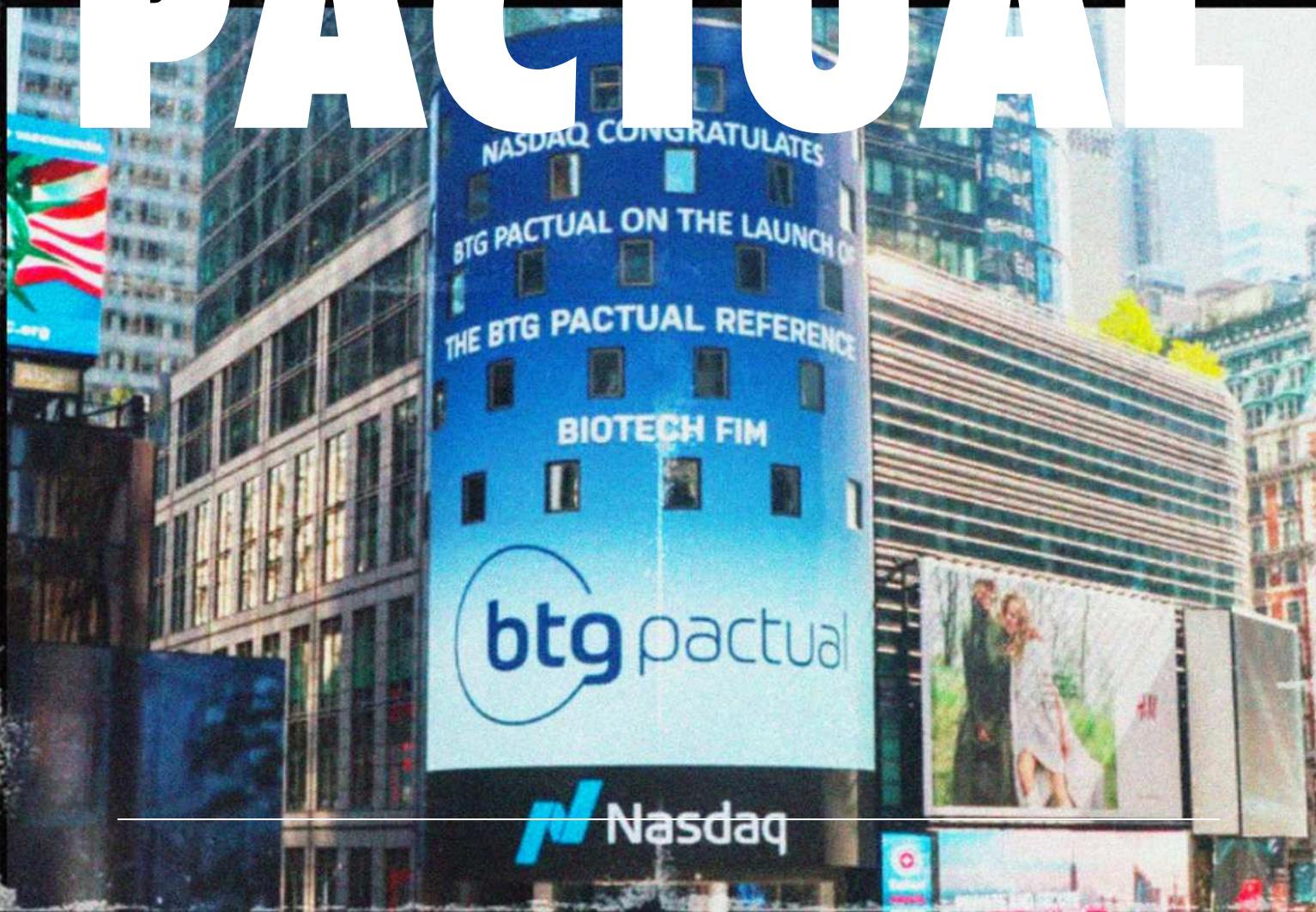
## **ÍNTEGRA DA RESPOSTA DA BAYER AOS DADOS DO RELATÓRIO**

O combate às mudanças climáticas requer esforços coletivos de toda a cadeia. A Bayer historicamente tem sustentabilidade como um dos seus principais pilares estratégicos e contribui globalmente com soluções inovadoras e iniciativas ligadas à agricultura, saúde, transição energética e sistemas alimentares sustentáveis. Na COP, estaremos, portanto, envolvidos nas discussões sobre soluções embasadas em ciência na luta contra as mudanças climáticas.





# BTG PACTUAL







## BANCO FOCA EM PARCERIA COM BIGTECHS E “COP DOS INVESTIMENTOS”

# BTG PACTUAL

O lobby corporativo possui várias facetas. Em eventos como a COP30, ele pode tomar a forma de patrocínios oficiais, organização de eventos paralelos ou alianças com entes públicos e organismos de cooperação internacional. No caso do BTG Pactual, o maior banco de investimentos da América Latina, a estratégia de ação climática acompanha o estilo de seu fundador André Esteves: muita articulação nos bastidores e grandes anúncios para o mercado.

A estratégia do banco para a COP30 começou ainda em 2024, com a assinatura de acordos de remoção de carbono com a Microsoft e a Meta. Funciona assim: para cumprir com os compromissos internacionais de zerar as emissões líquidas de gás carbônico (net zero), as bigtechs precisam “compensar” quaisquer valores excedentes que tenham gerado — ou que venham a gerar — em suas operações. E é aí que entra o BTG, por meio de sua divisão de gestão florestal, a Timberland Investment Group (TIG). O banco oferece a opção de compra de créditos em áreas que ainda serão reflorestadas — geralmente em zonas degradadas pela atividade agropecuária. O que importa, nesse modelo, é que a empresa que comercializa os créditos tenha a posse das terras. E o BTG tem: desde 2022, o banco adquiriu, por meio da subsidiária TIG, 46 mil hectares no Mato Grosso do Sul, em região de Cerrado.<sup>20</sup>

Banco de André Esteves focou em grandes anúncios antes da COP30.  
(Remy Steinegger/WEF)





A Meta, de Mark Zuckerberg, adquiriu junto ao BTG 1,3 milhão de créditos de remoção de carbono, com opção para um adicional de 2,6 milhões de créditos até 2038.<sup>21</sup> A Microsoft, por sua vez, efetuou a maior transação do gênero jamais registrada: contratou 8 milhões de créditos até 2043. Em termos territoriais, o BTG tem a obrigação de restaurar e proteger cerca de 260 mil hectares de Cerrado. Mas há um pulo do gato: o anúncio da negociação com a gigante da tecnologia fundada por Bill Gates diz que apenas 135 mil hectares precisam ser recuperados com espécies nativas. O restante pode receber monoculturas de pinus ou eucalipto, desde que seja em terras desmatadas e degradadas. Ou seja, metade desse estoque de carbono pode ser convertido para uso comercial. Os contratos são supervisionados pela ONG Conservação Internacional.<sup>22</sup>

Pulemos para agosto de 2025. A três meses do início da COP30, o BTG Pactual anunciou uma parceria com a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), braço de investimentos do Banco Mundial, para a alocação de US\$ 1 bilhão em investimentos conjuntos e de terceiros para impulsionar iniciativas de sustentabilidade e desenvolvimento no Brasil e América Latina, até 2028.<sup>23</sup>

Em setembro, mais um anúncio. A Coalizão Financeira para Restauração e Bioeconomia do Brasil (BRB Finance Coalition), fundada um ano antes pelo BTG e outras 11 empresas e organizações do terceiro setor — incluindo a própria Conservação Internacional —, declararam ter garantido US\$ 4,5 bilhões para projetos de restauração florestal e bioeconomia. O valor representa 45% da meta de US\$ 10 bilhões estabelecida até 2030.<sup>24</sup>

Segundo o site da coalizão, seus membros possuem, juntos, 3,65 milhões de hectares de áreas restauradas ou em processo de restauração — uma área superior ao território da Bélgica. Além do BTG, fazem parte da iniciativa a Suzano, o Fundo Vale, o Instituto Itaúsa e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).<sup>25</sup>

O banco de André Esteves é patrocinador da World Climate Summit, um evento paralelo às conferências da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês). Iniciado em 2010, durante a COP16, na Cidade do México, o encontro ficou conhecido como “COP dos Investimentos”. No Brasil, ele será organizado pela World Climate Foundation em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (ICs) — que, por sua vez, atua junto ao BTG no BRB Finance Coalition.<sup>26</sup>

A principal porta-voz do BTG para o evento climático tem sido a sócia-diretora Mariana Oiticica, responsável pela área de ESG e Investimentos de Impacto do banco. É ela quem representará Esteves na conferência global pré-COP, marcada para os dias 7 e 8 de novembro, no Rio de Janeiro.<sup>27</sup>

# SUBSIDIÁRIA DESMATOU 1,2 MIL HECTARES DE MATA ATLÂNTICA

Do outro lado dos mecanismos de finanças verdes e créditos de carbono, o BTG Pactual possui uma atuação muito menos conhecida. O banco de André Esteves é dono de pelo menos uma dezena de empresas agropecuárias. Parte delas, no entanto, está registrada não em nome do BTG, mas de membros do conselho e executivos sênior da empresa.

É o caso da BRPec Agropecuária Ltda, que tem como sócios Antonio Carlos Canto Porto Filho, vice-presidente sênior do BTG; Fernanda Stallone Palmeiro, secretária executiva; Luciane Ribeiro Monteiro, head de parcerias; Gustavo dos Santos Vaz, conselheiro da PPLA Participations, veículo de investimentos internacionais do grupo; e Cleber Gonçalves e Silva, o único com dedicação exclusiva como gerente de contabilidade da própria BRPec.<sup>28</sup>

Em 2020, o observatório De Olho nos Ruralistas mostrou que a agropecuária ligada a André Esteves foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em R\$ 54,5 milhões por “destruir 9.909,07 hectares de fragmentos de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, considerada objeto de especial preservação, sem licença da autoridade ambiental competente”. A infração foi apurada em 5 de dezembro de 2018, na Fazenda Cristo Redentor, localizada entre os municípios de Miranda e Corumbá (MS). Apesar da categorização como Mata Atlântica, a área autuada é tão grande que engloba zonas de transição com o Pantanal. O Ibama emitiu ainda uma segunda multa, no valor de R\$ 3,5 milhões, pela supressão de outros 500,16 hectares de vegetação nativa. Trata-se da maior infração por desmatamento registrada naquele ano e uma das maiores já lavradas pelo Ibama.<sup>29</sup>

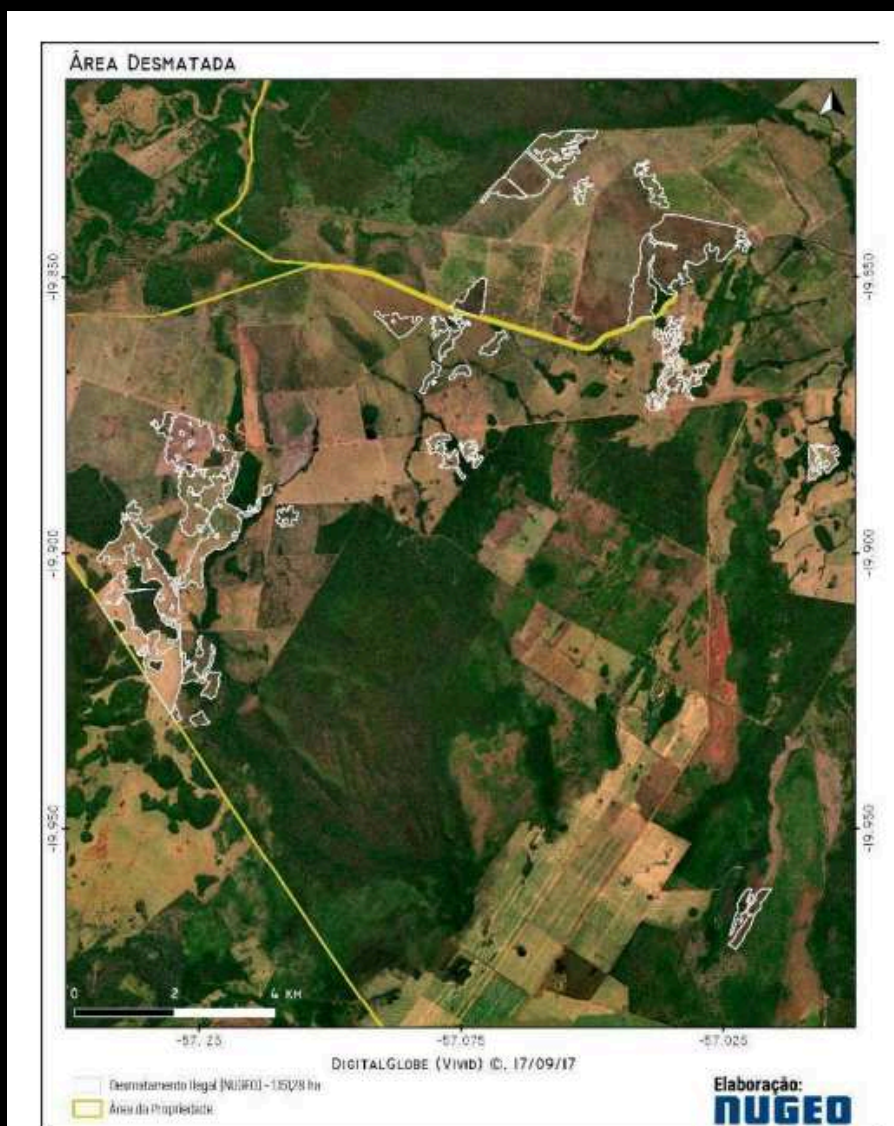


Figura 16: Refinamento das áreas descritas no Parecer n.495/17/NUGEO, indicando a vegetação após o desmatamento, sobre a imagem de satélite Digital Globe (Vivid) de 17/09/2017.

Controlada do BTG Pactual assinou TAC por desmatamento ilegal de 1,2 mil hectares. (Nugeo/MPMS)



Logo na sequência, o Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) instaurou um inquérito civil contra a BRPec para apurar as informações. Um novo laudo foi emitido pelo Núcleo de Geotecnologias do MPMS, constatando que o desmatamento ilegal se restringiu a uma área de 1.151,28 hectares.<sup>30</sup> As multas aplicadas pelo Ibama foram canceladas e a empresa assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde se comprometia a reflorestar a vegetação de Mata Atlântica que havia sido destruída e a pagar de uma indenização de R\$ 100 mil — menos de 0,2% do valor inicialmente lavrado pelo Ibama. O procedimento foi arquivado após o cumprimento do acordo, em 30 de setembro de 2021.<sup>31</sup> Viria daí a experiência do BTG com a restauração de áreas desmatadas?

Apesar de enorme, a área suprimida pela BRPec corresponde a uma pequena fração da propriedade: ao todo, a Fazenda Cristo Redentor possui 132.660,89 hectares. Um verdadeiro latifúndio: cinco vezes maior que a área urbana da capital Campo Grande e quase do tamanho de São Paulo, o maior município da América Latina. O imóvel chegou às mãos da BTG em 2012, comprada do pecuarista José Carlos Bumlai como forma de abater suas dívidas com o banco. Um ano e meio depois, a empresa repassou a Cristo Redentor para a BRPec.<sup>32</sup>

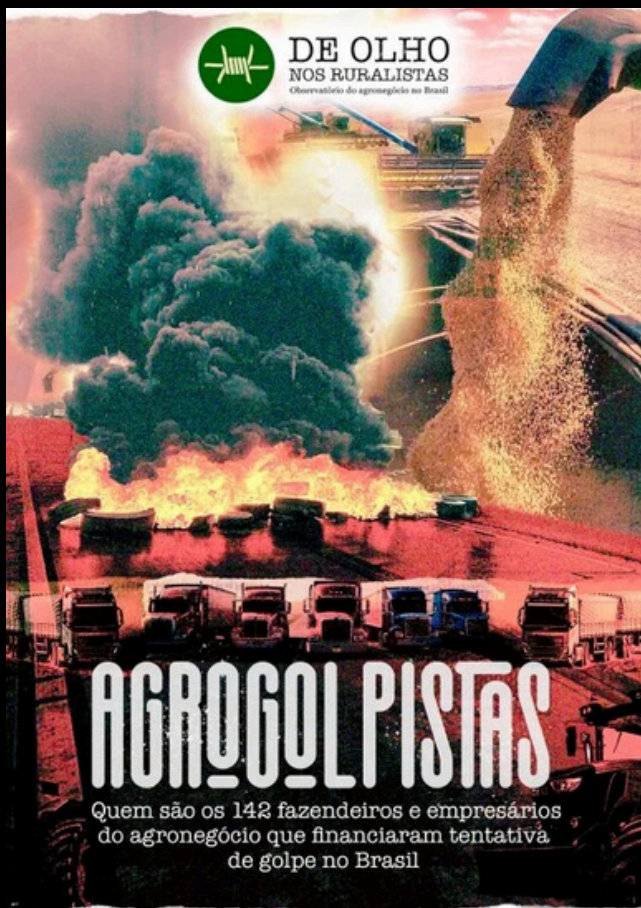
Bumlai e Esteves foram presos em 2015, durante as investigações da Operação Lava Jato, com apenas algumas horas de diferença entre um e outro. Bumlai ficou conhecido nacionalmente durante o primeiro governo Lula, em razão de suspeitas de que teria sido favorecido economicamente por ser próximo do presidente. O pecuarista acumula R\$ 1,7 milhão em multas por destruição da flora em Corumbá, além de ter protagonizado um conflito contra os Guarani Kaiowá do Tekohá Apyka'i, em Dourados (MS).<sup>33 34</sup> Bumlai foi condenado em primeira instância, pelo então juiz federal Sérgio Moro, a 9 anos e 10 meses de prisão, acusado de intermediar vantagens indevidas do Grupo Schahin em negociações com a Petrobras.<sup>35</sup>

Já o banqueiro André Esteves foi investigado com base nas delações do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, por supostos atos de corrupção envolvendo a Petrobras. Em um dos casos, o Ministério Público Federal resolveu não denunciá-lo por falta de provas. Em outro, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou os mandados de busca e apreensão contra ele por considerá-los constrangimento ilegal. Os processos da Lava Jato contra os dois empresários foram anulados em 2021.<sup>36</sup>

Além da BRPec, a BTG é dona de outra empresa agropecuária: a trader de grãos Engelhart CTP Brasil, conhecida como BTG Pactual Commodities, com sede em Londres. De Olho nos Ruralistas revelou, em junho de 2025, que a comercializadora possui contratos de compra de soja — a vencer em 2034 — com dez fazendeiros implicados nas investigações sobre os atos antidemocráticos realizados pela extrema direita entre outubro de 2022 e o fatídico 8 de janeiro de 2023, quando milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro saquearam a Praça dos Três Poderes, em Brasília, tentando provocar um golpe de Estado pelas Forças Armadas.<sup>37</sup>



DE OLHO  
NOS RURALISTAS  
Observatório do agronegócio no Brasil



Quem são os 142 fazendeiros e empresários  
do agronegócio que financiaram tentativa  
de golpe no Brasil

Estudo revelou que BTG Pactual  
mantém contratos de soja com 10  
investigados por participação em  
tentativa de golpe.  
(De Olho nos Ruralistas)

A informação consta em um documento do próprio BTG que, em 2024, emitiu R\$ 8,5 bilhões em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) junto a fornecedores.<sup>38</sup> Um dos fornecedores é Argino Bedin, chamado de “pai da soja” em Sorriso (MT) e um dos personagens centrais do dossiê “Agrogolpistas”, que mapeou 142 empresários do agronegócio que atuaram no suporte logístico ou financeiro a atos golpistas. Segundo um relatório da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), membros da família Bedin eram proprietários de quinze caminhões fichados no Quartel-General do Exército em Brasília — de onde saiu a passeata que culminou no quebra-quebra de 8 de janeiro.<sup>39</sup>

A relação do BTG com o agronegócio também se dá por meio de investimentos diretos. Com um valor de mercado estimado em R\$ 181,7 bilhões, é o maior banco de investimentos da América Latina e a segunda maior instituição financeira do Brasil, atrás apenas do Itaú.<sup>40</sup>

Em 2021, o banco de Esteves e a XP Investimentos se juntaram para estruturar a venda de R\$ 670 milhões em ações da BrasilAgro. O que não fosse comprado por terceiros, seria absorvido pelas duas instituições como participação societária.<sup>41</sup> Maior imobiliária agrícola do país, a BrasilAgro atua na aquisição, exploração e comercialização de propriedades rurais, com 273,5 mil hectares em fazendas próprias no Brasil — em seis estados do Cerrado —, além de Bolívia e Paraguai. A empresa é frequentemente associada a casos de desmatamento no Matopiba, uma região de fronteira agrícola que atravessa partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.<sup>42</sup>

No mesmo ano, uma investigação da Agência Pública mostrou, a partir de documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que a BrasilAgro agia como intermediária de investidores argentinos e estadunidenses para driblar, de forma ilegal, as restrições à compra de terras por estrangeiros.<sup>43</sup> O BTG Pactual não respondeu à reportagem.





# COSAN







# COSAN

## O LOBBY DOS TRANSPORTES CONTRA O LICENCIAMENTO



O setor de transportes e logística é responsável por 11% das emissões brutas nacionais de gases do efeito estufa — correspondente a 260 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (MtCO<sub>2</sub>e).<sup>44</sup> Quase metade dessas emissões vem do transporte rodoviário de cargas, principal meio de escoamento da produção agropecuária no Brasil.<sup>45</sup>

Diante do papel crítico nas mudanças climáticas, o lobby do setor tem se mobilizado em peso para a COP30. Formado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), pelo Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat) e pelo Instituto de Transporte e Logística (ITL), o Sistema Transporte anunciou, em abril de 2025, a construção de um megapavilhão para o evento. Com 4.000 m<sup>2</sup>, dois palcos, 13 estandes e capacidade para receber até 12 mil pessoas durante a COP, a Estação do Desenvolvimento terá shows de artistas paraenses como Fafá de Belém, Dona Onete e Zaynara, além de apresentações de carimbó e exibições de filmes sobre sustentabilidade. O espaço abrigará os side events (eventos paralelos) do Pacto Global da ONU.<sup>46</sup>

Toda essa infraestrutura conta com um único patrocinador: o Movimento da Infraestrutura (MoveInfra), uma associação formada pelas seis maiores empresas do setor. O grupo reúne as principais concessionárias de transportes do país: a Ecorodovias, dona da SP-160 (Imigrantes) e da Ponte Rio-Niterói; e a Motiva (antiga CCR), administradora de rodovias, aeroportos, linhas de metrô e trens urbanos. Também fazem parte do MoveInfra a Ultracargo, de graneis líquidos, e a Hidrovias do Brasil, de transporte fluvial, ambas do mesmo grupo econômico; o consórcio Santos Brasil, gestor dos portos de Santos, Vila do Conde e Imbituba; e a Rumo Logística, maior operadora ferroviária do Brasil, responsável por 14 mil quilômetros de trilhos.<sup>47</sup>





Lobby dos transportes ampliou participação na agenda climática a partir da COP29. (Divulgação/CNT)

Pertencente ao grupo Cosan, do bilionário do etanol Rubens Ometto, a Rumo se mobilizou ativamente para a COP em Belém. Em fevereiro, a empresa anunciou sua adesão ao Pacto pela Sustentabilidade, uma iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) que concede “selos de comprometimento” para empresas do setor que comprovem a adoção de medidas ESG (sigla em inglês para ambiente, responsabilidade social e governança).<sup>48</sup> Os certificados serão entregues pelo MPor durante a COP30, na Estação do Desenvolvimento — a mesma que é patrocinada pelo MoveInfra.<sup>49</sup>

A operadora ferroviária integra ainda a Coalizão dos Transportes pela Descarbonização, liderada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) — ao qual a Rumo é associada. Em maio, o grupo lançou o estudo “Como tornar o setor de transportes um contribuidor ativo para a redução das emissões brasileiras”, onde estabelece o compromisso de limitar a pegada de carbono do setor a 137 MtCO<sub>2</sub> e até 2050 — uma diminuição de 70% em relação ao índice registrado em 2023.<sup>50</sup>

Segundo a coalizão, os principais vetores para alcançar esse objetivo seriam a expansão dos modais ferroviário e aquaviário, o aumento da frota de veículos elétricos e híbridos e a ampliação do uso de biocombustíveis — destacando o fomento ao uso de SAF, sigla em inglês para “combustível sustentável de aviação”, feito a partir do etanol. O documento, no entanto, não considera o aumento do desmatamento e da degradação ambiental decorrente de novos projetos de infraestrutura logística. Tampouco lista os impactos da aprovação do PL 2159/2021 — apelidado por movimentos sociais de PL da Devastação —, que flexibilizou as condições para emissão de licenças ambientais no Brasil.

O MoveInfra foi um dos principais atores no lobby pela aprovação da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, sancionada com vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 8 de agosto de 2025. No Congresso, o grupo atua por meio de duas frentes parlamentares: a Frente de Portos e Aeroportos (FPPA) e a Frente Brasil Competitivo. As duas integram a Coalizão das Frentes Parlamentares Produtivas, grupo fundado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) — isto é, pela bancada ruralista — e que teve papel fundamental na votação do PL da Devastação.<sup>51</sup>

Em 21 de maio, semanas antes da votação do texto na Câmara, o MoveInfra publicou, com outras 95 associações, uma carta aberta em prol do PL 2159/2021.<sup>52</sup> Uma das signatárias foi a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que tem a Rumo Logística como membro permanente no conselho diretor.<sup>53</sup>

O lobby não ficou só na carta. Ronei Glanzmann, presidente do MoveInfra e ex-conselheiro da Infraero, se tornou um convidado frequente da CNN Brasil, onde defende a importância de flexibilizar o licenciamento ambiental para destravar investimentos privados em logística e transportes.<sup>54</sup> Desde a sanção presidencial, o executivo vem concedendo entrevistas defendendo a derrubada dos vetos de Lula.<sup>55 56</sup>



Ronei Glanzmann defende derrubada de vetos ao PL do Licenciamento. (Reprodução/CNN Brasil)

## ETANOL, GREENWASHING E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A Rumo Logística não é a única empresa do grupo Cosan a fazer lobby antiambiental enquanto promove iniciativas “verdes” na COP30. Joint venture entre Cosan e a petroleira neerlandesa Shell, a Raízen vem atuando internacionalmente para pautar as discussões em Belém.

Greta Drumstaite, chefe de advocacy da sucroalcooleira junto à União Europeia, foi uma das especialistas convidadas para colaborar no relatório Fornecendo Combustíveis Sustentáveis, publicado em 13 de outubro pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) — organismo de cooperação ligado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).<sup>57</sup>

O documento, que sustentará as políticas ambientais da OCDE no setor energético durante a próxima década (de 2026 a 2035), foi desenvolvido especialmente para a COP e prevê quadruplicar a produção de combustíveis sustentáveis. Um dos casos de sucesso citados como exemplo é a fabricação de etanol de segunda geração (E2G) a partir do bagaço e palha da cana de açúcar, desenvolvido justamente pela Raízen. Meses antes, em janeiro de 2025, o BNDES aprovou um financiamento de R\$ 1 bilhão para a sucroalcooleira construir uma usina de E2G em Andradina (SP), com foco nos mercados de combustível sustentável de aviação (SAF), hidrogênio verde e combustível marítimo.<sup>58</sup>

A meta ousada definida pela IEA foi automaticamente incorporada pela presidência da COP30, que lançou em 14 de outubro a iniciativa Belém 4x, seguindo o objetivo de quadruplicar a produção e o uso de combustíveis sustentáveis até 2035.<sup>59</sup>



Guarani Kaiowá lutam por território enquanto donos da Campanário lucram em parceria com Raízen. (Reprodução/Cimi)

O que o relatório da IEA não cita são os impactos da produção de cana de açúcar no mundo. Em particular, para os povos e comunidades tradicionais no Brasil.

De Olho nos Ruralistas mostrou, em 2023, que a Raízen mantém uma longa parceria de negócios com a Campanário S/A, grupo pertencente a Renato Eugênio de Rezende Barbosa, ex-acionista da Cosan. A empresa é proprietária da Fazenda Campanário, que avança sobre 238,5 hectares da área proposta para criação da Terra Indígena (TI) Dourados-Amambaipaguá I. Localizado no Mato Grosso do Sul, entre os municípios de Amambai, Caarapó e Laguna Carapã, o território pertence ao povo Guarani Kaiowá e aguarda demarcação desde 2016.<sup>60</sup>

Em disputa com os Guarani Kaiowá desde a década de 1970, a família Rezende Barbosa fornece, por meio da Campanário, cana de açúcar para a usina da Raízen de Caarapó (MS). A empresa foi homenageada pela sucroalcooleira de Rubens Ometto em 2022, com o título de “Produtor de Excelência”.<sup>61</sup> E foi reconhecida como “modelo de gestão de sustentabilidade” pelo programa Elo Raízen.<sup>62</sup> E os indígenas, estão incluídos nesse modelo de sustentabilidade?



Em 2012, um relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos denunciou a Nova América — uma empresa da família Rezende Barbosa absorvida pela Cosan em 2009 e repassada à Raízen em 2019 — por realizar o plantio de cana dentro de outra terra indígena, a TI Guýraroká, em Caarapó, utilizando financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).<sup>63</sup> Trata-se de uma das TIs mais violentas do Brasil: em setembro, indígenas de Guýraroká realizaram uma retomada dentro da Fazenda Ipuitã. O objetivo? Impedir a pulverização de agrotóxicos ao lado de uma aldeia Guaraní Kaiowá, alvo de contaminações recorrentes pelo menos desde 2021.<sup>64</sup> Em 17 de outubro, menos de um mês antes da COP30, policiais e agentes do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) atuavam escoltando tratores e funcionários da fazenda — que não pertence à Nova América/Raízen.<sup>65</sup>

Conflitos contra povos e comunidades tradicionais são encontrados em outras empresas do grupo Cosan. A Rumo Logística é acusada por líderes Guaraní Mbyá de causar danos socioambientais irreparáveis após a duplicação de trechos da ferrovia Malha Paulista, entre Itirapina e Cubatão (SP). O caso ganhou repercussão na mídia após representantes de cinco terras indígenas adquirirem ações da Rumo para ter voz dentro da assembleia geral de acionistas, exigindo o cumprimento de compensações ambientais pela obra. No encontro, realizado em 24 de abril de 2019, os Guaraní Mbyá denunciaram a poluição sonora, a perda de fauna nativa e o risco constante de atropelamentos.<sup>66</sup> Em resposta, o grupo Cosan afirma que foi firmado, em 2020, um termo de compromisso transferindo ao Comitê Interaldeias a execução das compensações ambientais mediante repasse financeiro da Rumo.

“ Tem o barulho do trem, que é a noite toda. Os animais não frequentam mais os locais de caça. A gente não tem mais uma noite calma. Eles também transportam muitos grãos que acabam se espalhando pelo território, e a gente sabe que aquele alimento não é de qualidade, é transgênico. (...) A gente acaba convivendo com o perigo: o trem passa pelos nossos territórios, onde costumamos visitar as aldeias, nas trilhas. A gente corre o perigo de ser atropelado pelo trem, porque agora o trem passa a cada dez minutos.”

**Adriano Karai, da aldeia Tenondé, em Parelheiros (SP), território atravessado pela ferrovia Malha Paulista, da Rumo Logística.\***

\* Entrevista concedida ao portal Brasil de Fato.

Em 2023, a Agência Pública e a rede Organized Crime and Corruption Reporting Project (OCCRP) revelaram que a Cosan comprou, em sociedade com o fundo de pensão Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA), mais de mil lotes de terras no Matopiba. Essas negociações ocorreram por meio da joint venture Radar Propriedades Agrícolas e suas subsidiárias, entre 2008 e 2018. Parte dessas propriedades possui histórico de grilagem, como a Fazenda Parceiros, em Formosa do Rio Preto (BA). Outras foram formadas a partir da expulsão de comunidades camponesas e ribeirinhas, como os mais de 30 imóveis adquiridos junto ao grileiro Euclides de Carli, falecido em 2018.<sup>67</sup> Segundo a Cosan, as operações locais da companhia estão “em conformidade com a legislação vigente, incluindo as áreas adquiridas junto a de Carli”.

Os casos se acumulam. Em fevereiro de 2025, o Movimento Baía Viva solicitou ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) a reabertura de uma investigação contra a Cosan Lubrificantes e Especialidades S/A — rebatizada em 2016 para Moove — após um incêndio nas instalações da empresa na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Segundo o movimento, a subsidiária do grupo Cosan opera ilegalmente em uma área residencial e coloca em risco os manguezais da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (Aparu) do Jequiá, às margens da Baía de Guanabara. O procedimento anterior foi arquivado em 2023, sem a realização de vistorias técnicas.<sup>68</sup> De acordo com a Moove, foram realizadas “diversas vistorias após o mencionado incêndio e não apontaram riscos de natureza ambiental ou populacional”.

E por falar em derivados de petróleo, a neerlandesa Shell — sócia da Cosan na Raízen — é uma das principais interessadas em participar junto à Petrobras na exploração na Margem Equatorial, na bacia da foz do rio Amazonas.<sup>69</sup> Defendido pelo governo federal, o projeto é uma das principais pedras no sapato na reconstrução da imagem do Brasil como potência ambiental, liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 20 de outubro, a 21 dias do início da COP30, o Ibama cedeu à pressão política e aprovou o licenciamento ambiental para perfuração de petróleo no Bloco FZA-M-59, abrindo caminho para a liberação de licenças para novos blocos.<sup>70</sup> Oito organizações, representando ambientalistas, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, acionaram a Justiça Federal do Pará, pedindo anulação do acordo.<sup>71</sup>



# DOS “NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS” ÀS QUEIMADAS

O grupo Cosan atravessa uma fase desafiadora. Endividado, o conglomerado erigido por Rubens Ometto perdeu R\$ 2,5 bilhões em valor de mercado após anunciar, em setembro de 2025, a necessidade de captar R\$ 10 bilhões em investimentos. Quase metade desse valor (R\$ 4,5 bilhões) foi coberto pelo banco BTG Pactual, de André Esteves, sobre o qual falamos no capítulo anterior.<sup>72</sup>

Os resultados negativos começaram ainda em 2024, quando a Raízen — joia da coroa do império de Ometto — registrou prejuízos recorrentes, levando à paralisação de plantas produtivas. Entre elas, a planta de E2G de Piracicaba (SP), convertida em unidade de testes.<sup>73</sup>



Ricardo Mussa, ex-Raízen, critica protestos durante a COP30.  
(Divulgação/SBCOP)

COSAN

Outro resultado direto da crise foi a troca de cargos na cúpula da sucroalcooleira. O então CEO, Ricardo Mussa, foi demitido após 17 anos rotacionando entre as subsidiárias do grupo. Ele dirigiu a Radar Propriedades Agrícolas entre 2007 e 2013, durante o período em que a empresa adquiriu mais de mil lotes no Matopiba, incluindo fazendas griladas. Entre 2014 e 2017, liderou a Moove (antiga Cosan Lubrificantes), quando a empresa já respondia a ações na Justiça por danos ambientais na Baía de Guanabara. Em 2020, assumiu como CEO da Raízen, onde comandou o projeto de E2G até sua saída, em novembro de 2024.<sup>74</sup>

O “sabático” do executivo durou menos de um mês. Em janeiro de 2025, Mussa foi convidado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para assumir a presidência da Sustainable Business COP30 (SBCOP), uma coalizão inspirada no B20 — fórum empresarial do G20, grupo das vinte maiores economias do mundo — para incidir diretamente no processo de negociações da conferência do clima, em Belém.<sup>75</sup>

O SBCOP é patrocinado por cinco das oito empresas listadas neste relatório: as mineradoras Vale e Hydro, o frigorífico MBRF (Marfrig e BRF), a gigante do papel e celulose Suzano e a holding Itaúsa, do banco Itaú.<sup>76</sup> Também constam como patrocinadores outras empresas com enormes passivos ambientais, como a Braskem, denunciada pelo MPF como responsável pelo afundamento de cinco bairros em Maceió,<sup>77</sup> e a JBS, multada em agosto pelo Ibama pela terceira vez seguida por comprar gado de áreas desmatadas na Amazônia.<sup>78</sup> O CEO do frigorífico coordena o grupo de Sistemas Alimentares da SBCOP. Em crise financeira, a Cosan não participa da iniciativa.

Como presidente do SBCOP, Ricardo Mussa vem defendendo uma agenda de transição energética e descarbonização gradual da economia. Sua experiência na Raízen é constantemente refletida em entrevistas à imprensa de negócios, onde destaca a importância do etanol na transição e a necessidade de união entre o agronegócio e o setor energético.<sup>79</sup> Em uma dessas aparições, para o portal Money Times, Mussa defendeu que a cúpula de Belém deveria ocorrer sem protestos ou críticas da sociedade civil.<sup>80</sup>

“Tenho receio de que acabemos lavando muita roupa suja em praça pública, com protestos durante a COP, e de que nos critiquemos demais. (...) Acho que ainda temos um pouco de complexo de vira-lata. Diferente dos locais das últimas COPs, somos um país super democrático, muito aberto. Precisamos ter orgulho do que somos e abordar as coisas boas que fazemos, e não apenas nossos problemas. Eu prefiro uma COP com maior unidade do Brasil.”

**Ricardo Mussa**, presidente da SBCOP  
e ex-CEO da Raízen \*

\* Entrevista concedida ao portal Money Times.



Mussa não é o único egresso da Raízen por trás da SBCOP. Paula Kovarsky, sua “número 2”, foi vice-presidente de Estratégia e Sustentabilidade da sucroalcooleira entre 2022 e 2024 e exerceu, durante sete anos, o cargo de diretora de Relações com Investidores do grupo Cosan.<sup>81</sup> Além da vice-presidência da SBCOP, ela coordena a área de Carbon Accounting (contabilidade de carbono, em tradução livre) da coalizão.<sup>82</sup> Um artigo publicado em 2024 na revista Brasil Energia, quando ainda era VP da Raízen, demonstra a visão de Kovarsky sobre sustentabilidade. O título: “Sustentabilidade se escreve com \$ e carbono deveria ser moeda”.<sup>83</sup>

Nos documentos de engajamento publicados no site da SBCOP, nota-se a ausência de um fenômeno fundamental para o debate sobre as emissões de carbono: as queimadas. O termo é mencionado apenas lateralmente como exemplo. A coalizão empresarial não menciona nenhuma estratégia corporativa para redução dos incêndios florestais que, segundo dados do relatório State of Wildfires, consumiram 3,7 milhões de km<sup>2</sup> no mundo entre 2024 e 2025 — uma área maior que o território da Índia.<sup>84</sup> Outro estudo, do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, mostrou que a última temporada de incêndios na Amazônia, em 2024, ultrapassou as emissões provenientes do desmatamento pela primeira vez na história. Ao todo, foram lançados 791 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (MtCO<sub>2</sub>e) na atmosfera.<sup>85</sup> Será que as empresas do grupo Cosan, responsáveis por “formar” os executivos do SBCOP, possuem relação com queimadas?

A resposta é sim. Em 18 de setembro de 2019, um incêndio de grandes proporções atingiu um canavial na área rural de Araraquara (SP), em região de Cerrado. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) multou a Raízen, proprietária do imóvel onde se originou o fogo, em R\$ 199 mil. A joint venture da Shell/Cosan pediu a anulação da autuação, alegando que a queimada teve origem desconhecida e que suas fazendas trabalham com colheita mecanizada, sem uso de fogo. A justificativa foi refutada pela Cetesb, que declarou que a empresa se omitiu. A tese foi acolhida no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). “A Raízen foi incapaz de conter o incêndio, sendo patente sua omissão no caso”, decidiu o juiz responsável. “Logo, não pode se eximir da responsabilidade pelos danos ambientais ocorridos”.<sup>86</sup>

Faísca em ferrovia da Rumo gerou incêndio que destruiu 17,8 mil hectares no Pantanal. (Reprodução/Ibama)



Em 2024, outro caso. Uma faísca gerada durante obras de manutenção da ferrovia Malha Oeste, da Rumo Logística, deu origem a um incêndio que devastou 17,8 mil hectares do Pantanal. Segundo a Repórter Brasil, o fogo começou no dia 16 de agosto, em Corumbá (MS), e levou seis dias para ser controlado. A Rumo foi autuada pelo Ibama em R\$ 57,5 milhões, a maior multa por queimadas aplicada no bioma até então.<sup>87</sup> A infração foi suspensa em junho de 2025 pela 19ª Vara Cível Federal de São Paulo, após uma ação anulatória movida pela operadora ferroviária. A Rumo alega que a responsabilidade caberia integralmente à empresa Trill Construtora Ltda., contratada para a obra de manutenção.<sup>88</sup>

Essa não foi a primeira multa ambiental aplicada à Rumo Logística no Pantanal. Em 2023, a empresa foi autuada em R\$ 15,5 milhões pelo Ibama por lançar resíduos sólidos no córrego Araputanga, em Corumbá (MS).<sup>89</sup> Em nota ao jornal Correio do Estado, a Rumo afirmou não reconhecer "qualquer dano alegado na autuação".<sup>90</sup>

Em resposta aos dados do relatório, o grupo Cosan contestou a extensão do incêndio em Corumbá, afirmando que um laudo emitido pelo Corpo de Bombeiros na madrugada seguinte ao início do fogo indicava que ele havia sido controlado. Em relação ao caso do córrego Araputanga, a empresa informa que a Rumo não realizou qualquer intervenção no local e não reconhece qualquer dano alegado na autuação.

## A "BANCADA OMETTO" VAI À COP

Quem pensa que a atuação da Cosan na COP30 se restringe à articulação setorial e à adoção de metas climáticas está enganado. Através de seu presidente, Rubens Ometto, o grupo mantém uma influência permanente em Brasília.

O empresário foi o maior doador individual de campanhas políticas nas quatro últimas eleições realizadas no Brasil. Ao todo, Ometto despejou R\$ 36,84 milhões em candidaturas nas eleições gerais de 2018 e 2022 e nas municipais de 2020 e 2024, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).<sup>91</sup>

Um dos principais beneficiários foi o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), ex-secretário da Agricultura de São Paulo e líder do lobby do etanol na Câmara. Jardim recebeu R\$ 250 mil de Ometto em 2018, a maior doação do empresário naquele ano.<sup>92</sup> Em entrevista ao Estadão, o parlamentar disse ter uma relação próxima com o dono da Cosan. "Sou coordenador da frente parlamentar em apoio ao setor sucroenergético, tenho relação pessoal e identidade do ponto de vista de setores em que ele atua", afirmou Jardim.<sup>93</sup>

Rubens Ometto é o maior doador individual de campanhas no Brasil desde 2018. (Raízen)





Sete anos depois, o deputado paulista lidera a Comissão de Transição Energética da Câmara e deve comandar os debates em torno do tema junto à delegação brasileira na COP30.<sup>94</sup> Ele foi o relator do PL 528/2020, sobre os “combustíveis do futuro” que, entre outras medidas, propunha incentivos ao diesel verde e a elevação da mistura do etanol na gasolina de 22% a 27%, podendo chegar a 35%.<sup>95</sup> O relatório de Jardim foi aprovado em março de 2024 e convertido na Lei nº 14.993/2024. Quem sai ganhando? A Cosan, é claro.

A confiança de Rubens Ometto em Arnaldo Jardim é tanta que o empresário chegou a fazer lobby para que o amigo assumisse a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária no biênio da COP30, entre 2025 e 2026. A tentativa não deu certo: Pedro Lupion (PP-PR) foi reeleito. Jardim ficou com a vice-presidência na Câmara.<sup>96</sup>

Nas eleições de 2022, o sucroalcooleiro direcionou o foco para a campanha de Tarcísio de Freitas ao governo de São Paulo. O ex-ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro foi acusado, em 2020, de beneficiar a Rumo Logística durante o processo de renovação da concessão da Malha Oeste.<sup>97</sup> Hoje cotado para concorrer à presidência em 2026, Tarcísio recebeu R\$ 200 mil de Ometto para sua campanha ao Palácio dos Bandeirantes.<sup>98</sup>



Deputado Arnaldo Jardim comanda delegação da FPA e da frente de mineração na COP30. (Reprodução/CNN Talks)

## **ÍTEGRA DA RESPOSTA DO GRUPO COSAN AOS DADOS DO RELATÓRIO**

### **Cosan – Operações Radar Propriedades Agrícolas**

"A Cosan reafirma seu compromisso com a integridade, a legalidade e a sustentabilidade em todas as suas operações e investimentos. Dessa forma, a Radar Propriedades Agrícolas, uma de suas subsidiárias, está comprometida com a gestão responsável de terras, guiada pelos mais altos padrões ambientais, legais e sociais.

Todas as aquisições de propriedades da Radar passam por avaliações detalhadas, incluindo análise da cadeia dominial, verificação de reputação e revisões socioambientais. Além disso, recorremos a terceiros especializados sempre que há necessidade de verificações adicionais, garantindo que avançamos apenas com aquisições que atendam aos padrões legais e éticos. As operações locais da companhia estão em conformidade com a legislação vigente, incluindo as áreas adquiridas junto ao Euclides de Carli. Quanto à fazenda Parceiros, essa não faz mais parte do portfólio da empresa.

Reforçamos ainda que nosso foco é a agricultura sustentável de longo prazo, com respeito ao meio ambiente e às comunidades locais, e, sendo assim, implementamos o monitoramento contínuo dos padrões de direitos humanos e segurança ocupacional, com verificações in loco realizadas em parceria com organizações da sociedade civil independentes, sempre com transparência e a adoção de melhores práticas em todas as nossas operações."

### **Rumo – Licenciamento ambiental, Pantanal e Malha Paulista**

"A concessionária avalia que é necessário desenvolver mecanismos que tratem do Licenciamento ambiental com celeridade, mas que preserve a qualidade técnica. Além do próprio licenciamento ambiental, questões como previsibilidade regulatória e segurança operacional, são temas que precisam ser tratados com a devida relevância na agenda pública, com uma perspectiva de perenidade e desenvolvimento integrado.



Quanto ao foco de incêndio identificado pelo Ibama no Pantanal e conforme apresentado pela concessionária no processo, houve laudo emitido pelo Corpo de Bombeiros na madrugada do dia seguinte ao fato (17/ago/2024), indicando que o fogo foi controlado, de modo que a área impactada teria sido muito menor do que a apontada pelo órgão ambiental. Já em relação ao caso do córrego Araputanga, a empresa esclarece que não realizou qualquer intervenção no local e não reconhece qualquer dano alegado na autuação. Destaca ainda que nas cópias do procedimento administrativo se verifica que os responsáveis pelos alegados danos ambientais são outras empresas que não possuem qualquer relação com as atividades da ferrovia. A empresa reitera seu compromisso com a evolução contínua das melhores práticas ambientais, extensiva aos seus fornecedores e parceiros de negócios.

Sobre as alegações envolvendo a duplicação da Malha Paulista, a Rumo esclarece que vinha executando normalmente os projetos decorrentes do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental – CI-PBA. Porém, em 2019, o Comitê Interaldeias informou que pretendia executar diretamente parte das obrigações previstas no Componente Indígena do Plano Básico Ambiental.

Em razão disto e visando garantir a segurança jurídica e a autodeterminação dos povos originários, em 2020, Rumo, Funai, Ibama, Ministério Público Federal e Comitê Interaldeias celebraram termo de compromisso, na qual parte das obrigações que competiam à Rumo, por desejo da própria comunidade, foi a esta transferida, ficando a Rumo responsável por realizar o repasse financeiro à esta.”

### **Moove – Ilha do Governador, Rio de Janeiro**

“A Moove reforça que possui todas as permissões e licenças necessárias para operar, em total conformidade com as legislações federais, estaduais e municipais. A companhia atua de acordo com rigorosos padrões de segurança operacional e ambiental, adotando protocolos que asseguram a prevenção e o controle de riscos em todas as suas atividades.

Ressaltamos também que órgãos técnicos e fiscalizadores realizaram diversas vistorias após o mencionado incêndio e não apontaram quaisquer riscos de natureza ambiental ou populacional. A Moove reafirma seu compromisso com a transparência, a segurança e a sustentabilidade, mantendo diálogo constante com autoridades e comunidades locais.”

### **Raízen – SBCOP**

“A Raízen esclarece que os executivos citados não integram mais o quadro de colaboradores da companhia e, portanto, não estabelece qualquer vínculo ou relação institucional com ambos. Além disso, a Raízen não participa de nenhum grupo ou coordenação ligada à SBCOP.”





# ITAÚ







## EXPOSIÇÃO A DESMATAMENTO É RISCO PARA BANCOS

# ITAÚ

Em agosto de 2021, o Banco Mundial publicou um estudo intitulado “Riscos Financeiros Relacionados à Natureza no Brasil”. O trabalho mapeou o sistema bancário brasileiro para identificar a exposição das nossas instituições financeiras a operações que impliquem em degradação ambiental. Os resultados falam por si: 15% do portfólio corporativo entre os bancos analisados possuem uma exposição elevada a empresas que potencialmente operam em áreas protegidas. Em valores monetários, isso representa R\$ 254 bilhões em operações de crédito que podem parar nas mãos de infratores ambientais. O estudo mostra que 11 de 143 empresas listadas na B3 Bovespa possuíam “controvérsias ambientais” ativas até 2019. Esse grupo recebeu R\$ 109 bilhões do sistema bancário — 7% do portfólio de crédito corporativo analisado.<sup>99</sup>

Maior banco privado da América Latina, o Itaú Unibanco não foge à regra. O conglomerado das famílias Moreira Salles e Setúbal aparece em terceiro lugar no ranking dos 30 bancos internacionais que mais concederam crédito e/ou financiamento a produtores de commodities agrícolas em cadeias com alto risco de desmatamento, atrás apenas de Banco do Brasil e Bradesco. Realizado pela coalizão Forests & Finance, o levantamento considerou 159 empresas que operam em regiões tropicais — América do Sul, Sudeste Asiático e África Central e Ocidental — e analisou operações bancárias realizadas entre janeiro de 2018 e junho de 2024. Segundo o estudo, o Itaú destinou US\$ 12,1 bilhões para parceiros atrelados a risco de desmatamento, com destaque para soja, pecuária e o setor de papel e celulose.<sup>100</sup>

O leitor mais atento poderá se questionar: esses números se referem a risco de desmatamento, portanto não significa que o Itaú efetivamente contribua para o colapso ambiental.

Acontece que no mundo dos negócios a regra de ouro é o lucro, como demonstram três casos recentes, revelados pela imprensa independente. Em 2023, a Repórter Brasil divulgou o conteúdo de áudios internos mostrando que o diretor de agronegócio do Itaú BBA, Pedro Barros, pressionou subordinados para liberar um crédito de R\$ 25 milhões para a AgroSB, empresa agropecuária pertencente ao banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, mesmo após o time de análise socioambiental do banco atribuir uma classificação de “risco alto”. Segundo a reportagem, em 15 anos a AgroSB foi autuada em R\$ 344 milhões pelo Ibama por casos sucessivos de desmatamento.<sup>101</sup>

No mesmo ano, o portal O Joio e o Trigo mostrou que, ao lado do holandês Rabobank, o Itaú aceitou doze fazendas investigadas pelo Ministério Público da Bahia por suspeita de grilagem como garantia para uma operação de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). O beneficiário era o grupo Horita, do algodoeiro Ricardo Lhossuke Horita. Os imóveis estão inseridos no Condomínio Cachoeira Estrondo, denunciado repetidas vezes por cercear o direito de ir e vir das comunidades de fundo e fecho de pasto, em Formosa do Rio Preto (BA).<sup>102</sup>

"Risco alto": AgroSB foi beneficiada por empréstimo do Itaú. (Divulgação)



Mais recentemente, em 2024, o InfoAmazonia repercutiu dados do relatório “Greenwashing na Amazônia”, elaborado pela Stand.earth em colaboração com a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica), que mostram que, desde 2019, o Itaú Unibanco destinou US\$ 1,5 bilhão em financiamento direto à Eneva, empresa que explora gás no Amazonas em uma área reivindicada pelo povo indígena Mura.<sup>103</sup>

De Olho nos Ruralistas também se debruçou sobre as operações do Itaú. No relatório “Os Invasores: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas”, lançado em abril de 2023, rastreamos conexões econômicas do banco com imóveis incidentes em territórios originários no Mato Grosso do Sul. A principal delas ocorre por meio do fundo de investimento Kinea: em outubro de 2022, ele anunciou um aporte de R\$ 400 milhões na Alvorada Produtos Agropecuários, empresa de serviços que tem como um dos sócios o dono de um imóvel que avança com 53,4 dos seus 715,7 hectares sobre a TI Guyraroká. Localizada no município de Caarapó (MS), a Fazenda Santa Emília está registrada em nome do empresário Feres Soubhia Filho, um dos proprietários da Alvorada.<sup>104</sup>



Em Paranhos, a Fazenda Ponte de Tábua incide quase totalmente na TI Ypoi/Triunfo — 433 hectares de uma área total de 434,7 ha. O dono é Sebastião Nilson Mendes, denunciado em 2011 pelo Ministério Público do Paraguai, junto a outro brasileiro, o fazendeiro Ali Mohamed Osman, por crime ambiental cometido pela empresa Issos Greenfield International S.A. Segundo a *Oxfam Paraguay*, a subsidiária do Itaú no país vizinho possui participação na empresa, informação negada pelo banco em resposta à reportagem.<sup>105</sup>

Diante desses riscos, qual é a estratégia do Itaú Unibanco em relação à COP30? Eles diminuem o apetite da instituição pelo mercado do agronegócio? Segundo Alfredo Setubal, CEO da Itaúsa, braço de participações do conglomerado, a resposta é não. Em agosto, o executivo concedeu uma entrevista ao Money Times anunciando que busca novos ativos para investir no setor.<sup>106</sup>

## ITAÚ CONTRA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Assim como o BTG Pactual, o Itaú vem atuando em várias frentes para marcar sua presença na COP30. Através da holding Itaúsa, participa do BRB Finance Coalition, aquela coalizão do setor financeiro que busca implementar iniciativas de reflorestamento e bioeconomia atreladas à emissão de créditos de carbono.<sup>107</sup>



Itaú e Syngenta levaram 21 jornalistas para cobrir programa de restauração em Mato Grosso. (Linkedin/Itaú)

Em março de 2025, o banco anunciou a emissão de R\$ 1,4 bilhão (ou US\$ 250 milhões) em títulos para financiar projetos de conservação da biodiversidade. Os recursos vêm do IFC/Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).<sup>108</sup>

Um terço desse valor (US\$ 75 milhões) já tem destino certo e irá financiar o programa Reverte, uma parceria entre Itaú e Syngenta, criada em 2022, com o objetivo de recuperar 1 milhão de hectares em solos degradados até 2030, devolvendo-os ao agronegócio. Em julho, o banco e a gigante dos agrotóxicos e sementes transgênicas anunciaram que pretendem exportar a iniciativa para o Paraguai.<sup>109</sup> E em outubro, já aquecendo os motores para a COP em Belém, as duas empresas levaram um grupo de 21 jornalistas, com despesas pagas, para conhecer fazendas-modelo beneficiadas pelo programa em Mato Grosso.<sup>110</sup>

Por falar em mídia, o Itaú também tem investido no patrocínio a veículos de imprensa. Por meio da Fundação Itaú, o banco apoia as agências Amazônia Vox e Colabora.<sup>111 112</sup> E financia, junto a outras empresas — Bradesco, MBRF Global Foods, Santander, Suzano —, a cobertura e os debates pré-COP realizados pelo portal Reset. Um desses eventos contou com a participação do presidente do Itaú BBA, Flávio Souza.<sup>113</sup> A instituição financeira também patrocinou, em abril, um curso gratuito para jornalistas que irão cobrir a COP, ministrado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).<sup>114</sup> Será que o Itaú deseja que os profissionais da imprensa cubram os lobbies?

O banco dos Moreira Salles e Setúbal é uma das empresas mantenedoras do Movimento Brasil Competitivo, que liderou a campanha pela aprovação do PL 2159/2021 — o PL da Devastação.<sup>115</sup> Dono de uma frente parlamentar própria, a Frente Brasil Competitivo, o movimento é comandado por Jorge Gerdau Johannpeter, da siderúrgica Gerdau, que faz lobby pela flexibilização do licenciamento ambiental no Brasil desde 2007.<sup>116</sup>



Presidente do Itaú BBA em seminário do Reset, mídia patrocinada pelo banco. (Divulgação)

Por meio da unidade de investimentos (Itaú BBA), o banco também integra a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que assinou em maio uma “carta aberta” do setor exigindo a aprovação imediata do projeto — que ocorreria dois meses depois, em julho.<sup>117</sup> Na corrente oposta, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, da qual o Itaú e Abag também fazem parte, soltou uma nota contrária à tramitação acelerada do projeto e pedindo a revisão dos tópicos mais sensíveis, como a Licença por Adesão e Compromisso.<sup>118</sup>

O banco também participa do lobby pela flexibilização do licenciamento por meio de sua controlada, a concessionária Motiva, antiga CCR. A empresa integra a associação MoveInfra, que teve um papel decisivo na tramitação do PL da Devastação, como vimos no capítulo anterior, sobre o grupo Cosan. A Motiva patrocinou o ciclo de seminários "Brasil Rumo à COP 30", realizado pela Globo, em parceria com o Ministério dos Transportes.<sup>119</sup> A empresa ajudou a bancar, junto com a holding Itaúsa, a Brazil Climate Investment Week, um evento pré-COP realizado em São Paulo, em junho de 2025, para discutir "soluções baseadas na natureza".<sup>120</sup>

Quem também patrocinou o evento foi a Vale, sobre a qual nos debruçaremos mais à frente. A mineradora participa junto do Itaú na iniciativa Climate Action Solutions & Engagement (C.A.S.E.), lançada em agosto, durante a abertura da São Paulo Climate Week. Integram ainda o grupo: Bradesco, Natura e Nestlé. Segundo os organizadores, a C.A.S.E. pretende selecionar e apresentar "casos que demonstrem inovação, competitividade e crescimento econômico". O objetivo? "Fortalecer o papel do setor privado na agenda climática e colaborar para superar barreiras que limitam a transformação em escala". O documento não informa que barreiras são essas.<sup>121</sup>

A C.A.S.E. terá um espaço coletivo em Belém, onde promoverá painéis e workshops. Mas essa não será a única casa do Itaú na COP. O banco terá uma área própria, a Casa Cubo, que servirá como um hub de negócios para startups. Mas não quaisquer startups: durante o lançamento do projeto, em julho, o gerente de relacionamento da iniciativa Cubo Itaú destacou que o espaço quer mesmo é atrair iniciativas ligadas ao agronegócio.

"No Cubo, temos um hub de agro com mais de 50 startups e 18 companhias do setor", informou Filipe Guimarães, em entrevista ao Globo Rural. "Todas elas serão convidadas para participar dos eventos da Casa Cubo na Amazônia, que vão acontecer quinzenalmente até a COP".<sup>122</sup>

## ÍTEGRA DA RESPOSTA DO ITAÚ AOS DADOS DO RELATÓRIO

O Itaú Unibanco atua em conformidade com a legislação ambiental e o Código Florestal, mantendo o alinhamento às melhores práticas socioambientais. Salientamos que nossas decisões são orientadas por princípios éticos, governança robusta, compromisso com a preservação ambiental e com os direitos humanos. Quanto à COP30, nosso apoio a iniciativas de cobertura jornalística visa fortalecer e democratizar o debate público qualificado, sem qualquer interferência editorial. Em relação a projetos legislativos, defendemos marcos regulatórios que conciliem desenvolvimento econômico e proteção socioambiental, sempre em diálogo com a sociedade e órgãos competentes. O Itaú Unibanco reforça seu compromisso com a agenda de sustentabilidade e reafirma seus objetivos em direção a uma economia de baixo carbono até 2050 e na mobilização de R\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis até 2030.





# MARFRIG







# MARFRIG

## FRIGORÍFICO PATROCINA COBERTURA MIDIÁTICA E SE ALIA A ONGS

Em 5 de setembro de 2025, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou o acordo de incorporação do frigorífico BRF, dono das marcas Sadia e Perdigão, pela Marfrig. A fusão criou uma nova gigante do agronegócio: a MBRF Global Foods, segunda maior produtora de proteína animal do mundo, com uma receita anual estimada em R\$ 152 bilhões.<sup>123</sup>

O acordo cria também uma gigante do lobby. O fundador da Marfrig e presidente do conselho da nova MBRF, Marcos Antonio Molina dos Santos, possui acesso aos altos escalões do poder: do presidente da República aos ministros do Supremo Tribunal Federal, passando pelos líderes do Congresso.<sup>124 125</sup> Diferente de Rubens Ometto, da Cosan, ou dos rivais Wesley e Joesley Batista, da JBS, Molina não financia diretórios partidários ou campanhas parlamentares. Sua influência é mais branda, fazendo seu frigorífico passar, muitas vezes, abaixo do radar.

É o que acontece em relação à COP30. Com R\$ 417 bilhões em receitas anuais — quase o triplo da MBRF —, a JBS atrai boa parte dos olhares internacionais durante o evento climático. A maior empresa de proteína animal do planeta é tema de dezenas de relatórios que contestam os resultados de ações de sustentabilidade e rastreabilidade implementadas na última década. Em abril de 2025, a JBS tornou-se alvo da campanha Vilões do Clima, da World Animal Protection, com projeções públicas em prédios de São Paulo ressaltando os danos ambientais causados pelo frigorífico.<sup>126</sup>

Por meio de seu CEO, Gilberto Tomazoni, a empresa dos irmãos Batista vem liderando o empresariado brasileiro em eventos preparatórios da COP30, como a Semana do Clima de Nova York,<sup>127</sup> além de patrocinar parte da cobertura jornalística em torno da cúpula. A JBS aparece entre as patrocinadoras do Espaço Folha em Belém, da Folha de S. Paulo, e de coberturas especiais dos jornais O Globo e Valor Econômico.<sup>128 129</sup>

# QUEM PATROCINA A COBERTURA JORNALÍSTICA DA COP30

Grupos de mídia são financiados por empresas com passivos ambientais

**O GLOBO** ECONÔMICO **Valor** **CBN**

JBS e Vale

**GZOBORU** **AL**

MBRF (Marfrig/BRF) e JBS

**FOLHA DE S.PAULO**



Ambipar e JBS  
(patrocínio) e Vale (apoio)

**ESTADÃO**

Hydro, JBS  
e Ajinomoto

**CNN**  
**BRASIL**

Hydro, Bradesco, Copersucar  
e Acelen Renováveis



**RECORD**

Agropalma, Status Construções  
e Norte Refrigeração

**GRUPO LIBERAL**

Hydro, Agropalma, Natura, Instituto  
Brasileiro de Mineração (Ibram),  
Sinobras, Status Construções e Vale

**re|set**

Itaú, MBRF (Marfrig/BRF),  
Natura, Bradesco, Suzano,  
Santander e Axia Energia



Mas a MBRF não fica atrás. A empresa de Marcos Molina apoia a iniciativa Um Só Planeta, um portal de sustentabilidade do grupo Globo, e o portal Reset, focado em soluções climáticas a partir de uma perspectiva corporativa.<sup>130 131</sup> Ao lado da JBS, patrocinou o 4º Fórum Futuro do Agro, realizado pelo Globo Rural.<sup>132</sup> E teve papel fundamental na realização do Summit ESG, do Estadão.<sup>133</sup>

Mas o fator que difere os dois frigoríficos é a atuação recorrente da antiga Marfrig (hoje MBRF) com ONGs ambientais. Um exemplo disso é a parceria com o Imaflores e a estadunidense The Nature Conservancy na implementação do Programa Verde+, principal peça de divulgação da empresa para a COP30.<sup>134</sup>

Anunciada em 2021, a iniciativa visava ampliar a rastreabilidade da cadeia produtiva bovina, incluindo fornecedores indiretos, até 2025 — um princípio estabelecido desde a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Carne, em 2009.<sup>135</sup> Um relatório do Instituto Arapyaú sobre boas práticas em soluções climáticas, publicado em junho deste ano, informa que o programa da MBRF havia concluído o mapeamento de 100% dos fornecedores diretos. Entre os indiretos, foram cadastrados 88,8% dos fornecedores da Amazônia e 79,6% do Cerrado. No caso do Cerrado, o prazo de implementação não é 2025, mas sim 2030.<sup>136</sup>

Cabe aqui destacar um detalhe importante: o presidente do conselho do Arapyaú, Roberto Waack, é conselheiro de administração e coordenador do Comitê de Sustentabilidade do frigorífico desde a criação do colegiado, em 2019. O executivo foi também presidente da Fundação Renova, da mineradora Vale.<sup>137</sup>



Império de Marcos Molina  
carrega violações na  
cadeia de fornecimento.  
(Divulgação/BRF)

Em 2021, antes da fusão com a BRF, Waack integrou uma comitiva da Marfrig para a COP26, em Glasgow, na Escócia.<sup>138</sup> O grupo era composto por Marcos Molina, pelo diretor de Sustentabilidade e Comunicação Corporativa, Paulo Pianez, e outros dois membros do Comitê de Sustentabilidade: a estudante Marcella Santos, filha de Molina e herdeira do frigorífico; e Marcelo Furtado, ex-diretor executivo do Greenpeace Brasil.<sup>139</sup> Os quatro ainda integram o comitê, com mandato até 2027.

Dois anos depois, em 2023, a Marfrig patrocinou a realização de um painel sobre sistemas alimentares na prestigiosa Chatham House, em Londres. Além de Paulo Pianez e Marcella Santos, participaram do encontro o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), Jorge Viana, e a ex-ministra do Meio Ambiente e líder do Painel Internacional de Recursos Naturais da ONU, Izabella Teixeira.<sup>140</sup>

Criada a partir do Royal Institute of International Affairs, a Chatham House é o principal think tank de política externa na Europa e vem atuando ativamente na preparação para a COP30, em particular na área de transição energética.<sup>141</sup> É atualmente presidido pelo ex-primeiro-ministro britânico John Major, além de ter o rei Charles III como patrono. E qual é a única empresa brasileira listada entre os associados da Chatham House? A Marfrig, de Marcos Molina — hoje MBRF.<sup>142</sup>

A relação do frigorífico com o think tank britânico vai além: a diretora executiva do programa Chatham House Sustainability Accelerator, Ana Yang, é integrante do Comitê de Sustentabilidade da MBRF. Antes, ela atuou na certificadora florestal Forest Stewardship Council e no IFC (Banco Mundial). Esta última fechou, em 2024, um acordo com a empresa de regeneração de ecossistemas Biomas, fundada justamente pela Marfrig, em parceria com Suzano e Vale, além dos bancos Itaú, Santander e Rabobank.<sup>143</sup>

Além da MBRF, Ana Yang preside o conselho do Instituto Clima e Sociedade (iCS). Na Chatham House, ela é acompanhada pelo colega de comitê Roberto Waack.

## DESMATAMENTO E TERRAS INDÍGENAS CONTAMINAM CADEIA DA CARNE

A iniciativa de mapeamento de fornecedores não isentou a Marfrig/MBRF de protagonizar denúncias de compra de gado contaminado por desmatamento ilegal ou oriundo de terras indígenas. Um estudo da Mighty Earth mostrou que o frigorífico adquiriu, em 2021, 36 bois da Fazenda Laranjeira, em Pimenta Bueno (RO), onde foi identificado um desmatamento recente de 258 hectares, efetuado entre agosto e setembro de 2023, além de 30 alertas de queimada.<sup>144</sup> A compra ocorreu no mesmo ano em que o programa Verde+ havia entrado em vigência.

A mesma organização mostrou em outro estudo, de 2024, que o frigorífico comprava animais, tanto direta como indiretamente, do pecuarista Claudecy Oliveira Lemes. Ele é investigado pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) por utilizar 25 tipos de agrotóxicos — entre eles o 2,4-D, um dos compostos do Agente Laranja, utilizado pelos EUA durante a Guerra do Vietnã — para destruir uma área de 81,2 mil hectares no Pantanal mato-grossense, no município de Barão de Melgaço, entre 2021 e 2023.<sup>145</sup> A investigação levou ao sequestro de bens e à aplicação de multas que, somadas, chegavam a R\$ 2,9 bilhões — a maior sanção administrativa já aplicada pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema). O caso foi noticiado pelo Fantástico, da TV Globo. Em 20 de junho, a Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) negou o pedido de prisão contra Lemes, solicitado pelo MPMT.<sup>146</sup>

De Olho nos Ruralistas mostrou ainda que Claudecy Lemes figura entre os 142 empresários do agronegócio que financiaram atos antidemocráticos após as eleições de 2022, culminando na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Os dados são do dossiê “Agrogoelistas”.<sup>147</sup>

A lista de casos contra a Marfrig é extensa e envolve a compra de gado de áreas protegidas. Em 2022, uma reportagem do portal O Joio e o Trigo em parceria com o Bureau of Investigative Journalism revelou que uma fazenda fornecedora da Marfrig criava animais dentro da TI Menku, do povo M̃yky, no norte de Mato Grosso. A análise das Guias de Transporte Animal (GTA) aponta que, por meio do frigorífico, a carne chegou a uma unidade de produção de papinhas infantis da Nestlé. Em resposta aos dados, a Marfrig informou que sua política de restrição de fornecedores considera apenas as terras indígenas que receberam homologação da Presidência da República. Isso porque, no caso da TI Menku, foi demarcada uma porção menor do território, em 1987. Desde 2012, os indígenas aguardam a homologação da área ampliada, mas o processo encontra-se travado na Justiça após a contestação por fazendeiros da região.<sup>148</sup>



Dois anos antes, em 2020, uma investigação da Repórter Brasil mostrou que o frigorífico de Marcos Molina adquiriu no ano anterior 94 bois de uma propriedade localizada dentro da TI Apyterewa, em São Félix do Xingu (PA). Pertencente ao povo Parakanã, o território é considerado um dos mais devastados do país e sofre com invasões constantes de pecuaristas. Mas, ao contrário da TI Menku, a Apyterewa foi homologada em 2007. Diante da repercussão internacional, a Marfrig interrompeu suas atividades no estado do Pará em março de 2020.<sup>149</sup>

A recorrência nas denúncias levou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a negar, em 2022, um pedido de empréstimo de US\$ 43 milhões solicitado pelo frigorífico. O motivo alegado pela instituição financeira foram os riscos ambientais associados à operação da empresa de Marcos Molina.<sup>150</sup>

Em fevereiro de 2023, um consórcio de organizações da sociedade civil apresentou ao Tribunal de Justiça de Paris uma ação contra o BNP Paribas, maior banco francês, por prestar serviços financeiros à Marfrig — na época, em pleno processo de incorporação da BRF. O grupo alegava que, ao manter a parceria com o frigorífico brasileiro, o BNP Paribas estaria violando a Lei do Dever de Vigilância, que exige que multinacionais francesas estabeleçam planos de vigilância para prevenir violações de direitos humanos e danos ao meio ambiente.<sup>151</sup>



Fornecedor da Marfrig causou maior desmatamento químico da história em Mato Grosso. (Reprodução/MPMT)





HYDRO

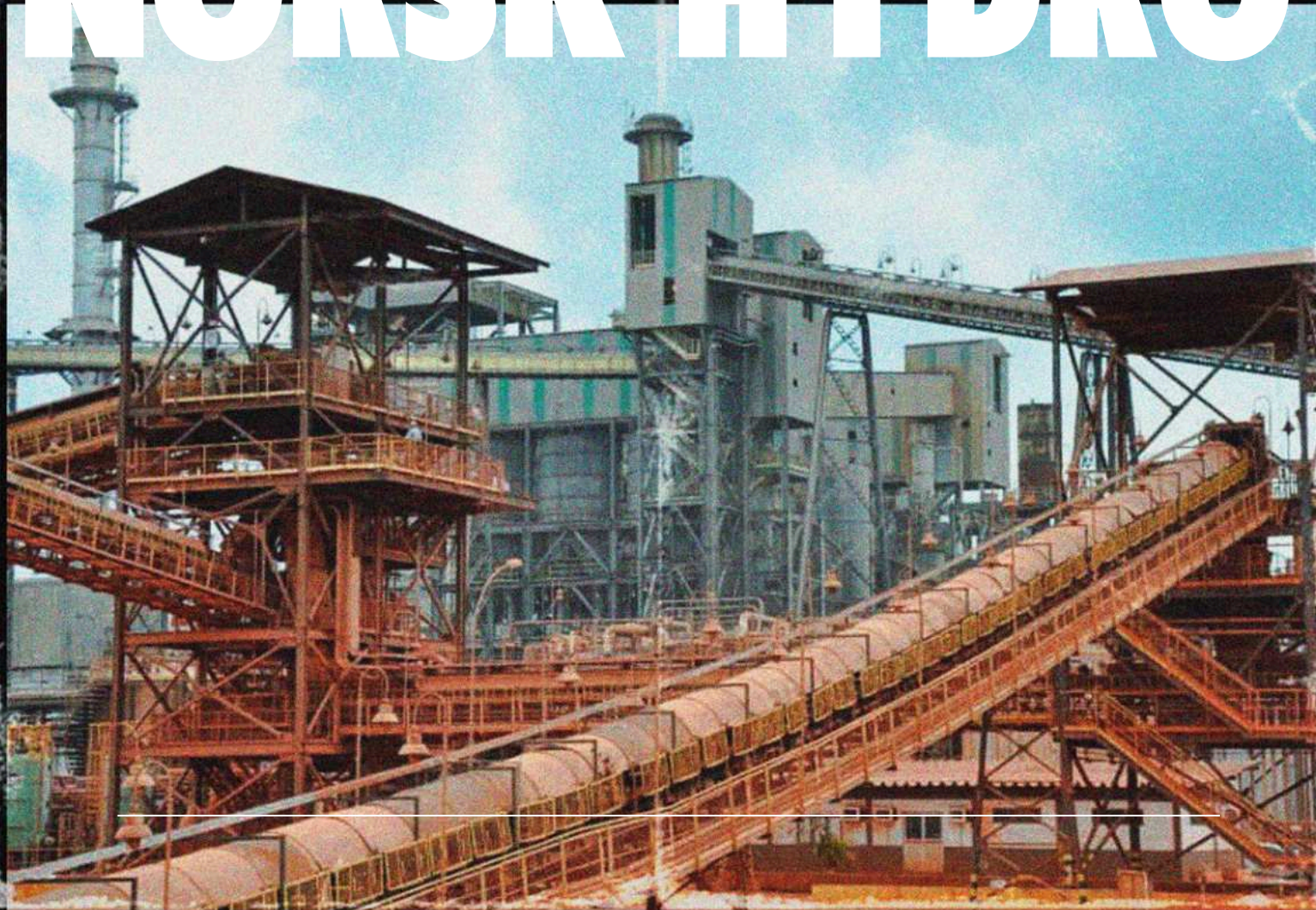
## Programa de Eliminação de Alto Risco

*"Celebrar vidas semeando vidas"*

Cada muda plantada neste local representa um High Risk eliminado durante o primeiro semestre de 2016.

A Hydro Alunorte acredita que juntos podemos atingir o acidente zero.

# NORSK HYDRO







## MULTADA POR DESMATAMENTO, MINERADORA INVESTE EM MARKETING PARA A COP30

# NORSK HYDRO

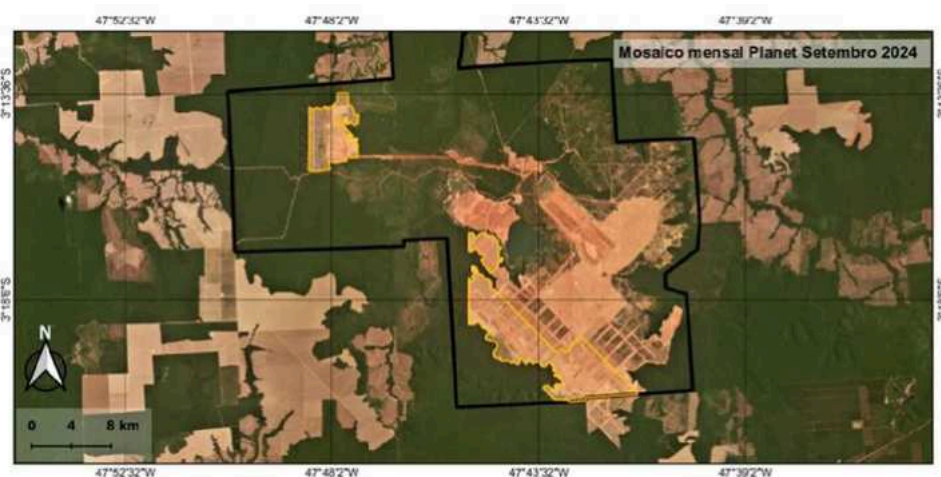
"Destruir 1.725 hectares de floresta nativa do bioma amazônico sem autorização do órgão ambiental competente". Essa é a descrição da autuação ambiental mais recente aplicada pelo Ibama à Mineração Paragominas, subsidiária do grupo norueguês Norsk Hydro. A infração foi lavrada em 5 de fevereiro de 2025, no município de Paragominas (PA). O valor da multa? R\$ 8,63 milhões.<sup>152</sup>

A área fica próxima da mina de bauxita da empresa e a menos de 300 quilômetros de Belém, onde a Hydro investe pesado para emplacar uma imagem de pioneirismo na transição para o "alumínio verde" — isto é, o alumínio produzido com o uso de energias renováveis.<sup>153</sup>

Em 2024, a mineradora anunciou a conclusão de um investimento de R\$ 1,6 bilhão para substituir o óleo combustível usado na refinaria Alunorte, em Barcarena (PA), por gás natural.<sup>154</sup> Somando aos aportes de R\$ 7 bilhões na geração de energia solar e eólica, a Hydro projeta reduzir 30% das emissões de CO<sub>2</sub> em suas operações no Brasil até 2030 e neutralizar as emissões de carbono até 2050.<sup>155</sup>

Essas ações, somadas a investimentos massivos em marketing e patrocínio, colocaram a gigante norueguesa em uma posição de destaque durante a preparação para a COP30.

A Hydro foi a patrocinadora master da 1ª Semana do Clima da Amazônia, realizada entre os dias 15 e 18 de julho, em Belém.<sup>156</sup> O CEO da empresa, Anderson Baranov, discursou durante o evento, enfatizando as iniciativas socioambientais da mineradora. "Essa será a COP das pessoas e das soluções concretas", afirmou o executivo. "Além de apresentar resultados de descarbonização, a Hydro terá um grande foco em mostrar o que está fazendo junto às comunidades das regiões em que opera".<sup>157</sup> Falaremos mais sobre a relação da Hydro com as comunidades locais nas próximas páginas.



Mapa anexado ao processo mostra, em amarelo, as áreas desmatadas pela Hydro. (Reprodução/TRF1)

Em sua página no LinkedIn, Baranov comanda um programa de entrevistas chamado "A Caminho da COP", onde conversa com executivos de empresas e ONGs ambientais.<sup>158</sup> O CEO da Hydro é um "Top Voice" da plataforma e usa sua audiência para divulgar ações sociais da multinacional, como a doação recente de uma Usina da Paz para o município de Moju. A construção desses complexos comunitários em parceria com setor privado constitui um dos pilares do governo Helder Barbalho (MDB) e inclui doações de outras empresas, como a Vale.<sup>159</sup>

No comunicado sobre o projeto, a Hydro afirma que a Usina da Paz de Moju custou R\$ 64 milhões e é a entrega mais recente da parceria com o governo estadual. Além dela, três unidades já foram entregues ao custo de R\$ 160 milhões e outras três serão abertas nos municípios de Paragominas, Tomé-Açu e Barcarena — esta última, em parceria com a subsidiária Albras, de alumínio primário.<sup>160</sup>

Cabe destacar que o governo do Pará concedeu em 2015, durante a gestão de Simão Jatene (PSDB), uma série de incentivos fiscais à cadeia do alumínio, reduzindo a carga tributária sobre o ICMS mediante a realização pelas empresas de investimentos em tecnologia, inovação e sustentabilidade. Segundo um artigo dos pesquisadores Carlos Eduardo Siqueira e Edir Veiga, publicado na revista *Ambiente & Sociedade*, as isenções ao setor de alumínio podem chegar a R\$ 7,5 bilhões na última década.<sup>161</sup>



Comunidades tradicionais protestam contra a Hydro, em Belém. (Fabyo Cruz/Cenarium)

Questionada sobre a relação com o governador Helder Barbalho e as isenções fiscais, a Hydro negou haver quaisquer conflitos de interesses. “Se tratam de mecanismos com finalidades e regulamentações próprias, operando em esferas separadas e transparentes”, informa a nota.

Junto às ações sociais, a mineradora tem investido em peso na comunicação. Em julho de 2025, lançou uma campanha institucional atrelada diretamente à COP e estrelada por Fafá de Belém.<sup>162</sup> A cantora paraense mantém uma relação próxima com a Hydro: além de ter participado em campanhas publicitárias anteriores, ela foi a atração principal da Semana do Clima da Amazônia — financiada pela mineradora — e está presente na websérie “Expressões do Pará”, lançada pela Hydro em outubro, a poucos dias da COP30.<sup>163</sup>

Ainda em julho, por meio de um convênio com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), a mineradora patrocinou a ida de uma delegação de 25 jornalistas para Belém, com direito a visita guiada na refinaria Alunorte, em Barcarena, e em uma das Usinas da Paz financiadas pela Hydro.<sup>164</sup>

No mesmo mês, o CEO da gigante norueguesa participou do CNN Talks, um encontro sobre clima e infraestrutura organizado pela CNN Brasil e pela Agência iNFRA.<sup>165</sup> A Hydro não apenas patrocinou o evento, como também financia a cobertura especial do canal estadunidense.<sup>166</sup> Durante a COP, as duas empresas estarão juntas na Casa Brasil Belém, espaço do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) dedicado à transição energética. A Hydro é patrocinadora e a CNN parceira de mídia. O espaço conta ainda com apoio da Prefeitura de Belém.<sup>167</sup>

Por último, e não menos importante, a mineradora patrocinará a cobertura in loco realizada pelo jornal paraense O Liberal — junto a outras empresas com histórico ambiental controverso, como Agropalma e Vale.<sup>168</sup>

Fica a pergunta: esses veículos questionariam a mineradora sobre o desmatamento de 1.725 hectares na Amazônia em pleno ano de COP30?



## HYDRO ACUMULA DENÚNCIAS E CONFLITOS NO PARÁ

A área desmatada pela subsidiária da Hydro em Paragominas no começo de 2025 é 34 vezes maior que o espaço dedicado para receber os pavilhões da Blue Zone e Green Zone, no antigo aeroclube de Belém.

Em uma ação na Justiça Federal relativa ao auto de infração lavrado pelo Ibama, a Mineração Paragominas afirma possuir as licenças ambientais autorizando o corte da vegetação. Em 14 de julho, cinco meses depois do desmate, a mineradora conseguiu uma decisão liminar que suspendeu apenas o embargo da área. O mérito das sanções aplicadas pelo Ibama ainda será decidido pelo juiz que recebeu o mandado de segurança da empresa.<sup>169</sup>

Em resposta aos dados do relatório, a Hydro reforça que “as atividades de supressão de vegetação foram prévia e devidamente licenciadas, autorizadas e auditadas e ocorreram em total atendimento aos limites e condições previstas nas autorizações”.

Mas esse não é o único passivo ambiental relacionado às operações da empresa. Em julho de 2024, a Justiça Federal condenou a Hydro Alunorte a pagar R\$ 100 milhões em contribuição a entidades ambientais ou culturais públicas por ter contaminado e poluído uma área no município de Barcarena em 2009, após o transbordamento de rejeitos sólidos de suas instalações.<sup>170</sup> A empresa nega que as chuvas de 2009 tenham resultado na poluição do rio Pará e afirma que recorreu da decisão proferida pela 9ª Vara Federal de Justiça do Pará.

A refinaria de alumínio também responde na Corte de Roterdã, nos Países Baixos, a uma ação proposta pela Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama), que busca reparação pelas sequelas causadas nas comunidades tradicionais por um vazamento de “lama vermelha” — uma mistura de argila, sílica e sobras metálicas do refino da bauxita — nos rios de Barcarena, em 2018.<sup>171</sup> Em maio de 2024, o tribunal neerlandês aceitou a legitimidade da ação e julgará o processo, que se encontra em tramitação.<sup>172</sup>

Cerca de 350 quilômetros ao sul, outra subsidiária da Hydro protagoniza conflitos com povos do campo. Com uma produção anual de 11,4 milhões de toneladas de bauxita, a Mineração Paragominas foi denunciada na Justiça por representantes de 26 comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas do Vale do Acará, no sudeste paraense. Eles relatam uma série de impactos ambientais causados pelo mineroduto que liga a mina de bauxita à refinaria da Hydro Alunorte, em Barcarena. O caso se desenrola há duas décadas, mas vem se acirrando nos últimos anos diante do início das obras de expansão da estrutura.<sup>173</sup> Em setembro de 2024, sete associações, que representam cerca de 600 famílias afetadas pelo mineroduto, publicaram um manifesto contra "o massacre promovido pela mineradora Norsk Hydro, com o apoio do governador Helder Barbalho".<sup>174</sup>

A Mineração Paragominas entrou com uma ação na Justiça do Pará e, em 16 de agosto de 2024, conseguiu uma liminar para que pudesse retomar as obras, após uma série de protestos paralisar a continuidade dos serviços no mineroduto. Em sua última petição anexada ao processo, em julho de 2025, o Ministério Público Federal (MPF) afirma que, apesar de um acordo estabelecido para encerrar o conflito com uma das associações, firmado no fim de 2024, o caso é de competência da Justiça Federal pois envolve a titulação de áreas indígenas das etnias Tembé e Turiwara e de comunidades quilombolas em processo de titulação. Segundo o MPF, o mineroduto atravessa dois territórios quilombolas (Amarqualta e Betel) e tem "evidente potencial de causar impactos relevantes na vida e saúde dos moradores".<sup>175</sup>



Mineroduto de bauxita liga Paragominas a Barcarena e causa impactos para indígenas, quilombolas e ribeirinhos.  
(Divulgação/Hydro)

Segundo a petição, mesmo com as denúncias recorrentes que já circulavam na mídia, em dezembro de 2022 a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas-PA) resolveu conceder à Mineração Paragominas uma licença de operação do mineroduto, com validade até 2027, sem a realização obrigatória do Estudo de Componente Quilombola.

Em resposta, a Hydro afirmou que investe continuamente em melhorias tecnológicas e operacionais em todo o processo produtivo, cumprindo rígidos controles ambientais e legislações vigentes e aplicáveis. "A Hydro e a Alunorte estão comprometidas em ser boas vizinhas, investindo continuamente em iniciativas sociais, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades de Barcarena e de outras cidades do Pará onde a Hydro tem atividades".

Apesar do histórico de danos ambientais, a Semas-PA anunciou, em março deste ano, a celebração de um "memorando de entendimento" com a Hydro para implementação de estratégias de descarbonização e práticas sustentáveis no Pará. Segundo a pasta, a parceria abrange a recuperação de áreas degradadas e o aprimoramento da gestão ambiental, enfatizando a redução de emissões de carbono e a segurança das instalações. O documento foi firmado durante a 93ª Convenção Anual da Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC), em Toronto, no Canadá.<sup>176</sup>

## **ÍTEGRA DA RESPOSTA DA NORSK HYDRO AOS DADOS DO RELATÓRIO**

### **1) Quais são as principais alegações da empresa sobre o auto de infração, multa e embargo por conta do desmatamento de 1.725,06 mil hectares de floresta nativa do bioma amazônico sem autorização do órgão ambiental competente atribuído à Mineração Paragominas ?**

A Justiça Federal suspendeu os efeitos do termo de embargo em julho de 2025. A Mineração Paragominas impetrou Mandado de Segurança e apresentou defesa administrativa contestando o auto de infração e o termo de embargo, tendo anexado ao processo evidências robustas de conformidades de todas as suas atividades.

As atividades de supressão de vegetação foram prévia e devidamente licenciadas, autorizadas e auditadas e ocorreram em total atendimento aos limites e condições previstas nas autorizações.



## **2) As ações da empresa associadas à COP 30 (campanhas publicitárias, patrocínios de eventos, cobertura de O Liberal) podem ser classificadas como greenwashing como avaliam pesquisadores ouvidos pela pesquisa?**

A Hydro refuta qualquer alegação de greenwashing. As informações socioambientais divulgadas pela Hydro são baseadas no cumprimento concreto e mensurável de metas, apresentadas em relatórios anuais elaborados segundo padrões internacionais reconhecidos, como GRI, ONU e ESRS, e auditados de forma independente. Além disso, a companhia mantém um diálogo contínuo e transparente com comunidades, ONGs, especialistas e demais stakeholders, garantindo que suas mensagens reflitam a prática e orientem o aprimoramento contínuo de suas ações.

As ações da Hydro, que incluem patrocínios e o apoio a iniciativas culturais, estão alinhadas à sua agenda de sustentabilidade, reforçam o orgulho da empresa em fazer parte da história do Pará e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente. Nos últimos cinco anos, a empresa destinou mais de R\$ 34 milhões em patrocínios e ações culturais, reforçando seu apoio contínuo à cultura paraense. Entre os exemplos estão mais de 10 anos de apoio ao Círio de Nazaré e o pioneirismo em ser a primeira organização privada a patrocinar o Coro Carlos Gomes. Desde 2022, a Hydro tem participado de investimentos na ordem de R\$ 12,6 bilhões em projetos de reflorestamento, economia circular, energias renováveis e tecnologias que reduzem emissões, posicionando a região Norte como um polo de descarbonização industrial.

As iniciativas da companhia refletem um compromisso genuíno e de longo prazo com a transparência, o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, a descarbonização das operações e o respeito aos direitos humanos. Com presença consolidada e operações estratégicas no Pará, a realização da COP30 representa um marco para fortalecer sua atuação sustentável e ampliar o diálogo regional.

## **3) Quais são as principais alegações da empresa sobre a recente decisão da Justiça Federal sobre o pagamento de R\$ 100 milhões por conta do desastre ambiental em Barcarena de 2019?**

A Alunorte nega veementemente que o evento de chuvas de 2009 (e não de 2019) tenha resultado na poluição do rio Pará. Durante o processo, a Alunorte forneceu provas técnicas, feitas por instituições independentes, ao tribunal demonstrando que não houve danos causados ao rio Pará pelo evento de chuva. A Alunorte recorreu da decisão proferida pela 9ª Vara Federal de Justiça do Pará.

A Hydro e a Alunorte investem continuamente em melhorias tecnológicas e operacionais em todo o processo produtivo, cumprindo rígidos controles ambientais e legislações vigentes e aplicáveis.

A Hydro e a Alunorte estão comprometidas em ser boas vizinhas, investindo continuamente em iniciativas sociais, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades de Barcarena e de outras cidades do Pará onde a Hydro tem atividades.

**4) As ações da empresa de financiar as Usinas da Paz em parceria com o governo do Pará podem gerar conflito de interesse, considerando que a empresa tem isenções tributárias concedidas pelo mesmo governo estadual? Quais são as contrapartidas da empresa executadas de 2015 até agora dentro das resoluções que permitem a isenção tributária da cadeia produtiva do alumínio?**

A Hydro enfatiza que suas ações de responsabilidade social, como o apoio às Usinas da Paz, e os incentivos fiscais concedidos pelo Estado são processos distintos, conduzidos com total conformidade legal e ética e suas empresas cumprem contrapartidas claras, mensuráveis e auditáveis, em estrita observância à política fiscal estadual. A empresa não identifica qualquer conflito de interesse, uma vez que se trata de mecanismos com finalidades e regulamentações próprias, operando em esferas separadas e transparentes.

Entre as principais contrapartidas da Hydro destacam-se o apoio à verticalização da cadeia produtiva do alumínio, o aumento da produção local, a priorização das vendas internas para o mercado regional e a implementação de linhas de produção de ligas especiais, investindo em tecnologia e inovação para agregar valor ao alumínio produzido no Pará.

A Hydro participa da construção das Usinas da Paz por meio de uma parceria público-privada (PPP) com o Governo do Pará - um modelo que une esforços do setor público e privado para promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde a empresa atua.

Em 2020, foi firmado um acordo de cooperação para apoiar o programa Territórios da Paz (TerPaz), com investimento de R\$ 60 milhões na construção de Usinas da Paz - complexos multifuncionais voltados à transformação social, redução da violência e promoção da cidadania. As obras foram executadas em parceria com o Estado, reforçando o compromisso da Hydro com o desenvolvimento local.

Desde o início do programa, os resultados vêm sendo expressivos: as cinco unidades de Belém já realizaram mais de 600 mil atendimentos à população, contribuindo para uma redução histórica de 63% nos crimes violentos e de 44% nos índices de furto no bairro do Guamá. As Usinas da Paz oferecem mais de 70 tipos de serviços gratuitos à comunidade, incluindo atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e sociais, além de palestras, capacitações e atividades educativas voltadas à prevenção, saúde e cidadania, beneficiando diretamente milhares de famílias paraenses.





A COP DOS LOBBIES

2025



# SUZANO





## EXTENSÃO TERRITORIAL DA SUZANO É ATIVO PARA A COP30

# SUZANO

Quem é o maior proprietário individual de terras do Brasil? Em um país cuja matriz fundiária foi historicamente forjada pela grilagem e por fraudes cartoriais, essa é uma pergunta difícil de responder. Ao longo das décadas, foram vários os “reis da Amazônia”, com latifúndios que cobriam áreas do tamanho de países como Suíça ou Dinamarca. Alguns desses casos foram detalhados na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem, de 2001.<sup>177</sup> Porém, entre as empresas de capital aberto, é seguro afirmar que o grupo Suzano aparece no topo da lista.

Segundo o último relatório de sustentabilidade, de 2024, a produtora de papel e celulose possui 2,9 milhões de hectares em imóveis próprios ou arrendados — uma área do tamanho da Armênia. Desse total, 1,7 milhão (59%) é destinado à produção de eucalipto. Outros 1,1 milhão de hectares são separados, segundo a Suzano, para conservação. A “base florestal” da empresa se espalha por 11 dos 26 estados brasileiros: São Paulo (onde fica a sede), Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, no Sudeste; Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, os quatro estados do Matopiba; além de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Pará.<sup>178</sup>



Fábrica da Suzano  
em Ribas do Rio  
Pardo (MS).

(Portal Celulose)

Esses números foram engordados no ano passado com a compra de 70 mil hectares na região de Ribas do Rio Pardo (MS), onde a Suzano inaugurou, em junho de 2024, a maior fábrica de celulose do mundo. A aquisição das terras custou R\$ 2,1 bilhões e foi realizada em parceria com outra empresa citada neste relatório: o banco de investimentos BTG Pactual, através de seu braço florestal Timberland Investment Group.<sup>179</sup> O interesse do banco de André Esteves na Suzano se justifica pelo potencial de negociar créditos de carbono gerados a partir de florestas plantadas.<sup>180</sup>

De Olho nos Ruralistas mostrou no relatório “Os Gigantes”, que mapeou as políticas ambientais dos 100 maiores municípios brasileiros em extensão territorial, que o papel da Suzano em Ribas do Rio Pardo vai muito além dos investimentos. Com o objetivo de preparar o município para crescer de forma sustentável após a inauguração da fábrica, a empresa lançou, em março de 2023, seu programa de Apoio à Gestão Pública (AGP). O primeiro eixo do AGP propunha a interferência direta da Suzano no poder público, com o apoio à prefeitura para “estruturação de seus quadros e ferramentas para comportar o expressivo aumento de receita resultante da implantação da nova fábrica de celulose”. O segundo diz respeito à participação da empresa no ordenamento territorial por meio do “apoio à gestão na promoção e indução do desenvolvimento territorial (...) incluindo questões como habitação, ocupação do solo, transporte público, entre outras”.<sup>181</sup>

A vastidão geográfica ocupada pela Suzano é um dos principais ativos que a empresa traz para a COP30, em Belém. Em dezembro de 2024, o grupo anunciou um acordo com o IFC, do Banco Mundial, para conectar 35 mil hectares de fragmentos de vegetação nativa no Cerrado sul-mato-grossense.<sup>182</sup> Mais recentemente, em outubro de 2025, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de R\$ 250 milhões à Suzano para a restauração de 24 mil hectares em áreas degradadas em São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Pará — incluindo a regularização ambiental de mais de mil propriedades rurais, sendo 60% em imóveis de terceiros, parceiros da Suzano.<sup>183</sup>

Esses dois anúncios fazem parte de um compromisso maior assumido pela produtora de celulose de conectar 500 mil hectares em corredores ecológicos no Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia até 2030. Essa cifra, aliás, constitui uma parcela importante da meta de 3,65 milhões de hectares anunciada pela Coalizão Financeira para Restauração e Bioeconomia do Brasil (BRB Finance Coalition), da qual falamos na seção sobre o BTG Pactual. Além da Suzano, o grupo é composto pelo Fundo Vale, o Instituto Itaúsa e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) — no qual o grupo de David Feffer também é associado.<sup>184</sup>



# GIGANTE DA CELULOSE LIDERA ARTICULAÇÕES EMPRESARIAIS

A BRB Finance Coalition é uma das principais articulações da Suzano para a COP30, mas não é a única. A produtora de celulose patrocina o SBCOP, grupo liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e presidida por um ex-executivo da Raízen. A vice-presidente de Sustentabilidade, Comunicação e Marca da Suzano, Maria Luiza Paiva, compõe a coordenação de transição energética da aliança.<sup>185</sup> Antes de assumir o cargo, ela foi VP de Sustentabilidade da Vale entre 2021 e 2024.<sup>186</sup>



Presidente da Suzano (esq.) e governador Paulo Hartung, hoje no Ibá, deram coletiva conjunta sobre compra da Fibria.

(Ascom/Governo do Espírito Santo)

O SBCOP é mencionado na página institucional da Suzano para a COP. O texto destaca o papel da coalizão em “influenciar debates, compartilhar boas práticas e colaborar para que políticas públicas e compromissos internacionais sejam mais ambiciosos e realistas”.<sup>187</sup> Como vimos, a Suzano não é a única empresa entre as oito analisadas neste estudo que integra a iniciativa: as mineradoras Vale e Hydro, o frigorífico MBRF (Marfrig e BRF) e a holding Itaúsa, do banco Itaú, também patrocinam o SBCOP.

Essa não é a única característica em comum entre elas. Assim como Itaú e Vale, a Suzano também possui um instituto privado dedicado à sustentabilidade: o Instituto Ecofuturo, que administra o Parque das Neblinas, em São Paulo, e promove capacitações para gestores de unidades de conservação. A ONG é credenciada como instituição observadora na COP, com acesso à Blue Zone — a área destinada às negociações oficiais e aos chefes de Estado. Segundo o próprio site da Suzano, a comitiva da empresa “historicamente, acessa o local [Blue Zone] por meio de credenciais concedidas pelo Ecofuturo”.<sup>188</sup> Ou seja, empresas privadas — que, em tese, estariam restritas à Green Zone — podem ganhar acesso ao principal espaço decisório da COP30 por meio de institutos que elas mesmas gerenciam.

A influência da Suzano não para por aí. Por meio do Instituto Brasileiro de Árvores (Ibá), associação empresarial do setor de papel e celulose, a gigante brasileira estará representada em 16 eventos oficiais da COP — seis na Blue Zone, dois na Green Zone e outros seis na AgriZone, da Embrapa.<sup>189</sup> O Ibá é uma das organizações mantenedoras do Instituto Pensar Agro, braço de lobby por trás da Frente Parlamentar da Agropecuária. Seu presidente, Paulo Hartung, foi governador do Espírito Santo por três mandatos (2003-2006, 2007-2010 e 2015-2018). Durante esse período, ele concedeu incentivos fiscais à Suzano sob o programa Contratos de Competitividade (Compete-ES), que reduz o ICMS interestadual de empresas signatárias de 12% para 1%. O programa chegou a ser alvo de uma ação de inconstitucionalidade movida pelo governo de São Paulo no STF, mas se mantém até hoje.<sup>190</sup>

Hartung foi também um entusiasta da fusão entre Suzano e Fibria, concluída em 2018 e responsável por transformar o grupo de celulose em um dos maiores conglomerados de agronegócio do mundo. Em março daquele ano, ele convocou uma coletiva de imprensa ao lado do então presidente — hoje conselheiro — da Suzano, Walter Schalka, para garantir que os investimentos prometidos pela Fibria seriam concluídos e que não haveriam demissões.<sup>191</sup>

Além da representação política, o grupo fundado pelo clã Feffer investe em comunicação. Mencionamos nos capítulos anteriores que a Suzano patrocina, junto ao Itaú e à MBRF, a cobertura e os debates pré-COP realizados pelo portal Reset. Mas a principal iniciativa nessa área se dá a nível internacional: a empresa financiou a produção do documentário “Novas Raízes – Escolhas do Futuro”, sobre o papel do setor de celulose na restauração ambiental. Idealizado pelo Ibá, o filme é uma produção dos estúdios Warner Bros. e Discovery e foi lançado em setembro no catálogo de streaming da plataforma HBO Max. A expectativa é que o documentário seja exibido em múltiplos espaços durante a COP30.<sup>192</sup>

A Suzano foi ainda patrocinadora da Semana do Clima da Amazônia, realizada em julho de 2025, junto às mineradoras Hydro e Vale.<sup>193</sup>



Documentário produzido pela Warner/Discovery é peça central do marketing da Suzano.

(Divulgação)



# ATUAÇÃO DA SUZANO É MARCADA POR CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Em junho de 2023, uma reportagem do jornal alemão Deutsche Welle se debruçou sobre os conflitos socioambientais protagonizados pela Suzano. O motivo? Vista como sustentável, a gigante brasileira recebeu, entre 2018 e 2024, US\$ 6,9 bilhões em investimentos diretos, fora outros US\$ 30,9 bilhões em financiamento de bancos nacionais e estrangeiros.<sup>194</sup> A reportagem investigou oito conflitos socioambientais no Brasil e colheu relatos de outros 40 casos. E mostrou que, segundo documentos submetidos pela Suzano à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, "a fabricante brasileira enfrenta 262 prováveis ou possíveis processos civis e ambientais e 2.449 prováveis e possíveis processos trabalhistas".<sup>195</sup>

Desde então, novos casos se acumularam. De Olho nos Ruralistas levantou dados sobre quatro ações judiciais movidas contra a empresa desde 2024, envolvendo disputas territoriais com comunidades tradicionais.

Na Bahia são dois casos. Uma ação civil coletiva movida pela Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-35, do município de Mucuri, no sul do estado, aponta que a Suzano seria responsável pela contaminação e assoreamento do Rio Mucuri, causada por efluentes industriais tóxicos da fábrica de celulose da empresa, localizada no distrito de Itabatã. A petição aponta a morte de peixes, degradação da mata ciliar e prejuízo à subsistência de pescadores, pedindo uma indenização de R\$ 65,7 milhões, além de reparação integral pelos danos causados. O processo corre na Vara Federal Cível e Criminal de Teixeira de Freitas (BA) e se encontra em fase de instrução inicial, após audiência de conciliação realizada em agosto de 2025.<sup>196</sup>

Na mesma região, nos municípios de Nova Viçosa e Caravelas, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou em 2024 uma ação civil pública contra a Suzano argumentando que a empresa teria levado a cabo obras de infraestrutura que geraram impactos negativos às comunidades quilombolas de Helvécia, Rio do Sul, Cândido Mariano, Volta Miúda, Naiá, Mutum e Vila Juazeiro. Segundo a peça, a fabricante de celulose não seguiu os princípios de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI). O MPF também acionou a prefeitura e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), questionando a emissão de licenças para a construção de um túnel, além da reforma da ponte sobre o rio Peruípe e o alargamento de estradas para o tráfego de caminhões tipo hexatrem. A Suzano foi citada e apresentou contestação. Na última movimentação do processo, o MPF solicitou perícia técnica sobre a qualidade da água e a origem da poluição, aguardando decisão sobre a produção de provas.<sup>197</sup>

O caso teve um último desdobramento em abril de 2025, quando quilombolas da comunidade Volta Miúda, citada na ação, alegaram que a Suzano tem dificultado os trâmites para a instalação de postes de distribuição de luz elétrica na região pelo programa federal Luz para Todos.<sup>198</sup>

A menos de 100 quilômetros dali, ultrapassando a divisa com o Espírito Santo, a Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Região de Braço do Rio (Asremquire) moveu uma ação contra a Suzano acusando-a de esbulho possessório — isto é, de ter retirado, de forma violenta, uma comunidade de uma área tradicionalmente ocupada. Segundo a petição, em 8 de julho de 2025, seguranças contratados pela Suzano, acompanhados por policiais militares e um oficial de justiça, destruíram casas e plantações, utilizando spray de pimenta e bombas de efeito moral durante a execução de uma ordem judicial indevida. O caso ocorreu no município capixaba de Conceição da Barra. A comunidade sustenta que a reintegração ocorreu fora da área que era objeto do processo judicial e que as terras já haviam sido declaradas devolutas e destinadas a comunidades quilombolas em decisão anterior, que anulou títulos de propriedade da antiga Fibria. A justiça federal indeferiu o processo alegando que, como ainda cabe recurso da decisão favorável aos quilombolas, a Suzano teria o direito de fazer a segurança da área que segue em sua posse.<sup>199</sup>



Protesto de quilombolas e sem-terra exige destinação de áreas griladas pela antiga Aracruz (hoje Suzano). (Divulgação)

O norte do Espírito Santo é um dos principais polos de conflitos socioambientais da Suzano, em grande parte herdados da Fibria — por sua vez, herdados da antiga Aracruz Celulose. Em 17 de outubro, o MPF e o Incra entraram na justiça com duas ações de execução provisória de sentença para garantir a titulação das comunidades que compõem o território quilombola de Sapê do Norte, entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus. A ação segue a condenação, em outubro de 2021, da Suzano e do BNDES por fraudes na titulação das terras devolutas pela Aracruz, entre 1973 a 1975 — um dos muitos casos de grilagem ocorridos na região durante a ditadura militar. As informações são do portal capixaba Século Diário.<sup>200</sup>

No Maranhão, a empresa é alvo de uma ação civil pública ajuizada pelo MPF em fevereiro de 2025, que denuncia a poluição ambiental e danos socioeconômicos causados às comunidades ribeirinhas e pescadores do Rio Tocantins, nos municípios de Imperatriz e Cidelândia. Os procuradores relatam que a Suzano teria lançado efluentes industriais no rio, alterando a qualidade da água e prejudicando a pesca e o consumo humano. Os relatos juntados ao processo dão conta da morte de peixes, mau cheiro e manchas oleosas próximas ao ponto de despejo, e pedem uma indenização por dano moral coletivo. O MPF requereu perícia ambiental para comprovar a contaminação e aguarda decisão da Justiça.<sup>201</sup>

Assim como no Espírito Santo, a Suzano protagoniza sucessivas tentativas de despejo contra comunidades rurais no Maranhão. É o caso da comunidade Sapucaia, localizada entre os municípios de Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca. Desde 2009, a empresa é proprietária da fazenda Jurema, onde fica a comunidade de 700 famílias, e solicitou à Justiça a reintegração de posse da área. A reintegração de posse chegou a ser agendada em julho, mas foi suspensa pelo STF. Segundo investigação da Repórter Brasil, o objetivo do grupo liderado pelo clã Feffer é usar o imóvel para compensação ambiental.<sup>202</sup> É assim que a Suzano pensa a sustentabilidade?

Em resposta ao levantamento de processos judiciais, a produtora de papel e celulose afirmou que possui políticas específicas para interação com comunidades tradicionais e que oferece um Plano de Reintegração Humanizada às famílias alvo de reintegrações de posse. Em relação aos conflitos no norte do Espírito Santo, a Suzano reforça que “não há processos demarcatórios ou desapropriações concluídas em favor de comunidades quilombolas nas áreas sob sua posse”.

Confira na íntegra.





## **ÍTEGRA DA RESPOSTA DA SUZANO AOS DADOS DO RELATÓRIO**

Inicialmente, agradecemos a oportunidade de podermos compartilhar parte dos nossos compromissos e ações relacionados a temas relevantes da companhia e para a sociedade. A empresa já conta com mais de 100 anos de história e está presente em mais de 200 municípios de nove estados brasileiros, atuando junto a 1.680 comunidades com diferentes perfis socioeconômicos, inclusive em áreas remotas do País. Sua atuação é pautada em uma postura de escuta ativa, fortalecimento de vínculos e gestão preventiva de impactos socioambientais.

Como empresa de capital natural, tem na gestão sustentável e no uso consciente dos recursos naturais pilares para garantir a perenidade de suas operações. Da mesma forma, entende que o relacionamento transparente, respeitoso e propositivo com comunidades é fundamental para a construção de uma atuação verdadeiramente sustentável.

Para isso, desenvolve políticas e iniciativas específicas para contribuir com o desenvolvimento local. Um de seus compromissos é contribuir com a retirada de 200 mil pessoas da linha da pobreza até 2030. Entre 2020 e 2024, mais de 97 mil pessoas superaram essa condição por meio de projetos voltados à geração de renda e inclusão produtiva.

Em 2024, foram investidos mais de R\$ 28 milhões em mais de 60 iniciativas, beneficiando 158 mil pessoas, além de R\$ 30 milhões em coinvestimentos realizados por parceiros nos territórios de atuação da empresa. Os programas conduzidos pela companhia totalizaram R\$ 121 milhões em receita gerada às pessoas participantes somente no ano passado. Ainda em 2024, o Programa de Educação da empresa beneficiou 139 mil pessoas, enquanto o Programa Juventudes Multiplicadoras ofereceu bolsas e capacitação a jovens quilombolas.

O impacto positivo da atuação da companhia também é dimensionado por estudo conduzido pelo professor Armando Castelar Pinheiro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que aponta que a companhia contribui direta e indiretamente para a geração de cerca de 580 mil empregos no Brasil.

Importa ainda registrar que todas as operações da empresa são devidamente licenciadas pelos órgãos competentes e passam por monitoramento contínuo, sob os mais rigorosos padrões ambientais. A companhia conta também com todas as licenças ambientais necessárias, que contemplam todas as etapas da produção florestal.

A respeito de questionamentos específicos feitos pela reportagem, a empresa ressalta que busca reduzir em 15% a captação de água até 2030, sendo que atualmente 85% da água utilizada em suas fábricas é recirculada antes de ser tratada e devolvida ao meio ambiente. Na mesma linha, também realiza diagnóstico ambiental de nascentes e utiliza inteligência artificial para mapeamento e conservação. O modelo de produção em mosaico - que intercala eucalipto e vegetação nativa - contribui para a conservação de rios e bacias. Dentre os inúmeros projetos em curso, destaca-se a iniciativa em Mucuri (BA), na qual, a empresa firmou parceria com a Colônia de Pescadores e a Prefeitura Municipal para construir uma fábrica de gelo sustentável, com capacidade de produção diária de 10 toneladas e que está em fase final de construção. A iniciativa irá gerar benefícios diretos e indiretos para toda a cadeia pesqueira local - abrangendo pescadores, marisqueiros, peixarias, comerciantes e o setor turístico.

A companhia possui políticas específicas para interação com comunidades tradicionais, aplicadas em todas as suas operações.

Tratando especificamente sobre reintegrações de posse, vale registrar que tais ações são integralmente realizadas em áreas sob sua propriedade ou arrendadas, sendo submetidas previamente à análise do judiciário, amparadas assim por decisões judiciais, em observância aos trâmites legais cabíveis. Além disso, a empresa oferece um Plano de Reintegração Humanizada, analisado e aprovado pela Secretaria de Direitos Humanos Estaduais, Comissões de Soluções Fundiárias e Tribunais Superiores, contando com suporte logístico e social às famílias envolvidas, priorizando o diálogo e a mitigação de impactos.

Também reforça que não há processos demarcatórios ou desapropriações concluídas em favor de comunidades quilombolas nas áreas sob sua posse no Norte do Espírito Santo. A companhia detém direitos legítimos sobre essas áreas e acredita que a conclusão dos processos judiciais firmará este entendimento.

Quanto ao uso de defensivos, a empresa segue rigorosamente as normas federais e do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Os produtos utilizados são registrados no MAPA e aprovados pelos órgãos sanitários responsáveis. A aplicação aérea é realizada apenas com recomendação técnica e conforme os protocolos legais, incluindo comunicação prévia às comunidades próximas.

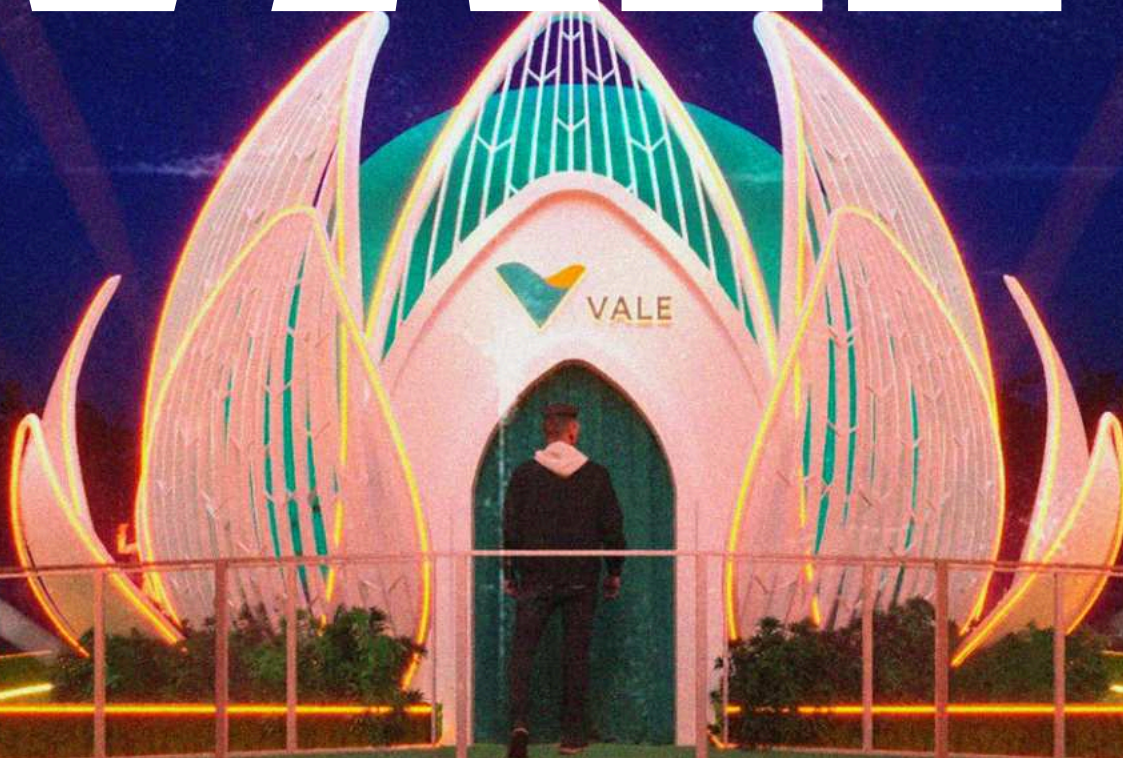
A empresa compreende que a dimensão de suas operações impõe constantes desafios, e, por isso, reafirma seu compromisso de sempre tratá-los com seriedade, transparência e diálogo, indo além do atendimento a demandas pontuais. A companhia foca em investimentos concretos, apoio técnico e articulação com políticas públicas para ajudar na transformação das comunidades que estão no entorno de suas operações.





DE MARIANA  
A AMAZÔNIA  
SOMOS TODOS  
ATINGIDOS

VALE





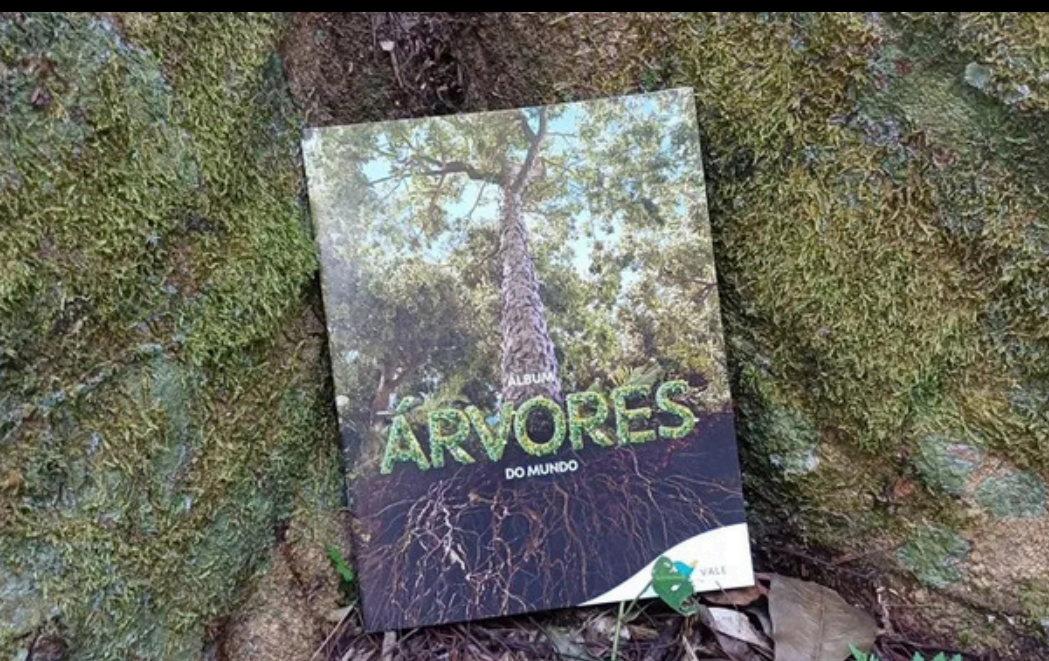


## DANO CAUSADO PELA VALE É 65 VEZES MAIOR QUE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

# VALE

No dia 14 de junho de 2025, a quatro meses do início da COP30, a mineradora Vale anunciou um novo projeto de educação ambiental, visando sensibilizar a população de Belém sobre a importância da cúpula climática. À primeira vista, nada fora do comum. O que torna essa iniciativa digna de nota é o público: centenas de crianças e jovens atendidos nas Usinas da Paz — complexos socioeducativos administrados pelo governo do Pará e financiados por empresas privadas como Vale e Hydro. Elas receberam cópias de um álbum de figurinhas intitulado “Árvores do Mundo”. Em vez de atletas ou personagens infantis, as crianças são convidadas a colecionar ilustrações de 60 árvores dos cinco continentes, sendo 10 delas com realidade aumentada.<sup>203</sup>

O álbum foi apresentado em uma das Usinas da Paz mantidas pela mineradora, no bairro de Jurunas, e contou com a presença da cantora Gaby Amarantos, criada na região.<sup>204</sup> A artista paraense é garota-propaganda da Vale desde 2024, quando estrelou uma campanha sobre a Amazônia com o fotógrafo Bob Wolfenson.<sup>205</sup>



De olho na COP30, Vale lançou álbum de figurinhas para o público infanto-juvenil. (Divulgação)

Essa não é, nem de longe, a única iniciativa de marketing da Vale visando a COP30. Nem a mais cara. A empresa aparece como única patrocinadora do festival Amazônia Live, realizado pelos organizadores do Rock in Rio e transmitido ao vivo para 170 milhões de pessoas, no dia 17 de setembro. O show principal ficou a cargo da cantora Mariah Carey, cujo cachê não foi divulgado. Ela se apresentou em um palco em forma de vitória-régia, montado no rio Guamá, ao custo de R\$ 30 milhões — bancados pela mineradora junto a outros parceiros. O festival também contou com apresentações das paraenses Dona Onete, Joelma e Zaynara, além de Gaby Amarantos, garota-propaganda da Vale.<sup>206</sup>

A mineradora responsável pelos crimes ambientais de Mariana e Brumadinho foi ainda a principal financiadora da construção do Parque da Cidade, que sediará os pavilhões da Blue Zone e da Green Zone, onde acontecerão os eventos oficiais da COP30. Ao todo, a Vale investiu R\$ 980 milhões na obra, que remodelou o espaço do antigo aeroporto Brigadeiro Protásio, desativado em 2021. Segundo a empresa, o valor foi proveniente do programa Estrutura Pará, que possibilita “a conversão de até 40% da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM) que seria paga ao governo em obras, iniciativas e projetos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos paraenses”.<sup>207</sup>

Diante do volume de gastos, fica a pergunta: os investimentos em ações socioambientais são comparáveis ao que a companhia gera de impactos ambientais?

Para fazer esse cálculo, analisamos os relatórios divulgados pelo Fundo Vale, que concentra as principais iniciativas na área, para estipular o valor total de investimentos. Desde a criação do fundo, em 2009, a empresa informa ter aplicado R\$ 430 milhões em negócios de impacto socioambiental ligados a mais de 90 parceiros, incluindo organizações da sociedade civil, associações comunitárias e startups. Estão incluídos nesse saldo o programa de restauração de áreas degradadas que, segundo a empresa, já recuperou 18.443 hectares, e o projeto de REDD+ da Vale, responsável por gerar 866.485 créditos de carbono no mercado.<sup>208</sup>

Os R\$ 430 milhões divulgados pelo Fundo Vale não incluem o patrocínio a eventos culturais, como o show da Mariah Carey, nem o investimento em parcerias público-privadas, como os R\$ 102 milhões empenhados no programa Usinas da Paz, junto ao governo do Pará.<sup>209</sup> Também não estão incluídas ações de compensação geridas pela Fundação Renova, criada após os crimes de Mariana e Brumadinho.





Obra do parque que receberá pavilhões da COP30 foi financiada exclusivamente pela Vale. (Eduardo Laviano/Reset)

Vamos agora aos impactos. Segundo dados colhidos no último formulário de referência da companhia, as ações e demandas judiciais listadas como risco potencial pela Vale, somam R\$ 28,2 bilhões — 65,5 vezes o valor aplicado pelo Fundo Vale em ações socioambientais.<sup>210</sup>

Desse total, R\$ 24 bilhões correspondem a duas causas abertas em 1996 pela prefeitura de Itabira (MG), local de origem da Companhia Vale do Rio Doce. Apesar de classificar as ações como “impacto relevante”, a Vale admite o “possível pagamento” de R\$ 2,8 bilhões, em caso de derrota.

O cálculo de R\$ 28,2 bilhões considera apenas processos em tramitação, excluindo os acordos firmados com a Justiça para reparação de Mariana e de Brumadinho. No caso do rompimento da barragem de Fundão, da subsidiária Samarco, em 2015, o acordo feito com a Justiça prevê R\$ 170 bilhões em indenizações — dos quais R\$ 38 bilhões já foram desembolsados em programas de compensação. As reparações relativas ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em 2019, são menores: o acordo judicial foi estabelecido em R\$ 37,7 bilhões.<sup>211</sup>



# O ÁLBUM DE IMPACTOS DA VALE

Conheça algumas das ações judiciais em tramitação  
contra a Vale por danos ambientais



**DEGRADAÇÃO ECOLÓGICA,  
HISTÓRICA, CULTURAL E  
PAISAGÍSTICA DO MORRO CAUÊ**

**MUNICÍPIO:** ITABIRA (MG)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2002  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 13,0 BI



**PREJUÍZOS PATRIMONIAIS  
AO MUNICÍPIO  
DE ITABIRA**

**MUNICÍPIO:** ITABIRA (MG)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2002  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 11,6 BI



**IRREGULARIDADES NA  
BARRAGEM 7 DA  
MINA DA VIGA**

**MUNICÍPIO:** JECEABA (MG)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2020  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 822,3 MI



**CONTAMINAÇÃO DE POÇOS  
ARTESIANOS NO COMPLEXO  
TUBARÃO**

**MUNICÍPIO:** TUBARÃO (ES)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2019  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 15,8 MI



**INDENIZAÇÃO AO SUS POR GASTOS  
EXCESSIVOS NO TRATAMENTO DE DOENÇAS  
RESPIRATÓRIAS LIGADAS AO "PÓ PRETO"**

**MUNICÍPIO:** VITÓRIA (ES)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2013  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 299,2 MI



**NAUFRÁGIO DO NAVIO DE  
MINÉRIOS MV  
STELLAR BANNER**

**MUNICÍPIO:** SÃO LUÍS (MA)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2020  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 1,5 MI



**INCÊNDIO CAUSADO POR  
TOMBAMENTO DE VAGÕES NA  
ESTRADA DE FERRO CARAJÁS**

**MUNICÍPIO:** ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2023  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 208,5 MI



**DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS  
PELA SUBSIDIÁRIA SALOBO METAIS  
ÀS COMUNIDADES XIKRIN DO CATETÉ**

**MUNICÍPIO:** PARAUAPEBAS (PA)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2018  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 2 BI



**CONTAMINAÇÃO DO RIO CATETÉ  
PELA MINA ONÇA PUMA, CAUSANDO  
DOENÇAS NO TERRITÓRIO XIKRIN**

**MUNICÍPIO:** QUILÂNDIA DO NORTE (PA)  
**INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:** 2025  
**VALOR DA CAUSA:** R\$ 10 MI

# PESQUISADORES DETALHAM GREENWASHING DA MINERADORA

A atuação da Vale na COP30 não fica restrita às ações de marketing descritas acima. Ao longo deste relatório mostramos que a mineradora atua em articulações empresariais como o SBCOP, o BRB Finance Coalition e a iniciativa C.A.S.E., além de patrocinar eventos preparatórios para a cúpula de Belém, como a Semana do Clima da Amazônia, a São Paulo Climate Week e o Brazil Climate Investment Week — quase sempre, ao lado das outras sete empresas aqui listadas.

Como já mostramos, a empresa também financia a cobertura jornalística da COP30, tendo firmado patrocínios com o jornal paraense O Liberal — junto à Hydro — e com os grupos Folha de S. Paulo e Globo — ambos em dobradinha com a JBS. No caso do grupo Globo, a Vale foi além e bancou a ida de uma repórter do Valor Econômico até Parauapebas (PA), para conhecer as ações da empresa no Mosaico de Carajás, formado por seis unidades de conservação que abrangem 800 mil hectares. Publicada em agosto, a reportagem ilustra a narrativa promovida pela Vale, de que o setor minerário é 100% sustentável.<sup>212</sup>

Essa narrativa é endossada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), associação que congrega as maiores indústrias do setor e que mantém, em Brasília, a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn), responsável pelo lobby das mineradoras no Congresso. E quem é o presidente da FPMIn? O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), já citado neste estudo por sua relação com Rubens Ometto, dono do grupo Cosan.

O Ibram está ativo nas instâncias preparatórias da COP30. O instituto realizou, em outubro de 2025, a terceira edição da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, em Salvador (BA). O evento ocorreu dentro da Exposibram, maior feira de negócios em mineração na América Latina, e contou com o patrocínio de Vale, Hydro e Itaú. Entre os palestrantes convidados estavam a ex-ministra do Meio Ambiente e consultora da ONU Izabella Teixeira e a líder indígena Txai Suruí.<sup>213</sup>



Dois meses antes, em agosto, Vale e Ibram repetiram a parceria ao apoiar o congresso “Carajás Roundtable: Avançando na Transição Climática Rumo à COP30 e Além”, no Pará, em pleno distrito mineral da Vale. O evento foi organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) junto à organização australiana The Global Foundation e contou com a presença do presidente da COP30, André Corrêa do Lago, e — mais uma vez — da ex-ministra Izabella Teixeira. Participaram ainda o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, e o presidente da Vale, Gustavo Pimenta.<sup>214</sup>



Mina da Vale no complexo Carajás, em Parauapebas. (Divulgação)

A articulação pré-COP da Vale vem desde 2024. Ainda em dezembro, o Fundo Vale promoveu, em parceria com o portal Reset, uma formação para 25 jornalistas sobre Amazônia, Bioeconomia e COP.<sup>215</sup>

Essas narrativas de sustentabilidade foram tema em uma série de estudos acadêmicos sobre greenwashing e desinformação. Em um artigo publicado em 2024 na revista Estudos em Comunicação, os pesquisadores Daniel Reis Silva, Fábila Pereira Lima & Samora N'zinga Cardoso, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), analisaram 236 publicações nas redes sociais da mineradora, entre janeiro de 2021 e junho de 2023. Eles identificaram que 48,3% das postagens seguiam uma narrativa de desorientação, enfatizando aspectos da empresa que não estão relacionados diretamente com seu negócio central.<sup>216</sup>



Em outubro de 2025, o Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NetLab), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicou o relatório “Greenwashing na Transição Energética: como anúncios no LinkedIn distorcem o debate climático e legitimam práticas insustentáveis”. O setor minerário é um dos destaques do relatório, com 78 anúncios analisados contendo indícios de greenwashing — 88,6% da amostragem. Mais da metade dos anúncios (42) vieram da Vale.<sup>217</sup>

Outro artigo, de 2022, assinado pelas pesquisadoras Ana Carolina de Melo Brito, Sylmara Gonçalves Dias e Elise Soerger Zaro, mostra que os relatórios da mineradora tiveram uma melhora nas informações relativas aos itens de segurança de barragens e indenizações decorrentes dos crimes de Mariana e Brumadinho, mas continuam sem detalhar os efeitos da contaminação decorrente do rompimento das barragens e as medidas de mitigação decorrentes.<sup>218</sup>

Essa prática por parte da empresa já teve repercussões judiciais. Em 2024, a Vale, sua subsidiária Samarco e a sócia australiana BHP foram condenadas, junto à Fundação Renova, por adotar “narrativa fantasiosa” na divulgação das ações de compensação após o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. A ação civil pública ajuizada em 2021 pelo MPF demonstrou que a Renova estava veiculando material publicitário que “propositadamente, continha informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas a respeito de assuntos fundamentais para a população”. Entre os pontos falseados pela fundação estavam o nível de toxicidade dos rejeitos, a qualidade do ambiente aquático, a recuperação de nascentes e a recuperação econômica, indenização e reassentamento das famílias impactadas. Juntas, as empresas deverão pagar R\$ 56 milhões por danos materiais e morais.<sup>219</sup>

Em resposta aos dados do relatório, a Vale negou fazer uso de greenwashing em sua comunicação. “Historicamente, a empresa participa das COPs porque entende que, para avançar na agenda climática, é necessário um esforço coletivo e consistente, que envolva diferentes setores da sociedade”, diz a nota.

Em relação à comparação entre os investimentos em ações socioambientais e os valores de danos estimados em ações judiciais movidas contra a empresa, a Vale lista outras iniciativas socioambientais, de pesquisa e desenvolvimento e incentivo à cultura na Amazônia, atingindo uma soma superior a R\$ 1 bilhão — número 300 vezes menor que o lucro líquido de R\$328,8 bilhões acumulado pela empresa de 2019, ano do desastre de Brumadinho, até o 2º trimestre de 2025.<sup>220</sup>

O observatório reitera que o cálculo apresentado neste relatório diz respeito apenas às ações ambientais promovidas pelo Fundo Vale.

## **ÍTEGRA DA RESPOSTA DA VALE AOS DADOS DO RELATÓRIO**

O 'greenwashing' se caracteriza quando o discurso de uma empresa está totalmente desconectado de suas práticas. Esse não é o caso da Vale. Historicamente, a empresa participa das COPs porque entende que, para avançar na agenda climática, é necessário um esforço coletivo e consistente, que envolva diferentes setores da sociedade.

A mineração desempenha um papel essencial na jornada global em direção a uma economia de baixo carbono. A Vale atua na Amazônia há 40 anos, com o compromisso de manter a floresta em pé e promover formas sustentáveis de viver e conviver na região. Ao longo desse período, construiu um histórico sólido e consistente de iniciativas socioambientais, o que a credencia a abordar o tema da sustentabilidade em suas comunicações e ações institucionais.

A empresa ajuda a proteger cerca de 1,1 milhão de hectares de florestas, sendo 800 mil hectares na Amazônia, em parceria com o ICMBio, uma área cinco vezes maior que a cidade de São Paulo. As operações da empresa ocupam cerca de 3% de dessa, enquanto 97% permanecem protegidas.

Na última década, a Vale investiu mais de R\$ 1 bilhão em ações socioambientais, pesquisa e desenvolvimento e incentivo à cultura na região, sendo R\$ 910 milhões de forma voluntária. Por meio do Fundo Vale, mobiliza uma rede de 90 parceiros, com aportes superiores a R\$ 430 milhões prioritariamente na Amazônia, apoiando 146 iniciativas que visam manter mantêm a floresta em pé, que beneficiam cerca de 60 mil produtores rurais, extrativistas e suas famílias, além de promover a recuperação de mais de 18 mil hectares.

O Instituto Tecnológico Vale (ITV-DS) atua há 15 anos na Amazônia como centro de pesquisa e desenvolvimento, com investimentos de cerca de R\$ 600 milhões em projetos científicos do bioma.

O Instituto Cultural Vale (ICV), criado em 2020, é hoje o maior investidor privado em cultura do Brasil, tendo aplicado R\$ 1,228 bilhão em mais de mil projetos culturais entre 2020 e 2024.

Além disso, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, a Vale também é o maior investidor privado em esporte no país, com R\$ 375 milhões aplicados entre 2021 e 2024 em projetos que beneficiaram mais de 275 mil pessoas em 117 municípios.





(Fábio Mitsuka Paschoal)





# CONCLUSÃO

Desde seu surgimento, em 1995, na esteira da Rio-92, as COPs se mantiveram no fio da navalha entre o lobby corporativo e a pressão de cientistas e ambientalistas por compromissos imediatos para restringir as emissões de gases do efeito estufa e conter as mudanças climáticas.

Mais de trinta anos se passaram até o retorno ao Brasil, onde tudo começou. Nesse intervalo, as COPs se tornaram, cada vez mais, um balcão de negócios para o setor privado vender soluções financeiras para a crise ambiental. Créditos de carbono, sustainability-linked bonds, hidrogênio verde, pagamento por serviços ambientais. Desde o Acordo de Paris, em 2015, os termos se multiplicam, mas a ideia central continua a mesma: as empresas querem não só o protagonismo da agenda climática, como também o financiamento internacional. Por essa visão, os mesmos grupos empresariais que, direta ou indiretamente, ocasionam desmatamento, poluição e queimadas devem receber os recursos prioritários para a preservação do planeta. Como se não fossem eles os responsáveis.

Esse novo mercado verde atinge seu ápice na COP30, em Belém. Agora, o agronegócio e a mineração não só disputam espaço nas agendas oficiais, como também conduzem os debates com espaços próprios e estrutura milionária. Será da AgriZone, financiada pela Bayer, que sairão as metas brasileiras para a redução das emissões de CO<sub>2</sub>? Ou será da Estação do Desenvolvimento, patrocinada pelas mesmas empresas que lideraram o lobby pela implosão do licenciamento ambiental no Brasil?

As corporações que hoje apresentam planos ousados de reflorestamento e descarbonização serão cobradas por seus passivos ambientais? E pela violação de direitos de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses – os verdadeiros defensores da natureza? Álbuns de figurinhas e patrocínios não salvarão o planeta da crise climática. O que salvará as futuras gerações do colapso é a titulação dos territórios tradicionais, a ampliação e defesa de áreas protegidas e a valorização dos saberes dessas comunidades.



Comunidades que não produzem apenas “serviços ambientais”, mas também alimento, conhecimento e cultura. São elas que deveriam estar no centro do debate, ao lado de cientistas comprometidos com a ecologia, em vez do capital. Quando não estão relegadas a espaços secundários, são obrigadas a fazer pressão para serem lembradas e ouvidas.

Será que as oito empresas analisadas neste relatório precisaram fazer a mesma pressão? Ou o acesso aos espaços decisórios já estava posto, desde o princípio?

Enquanto valorizarmos mais os anúncios corporativos medidos em milhões de reais (ou dólares) do que os impactos contabilizados na casa dos bilhões, continuaremos patinando nas metas climáticas. E as COPs continuarão sendo um parque de diversões para lobistas de todo o mundo.





# REFERÊNCIAS

1 BAYER. Bayer anuncia restauração de casarão histórico e projetos educativos e culturais em Belém durante a COP30. São Paulo: Bayer do Brasil, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://www.agro.bayer.com.br/nossa-bayer/cop30-bayer-anuncia-restauracao-casarao-historico-projetos-educativos-culturais-belem>.

2 REPÓRTER BRASIL. COP30: agronegócio tenta controlar narrativa sobre crise climática com apoio da Embrapa e da Agrizone. São Paulo: Repórter Brasil, 20 out. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/10/cop30-agro-narrativa-crise-climatica-agrizone-embrapa-2/>.

3 EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Agrizone – COP30. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cop30/agrizone>.

4 EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Programação Agrizone – Dia 14. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cop30/agrizone/programacao/dia14>.

5 EUROPEAN CENTER FOR CONSTITUTIONAL AND HUMAN RIGHTS (ECCHR). Human Rights and environmental impacts of Bayer AG's genetically modified soy seeds and glyphosate-based pesticides in Argentina, Bolivia, Brazil and Paraguay. Berlin: OECD German National Contact Point, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/10/Denuncia-internacional-Bayer.pdf>.

6 BRASIL DE FATO. Indígenas Ava Guarani vivem sob o cerco do glifosato no oeste do Paraná. São Paulo: Brasil de Fato, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/06/indigenas-ava-guarani-vivem-sob-o-cerco-do-glifosato-no-oeste-do-parana/>.

7 DESACATO. Do modelo Bayer-Monsanto à agroecologia em quatro capítulos. Florianópolis: Desacato, 13 dez. 2024. Disponível em: <https://desacato.info/do-modelo-bayer-monsanto-a-agroecologia-em-quatro-capitulos/>.

8 REPÓRTER BRASIL. Agrotóxicos: “Os brasileiros mataram meu pai”. São Paulo: Repórter Brasil, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/agrototoxicos-os-brasileiros-mataram-meu-pai/>.

9 DE OLHO NOS RURALISTAS. Sojeiros brasileiros na Bolívia compõem movimento político que derrubou Evo Morales. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/11/13/sojeiros-brasileiros-na-bolivia-compoem-movimento-politico-que-derrubou-evo-morales/>.

10 BAYER. Response to ECCHR et al. vs Bayer. Leverkusen: Bayer AG, 13 jul. 2024. Disponível em: <https://www.bayer.com/sites/default/files/2024-07-13-ecchr-et-al-vs-bayer-response-bayer-filed.pdf>.

11 REUTERS. Bayer hit with US\$ 2 billion Roundup verdict in Georgia cancer case. Nova York: Reuters, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/bayer-hit-with-2-bln-roundup-verdict-us-state-georgia-cancer-case-2025-03-22/>.

12 REUTERS. Bayer must pay US\$ 78 million in latest Roundup cancer trial, jury finds. Nova York: Reuters, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/legal/bayer-must-pay-78-mln-latest-roundup-cancer-trial-jury-finds-2024-10-10/>.

13 FRIENDS OF THE EARTH EUROPE. Toxic Trading. Bruxelas: Friends of the Earth Europe, abr. 2022. Disponível em: <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/04/Toxic-Trading-POR.pdf>.

14 REPÓRTER BRASIL. Cientistas questionam confiança da Monsanto-Bayer em estudos sobre segurança de agrotóxicos. São Paulo: Repórter Brasil, 17 out. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/10/cientistas-confianca-monsanto-bayer/>.

15 CROPLIFE BRASIL. COP30: CropLife Brasil promove workshop técnico sobre complementariedade de tecnologias agrícolas. Brasília: CropLife Brasil, 26 set. 2025. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/cop30-croplife-brasil-promove-workshop-tecnico-sobre-complementariedade-de-tecnologias-agricolas/>.

16 REPÓRTER BRASIL. “Homem do agro” da COP30, Roberto Rodrigues disputa narrativa sobre clima. São Paulo: Repórter Brasil, 8 out. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/10/homem-agro-cop30-roberto-rodrigues-disputa-narrativa-clima/>.

17 JOVEM PAN NEWS. Roberto Rodrigues aponta objetivos para a COP30 no Brasil | Entrevista com D'Ávila. [S.l.]: YouTube, 15 out. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d0hAZ9UgUJo>.



## REFERÊNCIAS

- 18 SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA). Roberto Rodrigues apresenta o potencial da agricultura tropical como exemplo global na COP30. Rio de Janeiro: SNA, 28 out. 2025. Disponível em: <<https://sna.agr.br/roberto-rodrigues-apresenta-o-potencial-da-agricultura-tropical-como-exemplo-global-na-cop-30-2/>>.
- 19 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Bayer e IICA consolidam parceria e exploram novas linhas de trabalho para potencializar uma agricultura mais sustentável nas Américas. Brasília: IICA, 28 ago. 2025. Disponível em: <<https://iica.int/pt/prensa-pt/noticias/bayer-e-iica-consolidam-parceria-e-exploram-novas-linhas-de-trabalho-para-potencializar-uma-agricultura-mais-sustentavel-nas-americas/>>.
- 20 CAPITAL RESET. Com US\$ 500 mi, BTG avança em estratégia de restauro e foca no Cerrado. São Paulo: Capital Reset, 23 dez. 2024. Disponível em: <<https://capitalreset.uol.com.br/financas/investimentos/com-us-500-mi-btg-avanca-em-estrategia-de-restauro-e-foca-no-cerrado/>>.
- 21 META. Meta assina um acordo de remoção de carbono no Brasil com o BTG Pactual Timberland Investment Group. São Paulo: Meta, 18 set. 2024. Disponível em: <<https://about.fb.com/br/news/2024/09/meta-assina-um-acordo-de-remocao-de-carbono-no-brasil-com-o-btg-pactual-timberland-investment-group/>>.
- 22 BTG PACTUAL. BTG Pactual Timberland Investment Group fornecerá 8 milhões de créditos de carbono à Microsoft. São Paulo: BTG Pactual, 19 jun. 2024. Disponível em: <<https://content.btgpactual.com/blog/institucional/btg-pactual-timberland-investment-group-fornecera-8-milhoes-de-creditos-de-carbono-a-microsoft>>.
- 23 INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). IFC and BTG Pactual partner to drive sustainability and development in Latin America. Washington, D.C.: IFC, 28 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.ifc.org/pt/pressroom/2025/ifc-and-btg-pactual-partner-to-drive-sustainability-and-development-in-latin-america>>.
- 24 TIMBERLAND INVESTMENT GROUP (TIG). BRB Finance Coalition accelerates capital mobilization and surpasses the US\$ 4.5 billion mark for forests and bioeconomy in Brazil. Nova York: TIG, 23 set. 2024. Disponível em: <<https://timberlandinvestmentgroup.com/brb-finance-coalition-accelerates-capital-mobilization-and-surpasses-the-us-4-5-billion-mark-for-forests-and-bioeconomy-in-brazil/>>.
- 25 BRB FINANCE COALITION. About us. [S.l.]: BRB Finance Coalition, s.d. Disponível em: <<https://brbfc.org/about-us/>>.
- 26 WORLD CLIMATE SUMMIT. Official website. [S.l.]: World Climate Foundation, s.d. Disponível em: <<https://www.worldclimatesummit.org/>>.
- 27 NEW LAW INSTITUTO. Publicação sobre o evento Pre-COP30 Global Summit. [S.l.]: Instagram, 9 out. 2025. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DPmEErNET3U/>>.
- 28 RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Consulta pública de Quadro de Sócios e Administradores – CNPJ. Brasília: Receita Federal, s.d. Disponível em: <[https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_qsa.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_qsa.asp)>.
- 29 DE OLHO NOS RURALISTAS. Empresa ligada a BTG Pactual e André Esteves foi quem mais devastou Pantanal, segundo Ibama. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 19 out. 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/19/empresa-ligada-a-btg-pactual-e-andre-esteves-foi-quem-mais-devastou-pantanal-segundo-ibama/>>.
- 30 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS). Análise da área de desmatamento na Fazenda do Cristo Redentor e Outras, localizada em Miranda, MS. Inquérito Civil c. Parecer n. 726/19/Nugeo. Campo Grande: MPMS, 15 abr. 2021. Disponível em: <[https://pastadigital.mpms.mp.br/pastadigital/abrirPastaDigitalMpweb.do?parametros=tsDoPzHcJh19D0uJKcwn1Q3hGM9c61\\_9I4JrNOVgFi9Hn-nTt132KUMH3SPEG9Gw#](https://pastadigital.mpms.mp.br/pastadigital/abrirPastaDigitalMpweb.do?parametros=tsDoPzHcJh19D0uJKcwn1Q3hGM9c61_9I4JrNOVgFi9Hn-nTt132KUMH3SPEG9Gw#)>.
- 31 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS). Promoção de Arquivamento. Inquérito Civil 06.2019.00000348-2. Campo Grande: MPMS, 18 nov. 2019. Disponível em: <[https://pastadigital.mpms.mp.br/pastadigital/abrirPastaDigitalMpweb.do?parametros=tsDoPzHcJh19D0uJKcwn1Q3hGM9c61\\_9I4JrNOVgFi\\_BMy0-MJXVT6h0\\_MuW--ae](https://pastadigital.mpms.mp.br/pastadigital/abrirPastaDigitalMpweb.do?parametros=tsDoPzHcJh19D0uJKcwn1Q3hGM9c61_9I4JrNOVgFi_BMy0-MJXVT6h0_MuW--ae)>.
- 32 G1. Em 2012, Bumlai vendeu fazenda em MS para o BTG Pactual. Brasília: G1, 25 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/em-2012-bumlai-vendeu-fazenda-em-ms-para-o-btg-pactual.html>>.
- 33 CAMPO GRANDE NEWS. Em três autuações por infração ambiental, pecuarista deve R\$ 1,7 milhão à União. Campo Grande: Campo Grande News, 4 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/em-tres-autuacoes-por-infracao-ambiental-pecuarista-deve-r-1-7-milhao-a-uniao>>.



## REFERÊNCIAS

- 34 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Apyka'i: polícia fará despejo de acampamento Guarani Kaiowá explorado por Bumlai. Brasília: Cimi, 13 mai. 2016. Disponível em: <https://cimi.org.br/2016/05/38438/>.
- 35 ÉPOCA. Prisões de Delcídio do Amaral, André Esteves e Bumlai provocam um terremoto em Brasília. Rio de Janeiro: Época, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/priso-es-de-delcidio-do-amaral-andre-esteves-e-bumlai-provocam-um-terremoto-em-brasilia.html>.
- 36 CONSULTOR JURÍDICO. Gilmar Mendes confirma anulação de busca e apreensão contra André Esteves. São Paulo: Conjur, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-11/gilmar-confirma-anulacao-busca-apreensao-andre-esteves/>.
- 37 DE OLHO NOS RURALISTAS. Agrogolpistas: os elos entre BTG Pactual e empresários que financiaram ataques à democracia. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 1º jul. 2025. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2025/07/01/agrogolpistas-btg/>.
- 38 BTG PACTUAL. Prospecto Preliminar CDCA BTG Commodities. São Paulo: BTG Pactual, 19 jul. 2024. Disponível em: [https://ww69.itaub.com.br/files/relatorios/CDCA\\_BTG%20Commodities\\_Prospecto%20Preliminar\\_19072024.pdf](https://ww69.itaub.com.br/files/relatorios/CDCA_BTG%20Commodities_Prospecto%20Preliminar_19072024.pdf).
- 39 DE OLHO NOS RURALISTAS. Estudo identifica 142 empresários do agronegócio envolvidos em tentativa de golpe. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2025/06/25/relatorio-agrogolpistas/>.
- 40 NEOFEED. Na disputa dos bancos, BTG Pactual se consolida como o segundo mais valioso do país. São Paulo: Neofeed, 7 fev. 2024. Disponível em: <https://neofeed.com.br/negocios/na-disputa-dos-bancos-btg-pactual-se-consolida-como-segundo-mais-valioso-do-pais/>.
- 41 MONEY TIMES. BrasilAgro anuncia oferta de até R\$ 670 milhões. São Paulo: Money Times, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/brasilagro-anuncia-oferta-de-ate-r-670-milhoes/>.
- 42 O ECO. BrasilAgro desiste de empreendimento que destruiria 10,3 mil hectares de Cerrado conservado. Rio de Janeiro: O Eco, 1º set. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/brasilagro-desiste-de-empreendimento-que-destruiria-103-mil-hectares-de-cerrado-conservado/>.
- 43 AGÊNCIA PÚBLICA. BTG e XP estão a serviço de estrangeiros suspeitos de compra ilegal de terras. São Paulo: Agência Pública, 26 mai. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/05/btg-e-xp-estao-a-servico-de-estrangeiros-suspeitos-de-compra-ilegal-de-terras/>.
- 44 MOVEINFRA. Coalizão para a Descarbonização dos Transportes apresenta estudo para reduzir emissões de gases de efeito estufa do setor. São Paulo: MoveInfra, 16 mai. 2025. Disponível em: <https://www.moveinfra.org.br/coalizao-para-a-descarbonizacao-dos-transportes-apresenta-estudo-para-reduzir-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-do-setor>.
- 45 VALOR ECONÔMICO. Carga rodoviária responde por quase metade das emissões do transporte no Brasil. São Paulo: Valor Econômico, 19 out. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/10/19/carga-rodoviria-responde-por-quase-metade-das-emissoes-do-transporte-no-brasil.ghtml>.
- 46 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). Sistema Transporte lança Estação do Desenvolvimento para promover debates sobre descarbonização e sustentabilidade na COP30. Brasília: CNT, 22 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/sistema-transporte-lana-estao-do-desenvolvimento-para-promover-debates-sobre-descarbonizao-e-sustentabilidade-na-cop30>.
- 47 MOVEINFRA. Site institucional. São Paulo: MoveInfra, s.d. Disponível em: <https://www.moveinfra.org.br/>.
- 48 RUMO LOGÍSTICA. Publicação sobre adesão ao Pacto pela Sustentabilidade. [S.l.]: Instagram, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFvWJM8TIZj/>.
- 49 MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS. Pacto da Sustentabilidade do Ministério já teve adesão de mais de 30 empresas. Brasília: Governo Federal, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2025/06/pacto-da-sustentabilidade-do-ministerio-de-portos-e-aeroportos-ja-teve-adesao-de-mais-de-30-empresas>.
- 50 CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). Coalizão dos transportes: como tornar o setor de transportes um contribuidor ativo para a redução das emissões brasileiras. Rio de Janeiro: CEBDS, 2025. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/coalizao-dos-transportes-como-tornar-o-setor-de-transportes-um-contribuidor-ativo-para-a-reducao-das-emissoes-brasileiras/>.





## REFERÊNCIAS

51 FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). Coalizão de frentes parlamentares se une em torno do licenciamento ambiental. Brasília: Agência FPA, 20 mai. 2025. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2025/05/20/coalizao-de-frentes-parlamentares-se-une-em-torno-do-licenciamento-ambiental/>.

52 MOVEINFRA. Carta aberta: marco legal para o licenciamento ambiental. São Paulo: MoveInfra, 20 mai. 2025. Disponível em: <https://www.moveinfra.org.br/carta-aberta-marco-legal-para-o-licenciamento-ambiental>.

53 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS (ANTF). Estrutura e governança. Brasília: ANTF, s.d. Disponível em: <https://www.antf.org.br/quem-somos/estrutura-e-governanca/>.

54 CNN BRASIL. Precisamos investir 5% do PIB em infraestrutura, diz CEO do MoveInfra. São Paulo: CNN Brasil, 22 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/precisamos-investir-5-do-pib-em-infraestrutura-diz-ceo-do-moveinfra/>.

55 FOLHA DE S.PAULO. Vetos à lei de licenciamento ambiental frustram setor de infraestrutura, que fala em menos obras. São Paulo: Folha de S.Paulo, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/vetos-a-lei-de-licenciamento-ambiental-frustram-setor-de-infraestrutura-que-fala-em-menos-obras.shtml>.

56 MOVEINFRA. Publicação sobre modernização do licenciamento ambiental. [S.l.]: Instagram, 15 out. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DP14yBEdW8/>.

57 INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). Delivering sustainable fuels. Paris: IEA, 13 out. 2025. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/delivering-sustainable-fuels>.

58 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). BNDES aprova R\$ 1 bilhão para Raízen produzir etanol de segunda geração. Rio de Janeiro: BNDES, 8 jan. 2025. Disponível em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/industria/BNDES-aprova-R\\$-1-bilhao-para-Raizen-produzir-etanol-de-segunda-geracao/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/industria/BNDES-aprova-R$-1-bilhao-para-Raizen-produzir-etanol-de-segunda-geracao/).

59 AGÊNCIA BRASIL. Brasil lança proposta para quadruplicar combustíveis sustentáveis. Brasília: Agência Brasil, 14 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-10/brasil-lanca-proposta-para-quadruplicar-combustiveis-sustentaveis>.

60 DE OLHO NOS RURALISTAS. Multinacionais da cana avançam sobre território Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/27/multinacionais-da-cana-avancam-sobre-territorio-guarani-kaiowa-no-mato-grosso-do-sul/>.

61 RAÍZEN. Programa inédito na cadeia de cana-de-açúcar promove sustentabilidade entre produtores. São Paulo: Raízen, jul. 2020. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sala-de-imprensa/programa-inedito-na-cadeia-de-cana-de-acucar-promove-sustentabilidade-entre-produtores>.

62 LINKEDIN. Publicação de Rafael Asato sobre a Jornada Cultivar da Raízen. [S.l.]: LinkedIn, 18 ago. 2022. Disponível em: [https://www.linkedin.com/posts/rafael-asato-251a297b\\_agro-jornadacultivar-elosraizen-activity-6967661184095256576-Yw9U/](https://www.linkedin.com/posts/rafael-asato-251a297b_agro-jornadacultivar-elosraizen-activity-6967661184095256576-Yw9U/).

63 REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012. Disponível em: <https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>.

64 CAMPO GRANDE NEWS. Cercada pela soja, aldeia tem agrotóxico na água, na chuva e nascentes. Campo Grande: Campo Grande News, 30 set. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/cercada-pela-soja-aldeia-tem-agrotoxico-na-agua-de-beber-na-chuva-e-nascentes>.

65 CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Tropa de choque escolta tratores e ataca retomada Guarani e Kaiowá na TI Guyraroka; há pelo menos nove feridos. Brasília: CIMI, 17 out. 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/10/tropa-de-choque-escolta-tratores-e-ataca-retomada-guarani-e-kaiowa-na-ti-guyraroka-ha-pelo-menos-nove-feridos/>.

66 BRASIL DE FATO. Indígenas compram ações de empresa ferroviária e denunciam dano socioambiental em SP. São Paulo: Brasil de Fato, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/25/indigenas-compram-acoes-de-empresa-ferroviaria-e-denunciam-dano-socioambiental-em-sp/>.

67 AGÊNCIA PÚBLICA. Cosan e fundo de pensão dos EUA compraram terras de acusados de grilagem no Brasil. São Paulo: Agência Pública, 22 mai. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/cosan-e-fundo-de-pensao-dos-eua-compraram-terras-de-acusados-de-grilagem-no-brasil/>.



## REFERÊNCIAS

- 68 O GLOBO. Ministério Público vai investigar causas do incêndio na fábrica de óleo na Ilha do Governador. Rio de Janeiro: O Globo, 9 fev. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/02/09/ministerio-publico-vai-investigar-as-causas-do-incendio-na-fabrica-de-oleo-na-ilha-do-governador.ghtml>.
- 69 VALOR ECONÔMICO. Shell espera sinal verde para crescer na Margem Equatorial. São Paulo: Valor Econômico, 5 set. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/09/05/shell-espera-sinal-verde-para-crescer-na-margem-equatorial.ghtml>.
- 70 SUMAÚMA. Foz do Amazonas: governo Lula autoriza exploração de petróleo e enfraquece a COP30. São Paulo: Sumaúma, 20 out. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/foz-do-amazonas-governo-lula-autoriza-a-exploracao-de-petroleo-e-enfraquece-a-cop30/>.
- 71 OBSERVATÓRIO DO CLIMA. ONGs processam governo sobre petróleo na Foz do Amazonas. São Paulo: OC, 23 out. 2025. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/ongs-processam-governo-sobre-petroleo-na-foz-do-amazonas/>.
- 72 O GLOBO. Cosan perde R\$ 2,5 bi em valor na Bolsa após acordo de R\$ 10 bi que envolve BTG. Rio de Janeiro: O Globo, 22 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2025/09/22/recursos-de-r-10-bilhoes-da-capitalizacao-da-cosan-nao-serao-usados-para-reduzir-divida-da-raizen.ghtml>.
- 73 MEGAWHAT. Raízen vendeu menos energia, mas dobrou produção de E2G no final de 2024. São Paulo: MegaWhat, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://megawhat.uol.com.br/economia-e-politica/empresas/raizen-vendeu-menos-energia-mas-dobrou-producao-de-e2g-no-final-de-2024/>.
- 74 LINKEDIN. Perfil profissional de Ricardo Mussa. [S.l.]: LinkedIn, s.d. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/ricardomussa/>.
- 75 AGFEED. O sabático com causa de Ricardo Mussa: longe da Raízen, ele só quer saber de COP30 (por enquanto). São Paulo: AgFeed, 8 ago. 2025. Disponível em: <https://agfeed.com.br/esg/o-agro-e-a-cop-30/o-sabatico-com-causa-de-ricardo-mussa-longo-da-raizen-ele-so-quer-saber-de-cop30-por-enquanto/>.
- 76 SB COP30. Sponsors & partners. [S.l.]: SB COP30, 2025. Disponível em: <https://sbcop30.com/sbcop-sponsors-partners>.
- 77 UOL. MPF denuncia Braskem e mais 15 pessoas por afundamento de bairros em Maceió. Maceió: UOL, 22 out. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/10/22/mpf-denuncia-braskem-e-mais-15-pessoas-por-afundamento-de-bairros-em-maceio.htm>.
- 78 BRASIL DE FATO. JBS é multada pela terceira vez pela Operação Carne Fria por comprar gado de áreas desmatadas na Amazônia. São Paulo: Brasil de Fato, 29 ago. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/08/29/jbs-e-multada-pela-terceira-vez-pela-operacao-carne-fria-por-comprar-gado-de-areas-desmatadas-na-amazonia/>.
- 79 SEU DINHEIRO. CEO da Raízen: Brasil tem condição única para vencer transição energética, mas união entre agro e setor elétrico é essencial. São Paulo: Seu Dinheiro, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2024/empresas/ceo-da-raizen-raiz4-brasil-tem-condicao-unica-para-vencer-transicao-energetica-mas-uniao-entre-agro-e-setor-eletrico-e-essencial-migl/>.
- 80 MONEYTIMES. O medo do líder da cúpula empresarial da COP30: ‘Acho que temos um complexo de vira-lata’. São Paulo: MoneyTimes, 03 out. 2025. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/o-medo-do-ex-ceo-da-raizen-raiz4-e-lider-da-cupula-empresarial-da-cop30-pads/>.
- 81 LINKEDIN. Perfil de Paula Kovarsky. 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/paula-kovarsky>.
- 82 SB COP30. Private sector's letter – Priorities to COP30 Agenda. 2025. Disponível em: <https://sbcop30.com/documents/1301405/1306028/Private+sector%E2%80%99s+letter+-+Priorities+to+COP30+Agenda.pdf/839229a1-84e1-5db4-79c5-25a9b37bd6ad?version=1.1&t=1758829305358&download=true>.
- 83 BRASIL ENERGIA. Sustentabilidade se escreve com \$ e carbono deveria ser moeda. Rio de Janeiro: 19 nov. 2024. Disponível em: <https://brasilenergia.com.br/energia/ustentabilidade-se-escreve-com-e-carbono-deveria-ser-moeda>.
- 84 KELLEY, D.; BURTON, C.; DI GIUSEPPE, F. et al. State of Wildfires 2024-2025. Prevention Web: 16 out. 2025. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/publication/documents-and-publications/state-wildfires-2024-2025#explore-further>.
- 85 BOURGOIN, C.; BEUCHLE, R.; BRANCO, A., et al. Extensive fire-driven degradation in 2024 marks worst Amazon forest disturbance in over two decades, EGUsphere [preprint], 2025. Disponível em: <https://egusphere.copernicus.org/preprints/2025/egusphere-2025-1823/>.



## REFERÊNCIAS

- 86 METRÓPOLES. Raízen foi responsável por queimada gravíssima em SP, diz Justiça. Brasília: Metrôpoles, 05 out. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/raizen-foi-responsavel-por-queimada-gravissima-em-sp-diz-justica>.
- 87 REPÓRTER BRASIL. Pantanal: maior concessionária de ferrovias recebe multa de R\$ 57 mi por incêndio. São Paulo: Repórter Brasil, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/08/pantanal-faisca-ferrovia-fogo-multa-ibama-rumo/>.
- 88 CAMPO GRANDE NEWS. Justiça Federal suspende multa de R\$ 50 milhões da Rumo por incêndio no Pantanal. Campo Grande: 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/justica-federal-suspende-multa-de-r-50-milhoes-da-rumo-por-incendio-no-pantanal>.
- 89 O ECO. Ibama multa Rumo em R\$ 15 milhões por poluir córrego no Pantanal. Rio de Janeiro: O Eco, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/ibama-multa-rumo-em-r-15-milhoes-por-poluir-corrego-no-pantanal/>.
- 90 CORREIO DO ESTADO. Ibama multa Rumo em R\$ 28 milhões por poluir biomas. Campo Grande: Correio do Estado, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/ibama-multa-rumo-em-r-28-milhoes-por-poluir-biomas/417325/>.
- 91 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). DivulgaCandContas – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Ranking de Doadores e Fornecedores – Eleição Geral Federal 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/consulta-individual/rank-doadores-fornecedores/2040602022/2022>.
- 92 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). DivulgaCandContas – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Receitas Candidato Arnaldo Jardim – Eleição Geral Federal 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/SP/2022802018/250000615223/2018/SP/prestacao/receitas>.
- 93 ESTADÃO. Empresário faz doação de R\$ 6,3 milhões a 50 candidatos nas eleições de 2018. São Paulo: Estadão, 22 set. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/em-presario-faz-doacao-de-r-6-3-mi-a-50-candidatos-nas-eleicoes-2018/>.
- 94 CNN BRASIL. Agro levará biocombustíveis e créditos de carbono à COP, diz Arnaldo Jardim. São Paulo: CNN Brasil, 15 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/agro-levara-biocombustiveis-e-creditos-de-carbono-a-cop-diz-arnaldo-jardim/>.
- 95 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova projeto dos combustíveis do futuro. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1043361-camara-aprova-projeto-dos-combustiveis-do-futuro>.
- 96 RELATÓRIO RESERVADO. Ometto já tem candidato para comandar a bancada ruralista. São Paulo: Relatório Reservado, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://relatorioreservado.com.br/noticias/ometto-ja-tem-candidato-para-comandar-a-bancada-ruralista/>.
- 97 AGÊNCIA INFRA. Incomodado, Tarcísio rebate insinuação de benefício ao grupo Cosan na renovação da Malha Paulista. Brasília: Agência Infra, 30 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciainfra.com/blog/incomodado-tarcisio-rebate-insinuacao-de-beneficio-ao-grupo-cosan-na-renovacao-da-malha-paulista/>.
- 98 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). DivulgaCandContas – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Receitas Candidato Tarcísio de Freitas – Eleição Geral Federal 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/SP/2040602022/250001615967/2022/SP/prestacao/receitas>.
- 99 BANCO MUNDIAL. Nature-Related Financial Risks in Brazil. Washington, DC: World Bank, ago. 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/105041629893776228/pdf/Nature-Related-Financial-Risks-in-Brazil.pdf>.
- 100 FORESTS AND FINANCE. Banking on Biodiversity Collapse: tracking the banks and investors driving tropical forest destruction. Full Report. [S.l.]: Forests & Finance, out. 2024. Disponível em: [https://forestsandfinance.org/wp-content/uploads/2024/10/BOBC\\_2024\\_FullReport\\_EN.pdf](https://forestsandfinance.org/wp-content/uploads/2024/10/BOBC_2024_FullReport_EN.pdf).
- 101 REPORTER BRASIL. Áudios revelam pressão para Itaú liberar R\$ 25 mi a um dos maiores desmatadores da Amazônia. São Paulo: Reporter Brasil, 05 out. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/audios-revelam-pressao-para-itaui-liberar-r-25-mi-a-um-dos-maiores-desmatadores-da-amazonia/>.
- 102 O JOIO E O TRIGO. Itaú e mercado financeiro aceitam como garantia terras sob suspeita de grilagem. São Paulo: O Joio e o Trigo, 18 set. 2023. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/09/itaui-terras-grilagem/>.
- 103 INFOAMAZONIA. Itaú destinou 1,5 bilhões de dólares para empresa que explora gás na Amazônia. [S.l.], 12 jun. 2024. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/06/12/itaui-destinou-15-bilhao-de-dolares-para-empresa-que-explora-gas-na-amazonia/>.





## REFERÊNCIAS

104 DE OLHO NOS RURALISTAS. Itaú nega conexão com empresários donos de fazendas em terras indígenas no MS. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 2 mai. 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/05/02/itau-nega-conexao-com-empresarios-donos-de-fazendas-em-terras-indigenas-no-ms/>.

105 OXFAM PARAGUAY. Informe Yvy Jara: los dueños de la tierra en Paraguay. Assunção: Oxfam PY, nov. 2016. Disponível em: [https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file\\_attachments/yvy\\_jara\\_informe\\_oxfamparaguay.pdf](https://d1tn3vj7xz9fdh.cloudfront.net/s3fs-public/file_attachments/yvy_jara_informe_oxfamparaguay.pdf).

106 MONEY TIMES. Itaúsa (ITSA4) está de olho no agronegócio para investimentos, diz CEO. São Paulo: Money Times, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/itau-sa-olha-para-agronegocio-em-futuros-investimentos-diz-ceo-rnda/>.

107 THE NATURE CONSERVANCY. Brazil Restoration & Bioeconomy Finance Coalition Launched to Mobilize \$10 Billion for Forest Conservation and Bioeconomy by 2030. Arlington, EUA: Nature Conservancy, 17 nov. 2024. Disponível em: <https://www.nature.org/en-us/newsroom/brb-finance-coalition-launches-10-billion-for-forest-conservation-and-bioeconomy-2030/>.

108 ITAÚ. Itaú Unibanco capta R\$ 1,4 bilhão com IFC e IDB Invest. São Paulo: 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/noticias/itau-unibanco-capta-r-14-bilhao-com-ifc-e-idb-invest/>.

109 AGFEED. Syngenta e Itaú BBA exportam sustentabilidade e levam programa Reverte ao Paraguai. São Paulo: AgFeed, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://agfeed.com.br/esg/syngenta-e-itau-bba-exportam-sustentabilidade-e-levam-programa-reverte-ao-paraguai/>.

110 LINKEDIN. Publicação sobre o programa Reverte, do Itaú e Syngenta. [S.l.]: LinkedIn, 24 out. 2025. Disponível em: [https://www.linkedin.com/posts/itau\\_o-brasil-tem-alto-potencial-para-expandir-activity-7387563264299220992-VL1D?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop&rcm=ACoAABGgfWsbYhux2K9pE3EeTFMCTYGz3259bw8](https://www.linkedin.com/posts/itau_o-brasil-tem-alto-potencial-para-expandir-activity-7387563264299220992-VL1D?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAABGgfWsbYhux2K9pE3EeTFMCTYGz3259bw8).

111 AMAZONIA VOX. COP30: com mais de vinte profissionais, cobertura do Amazonia Vox terá foco na perspectiva amazônica. [S.l.], 17 out. 2025. Disponível em: <https://www.amazoniavox.com/noticias/view/385/cop30-com-mais-de-vinte-profissionais-cobertura-do-amazonia-vox-tera-foco-na-perspectiva-amazonida>.

112 FUNDAÇÃO ITAÚ. Descomplicando a COP: Colabora lança série de vídeos com apoio da Fundação Itaú. São Paulo: Fundação Itaú, 5 set. 2025. Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/noticias/educacao/descomplicando-a-cop-colabora-lanca-serie-de-videos-com-apoio-da-fundacao-itau>.

113 CAPITAL RESET. Sai do custo, entra no lucro: a transição na agenda dos CEOs da Suzano, Natura e Itaú BBA. [S.l.], 14 ago. 2025. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/clima/cop/sai-do-custo-entra-no-lucro-a-transicao-na-agenda-dos-ceos-da-suzano-natura-e-itau-bba/>.

114 PORTAL DOS JORNALISTAS. ABRAJI lança curso gratuito sobre cobertura da COP30. [S.l.], 11 abr. 2025. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/abracji-lanca-curso-gratuito-sobre-cobertura-da-cop30/>.

115 MBC. Site institucional. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/>.

116 JOHANNPETER, J. G. Energia para crescer. São Paulo: Folha de S.Paulo, 22 jul. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2207200712.htm>.

117 PODER360. Carta aberta - Marco Legal para o Licenciamento Ambiental. [S.l.], 20 mai. 2025. Disponível em: [https://static.poder360.com.br/2025/05/CARTA\\_ABERTA\\_PL2159\\_21\\_finalv4.pdf](https://static.poder360.com.br/2025/05/CARTA_ABERTA_PL2159_21_finalv4.pdf).

118 COALIZÃO BR. PL do licenciamento ambiental deve refletir compromisso do Brasil com sustentabilidade, eficiência e segurança jurídica. São Paulo: mai. 2025. Disponível em: <https://coalizaobr.com.br/posicionamentos/pl-do-licenciamento-ambiental-deve-refletir-o-compromisso-do-brasil-com-a-sustentabilidade-a-eficiencia-e-a-seguranca-juridica/>.

119 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Transporte sustentável é foco de seminário preparatório para a COP 30. Brasília: Governo Federal, 12 mai. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/transporte-sustentavel-e-foco-de-seminario-preparatorio-para-a-cop-30>.

120 BRAZIL CLIMATE INVESTMENT WEEK. Site institucional. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://brazilclimateinvestmentweek.com/>.

121 CNN BRASIL. Grandes bancos e empresas lançam iniciativa para agenda climática global. São Paulo: CNN Brasil, 8 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/grandes-bancos-e-empresas-lancam-iniciativa-para-agenda-climatica-global/>.



## REFERÊNCIAS

- 122 GLOBO RURAL. Cubo Itaú dá espaço a startups na Amazônia. São Paulo: Globo Rural, 8 jul. 2025. Disponível em: <https://globo.rural.globo.com/inovacao/noticia/2025/07/cubo-itaú-da-espaco-a-startups-na-amazonia.ghtml>.
- 123 FORBES BRASIL. Cade aprova acordo entre Marfrig e BRF sem restrições. São Paulo: Forbes Agro, 5 set. 2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2025/09/cade-aprova-acordo-entre-marfrig-e-brf-sem-restricoes/>.
- 124 O GLOBO / BELA MEGALE. O encontro entre Tarcísio e Gilmar Mendes na véspera do 7 de setembro. Rio de Janeiro: O Globo, 8 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2025/09/o-encontro-entre-tarcisio-e-gilmar-mendes-na-vespera-do-7-de-setembro.ghtml>.
- 125 VALOR ECONÔMICO. Lira defende autonomia do Legislativo em jantar com empresários em São Paulo. São Paulo: Valor, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/03/05/lira-defende-autonomia-do-legislativo-em-jantar-com-empresarios-em-so-paulo.ghtml>.
- 126 WORLD ANIMAL PROTECTION. Court confirms World Animal Protection's right to protest against JBS. York: WAP, 8 set. 2025. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org/latest/news/wap-win-against-jbs-court-case/>.
- 127 JBS MEDIA ROOM. SBCOP: força-tarefa global debate transformação dos sistemas alimentares na NY Climate Week. São Paulo: 25 set. 2025. Disponível em: <https://mediaroom.jbs.com.br/noticia/sbcop-forca-tarefa-global-debate-transformacao-dos-sistemas-alimentares-na-ny-climate-week>.
- 128 FOLHA DE S.PAULO. Espaço Folha fará cobertura da COP30 em tempo real, direto de Belém. São Paulo: Folha de S.Paulo, 12 abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/04/espaco-folha-fara-cobertura-da-cop30-em-tempo-real-direto-de-belem.shtml>.
- 129 O GLOBO. COP30 Amazônia: veja como foi o debate sobre como a bioeconomia pode ajudar a preservação de florestas. Rio de Janeiro: O Globo, 30 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/09/30/cop30-amazonia-seminario-debate-hoje-como-a-bioeconomia-pode-ajudar-na-preservacao-de-florestas.ghtml>.
- 130 UM SÓ PLANETA. Site institucional. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/>.
- 131 CAPITAL RESET. Cobertura COP. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/clima/cop/>.
- 132 O GLOBO. Fórum Futuro do Agro. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/projetos/forumdoagro/>.
- 133 ESTADÃO SUMMITS. ESG. São Paulo: Estadão, s.d. Disponível em: <https://summits.estadao.com.br/esg/>.
- 134 MARFRIG. Marfrig Verde +. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/marfrig-verde-mais>.
- 135 REPORTER BRASIL. Infamous Connections: the relationship between the French financial system and deforestation in Brazil. São Paulo: Reporter Brasil, nov. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/221126-Monitor-Bancos-Franceses-EN-08.pdf>.
- 136 ARAPYAU. Soluções em Clima e Natureza do Brasil. São Paulo, jun. 2025. Disponível em: [https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Solucoes\\_CLIMANATURE\\_ZA\\_PT\\_AF\\_WEB-1\\_compressed.pdf](https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Solucoes_CLIMANATURE_ZA_PT_AF_WEB-1_compressed.pdf).
- 137 MARFRIG. Governança corporativa: diretoria, conselhos e comitês. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/diretoria-conselhos-e-comites/>.
- 138 NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Marfrig reforça compromissos ESG durante a COP26. [S.l.], 4 nov. 2021. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/carnes/301704-marfrig-reforca-compromissos-esg-durante-a-cop-26.html>.
- 139 CAPITAL RESET. Marfrig traz ex-Greenpeace para sustentabilidade e quer descolar de desmatamento. [S.l.], 23 jun. 2020. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/agronegocio/marfrig-traz-ex-greenpeace-para-sustentabilidade-e-quer-descolar-de-desmatamento/>.
- 140 CHATHAM HOUSE. Transforming food systems for a sustainable future. Londres: Chatham House, 24 mai. 2023. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/events/all/members-event/transforming-food-systems-sustainable-future>.
- 141 CHATHAM HOUSE. Climate and Energy Summit 2025. Londres: Chatham House, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/events/all/conference/climate-and-energy-summit-2025>.



## REFERÊNCIAS

- 142 CHATHAM HOUSE. Corporate Membership. Londres: s.d. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/become-member/corporate-membership/corporate-members>.
- 143 ESTADÃO. IFC ajudará empresa a ampliar robustez de indicadores de restauro florestal. São Paulo: Estadão, 23 dez 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/coluna-do-broad/ifc-ajudara-empresa-a-ampliar-robustez-de-indicadores-de-restauro-florestal/>.
- 144 MIGHTY EARTH. Rapid Response Report #1 [Cattle]: Monitoring deforestation in Brazil supply chains. Washington, DC: Mighty Earth, dez. 2023. Disponível em: [https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/2023/12/RR\\_Report1\\_VE\\_Mighty\\_8DE\\_C2023.pdf](https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/2023/12/RR_Report1_VE_Mighty_8DE_C2023.pdf).
- 145 MIGHTY EARTH. Rapid Response Report #3 [Cattle]: Monitoring deforestation in Brazil supply chains. Washington, DC: Mighty Earth, sep. 2024. Disponível em: [https://mightyearth.org/wp-content/uploads/2024/08/RapidResponse3EngHD\\_set.pdf](https://mightyearth.org/wp-content/uploads/2024/08/RapidResponse3EngHD_set.pdf).
- 146 G1 / FANTÁSTICO. Agente laranja: pecuarista desmata o Pantanal com substância altamente tóxica. Rio de Janeiro: G1, 14 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/04/14/agente-laranja-pecuarista-desmata-o-pantanal-com-substancia-altamente-toxica.ghtml>.
- 147 DE OLHO NOS RURALISTAS. Agrogolpistas: desmatador histórico do Pantanal financiou bloqueios golpistas em rodovias. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2025/07/03/agrogolpistas-pantanal/>.
- 148 O JOIO E O TRIGO. Fornecedor da Nestlé usou carne de gado criado ilegalmente em terra indígena. São Paulo: O Joio e o Trigo, 22 set. 2022. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/09/fornecedor-da-nestle-usou-carne-de-gado-criado-ilegalmente-em-terra-indigena/>.
- 149 REPORTER BRASIL. O ‘boi pirata’ criado em terra indígena e a conexão com os frigoríficos Marfrig, Frigol e Mercúrio. São Paulo: Reporter Brasil, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/boi-pirata-criado-em-terra-indigena-e-a-conexao-com-frigorificos-marfrig-frigol-mercurio/>.
- 150 GREENPEACE. BID nega empréstimo milionário a Marfrig por risco ambiental. São Paulo: Greenpeace Brasil, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/bid-nega-emprestimo-milionario-a-marfrig-por-risco-ambiental/>.
- 151 O ECO. Banco francês é processado por financiar frigorífico brasileiro ligado ao desmatamento ilegal. Rio de Janeiro: O Eco, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/banco-frances-e-processado-por-financiar-frigorifico-brasileiro-ligado-ao-desmatamento-ilegal/>.
- 152 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Cadastro Técnico Federal – Consulta de Autuações Ambientais e Embargos. Brasília: Ibama, s.d. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/ar easembargadas/>.
- 153 HYDRO. Nossa abordagem de sustentabilidade. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://www.hydro.com/br/global/sustentabilidade/nossa-abordagem/>.
- 154 INFOMONEY. Gigante do alumínio Hydro investe R\$ 1,6 bilhão para reduzir emissões em um terço. São Paulo: Infomoney, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/gigante-do-aluminio-hydro-investe-r-16-bilhao-para-reduzir-emissoes-em-um-terco/>.
- 155 HYDRO. Hydro realiza o maior investimento em ações voltadas para clima e meio ambiente da indústria do alumínio no Brasil. Rio de Janeiro: Hydro, 2 jul. 2024. Disponível em: <https://www.hydro.com/br/br/imprensa/noticias/2024/hydro-realiza-o-maior-investimento-em-acoes-voltadas-para-clima-e-meio-ambiente-da-industria-do-aluminio-no-brasil/>.
- 156 SEMANA DO CLIMA AMAZÔNIA. Site oficial. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://semanadoclimaamazonia.com.br/>.
- 157 REVISTA ALUMÍNIO. Hydro antecipa debates da COP 30 na Semana do Clima da Amazônia. São Paulo: Revista Alumínio, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://revistaaluminio.com.br/hydro-antecipa-debates-da-cop-30-na-semana-do-clima-da-amazonia/>.
- 158 LINKEDIN. Publicação de Anderson Baranov. [S.l.], ago. 2025. Disponível em: [https://www.linkedin.com/posts/andersonbaranov\\_conferenciaethos-cop30-mudanaexaclimaerticas-activity-7360640699198779392-P302/](https://www.linkedin.com/posts/andersonbaranov_conferenciaethos-cop30-mudanaexaclimaerticas-activity-7360640699198779392-P302/).
- 159 LINKEDIN. Publicação de Anderson Baranov. [S.l.], ago. 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:7367274453937848321/>.
- 160 HYDRO. Hydro e Governo do Pará inauguram Usina da Paz, em Moju, levando cidadania e oportunidades para a comunidade. Rio de Janeiro: Hydro, 1 set. 2025. Disponível em: <https://www.hydro.com/br/br/imprensa/noticias/2025/hydro-e-governo-do-para-inauguram-usina-da-paz-em-moju-levando-cidadania-e-oportunidades-para-a-comunidade/>.





## REFERÊNCIAS

- 161 SIQUEIRA, C. E.; VEIGA, E. Governança Climática e o Executivo Estadual Amazônico: o caso da mineradora Norsk Hydro no Pará. *Ambiente & Sociedade*, v. 28, p. e00174, 2025. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/393549897\\_Governanca\\_Climatica\\_e\\_o\\_Executivo\\_Estadual\\_Amazonico\\_o\\_caso\\_da\\_mineradora\\_Norsk\\_Hydro\\_no\\_Para](https://www.researchgate.net/publication/393549897_Governanca_Climatica_e_o_Executivo_Estadual_Amazonico_o_caso_da_mineradora_Norsk_Hydro_no_Para).
- 162 HYDRO. Hydro exalta o orgulho de ser paraense em nova campanha publicitária. Rio de Janeiro: Hydro, 14 set. 2025. Disponível em: <https://www.hydro.com.br/br/imprensa/noticias/2025/hydro-exalta-o-orgulho-de-ser-paraense-em-nova-campanha-publicitaria/>.
- 163 HYDRO. Hydro lança websérie Expressões do Pará para celebrar a cultura do estado. Rio de Janeiro: Hydro, 6 out. 2025. Disponível em: <https://www.hydro.com.br/br/imprensa/noticias/2025/hydro-lanca-webserie-expressoes-do-para-para-celebrar-a-cultura-do-estado/>.
- 164 HYDRO. Hydro em parceria com a Aberje promove qualificação de comunicadores para a COP30 através da Expedição Amazônia. Rio de Janeiro: Hydro, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.hydro.com.br/br/imprensa/noticias/2025/hydro-em-parceria-com-a-aberje-promove-qualificacao-de-comunicadores-para-a-cop30-atraves-da-expedicao-amazonia/>.
- 165 CNN BRASIL / BRANDED CONTENT. Brasil debate regulação climática rumo à COP30. Rio de Janeiro: Hydro, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/branded-content/nacional/brasil-debate-regulacao-climatica-rumo-a-cop30/>.
- 166 CNN BRASIL. COP-30. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/cop-30/>.
- 167 SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Casa Brasil. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://lets.4.events/casa-brasil-C24862E7>.
- 168 O LIBERAL. COP 30. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cop-30>.
- 169 JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PARAGOMINAS-PA. Decisão. Mandado de Segurança Cível. Processo nº 1001870-43.2025.4.01.3906. Paragominas: TRF1, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/10/decisao-paragominas-multa-e-embargo.pdf>.
- 170 JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ. Empresa norueguesa é condenada pela Justiça Federal a pagar R\$ 100 milhões por desastre ambiental. Belém: TRF1, 10 jul. 2024. Disponível em: <https://www.trf1.jus.br/sjpa/noticias/empresa-norueguesa-e-condenada-pela-justica-federal-a-pagar-r-100-milhoes-por-desastre-ambiental>.
- 171 INTERCEPT BRASIL. Doenças, sequelas e morte: como gigante do alumínio foi parar na justiça holandesa por contaminação no Pará. São Paulo: Intercept Brasil, 21 out. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/10/21/norsk-hydro-aluminio-contaminacao-bacarena-para/>.
- 172 G1 / PA. Tribunal da Holanda vai julgar a mineradora norueguesa Hydro por impactos ambientais no Pará. Belém: G1, 31 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/05/31/tribunal-da-holanda-vai-julgar-a-mineradora-norueguesa-hydro-por-impactos-ambientais-no-para.ghtml>.
- 173 OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Extração de minerais críticos gera violações de direitos humanos e ações judiciais que colocam em risco a transição energética. Brasília: 26 ago. 2025. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/extrao-de-minerais-criticos-gera-violacoes-de-direitos-humanos-e-acoes-judiciais-que-colocam-em-risco-a-transicao-energetica/>.
- 174 MOVIMENTO INDÍGENA, RIBEIRINHO E QUILOMBOLA DO VALE DO ACARÁ (IRQ). Manifesto contra o massacre promovido pela mineradora Norsk Hydro, com o apoio do governador Helder Barbalho, no Vale do Acará, Amazônia paraense. [S.l.], 16 set. 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1o0KPNTbqOeq2KI2s3kQSLARIJeYtcPaq/view>.
- 175 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Instrumento (Agravos/Razões/Recurso/ATOS FINALÍSTICOS/Movimento) nº 95/2024 (PRM-PARAGOMINAS-MANIFESTAÇÃO-95/2024). Processo nº 1040118-33.2024.4.01.3900 (1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Pará). Belém: MPF, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://apps.mpf.mp.br/aplusmpf/protected/download/recuperarIntegraUnico?modulo=0&sistema=portal&etiqueta=PRM-PARAGOMINAS-MANIFESTA%C3%87%C3%830-95%2F2024>.
- 176 GOVERNO DO PARÁ. No Canadá, SEMAS representa o Pará em evento sobre mineração sustentável. Belém: Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, 1 mar. 2025. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2025/03/01/no-canada-semas-representa-o-para-em-evento-sobre-mineracao-sustentavel/>.



## REFERÊNCIAS

- 177 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica. 29.ago.2001. Relator Deputado Sérgio Carvalho. Disponível em: <https://arisp.files.wordpress.com/2009/10/33421741-relatorio-final-cpi-terras-amazonas-grilagem.pdf>.
- 178 SUZANO. Relatório de Sustentabilidade – Resumo Estratégico 2024. São Paulo: [s.d.]. Disponível em: [https://s201.g4cdn.com/761980458/files/doc\\_downloads/sustainability\\_reports/2025/05/Suzano\\_RSust2024-ResumoEstrategico.pdf](https://s201.g4cdn.com/761980458/files/doc_downloads/sustainability_reports/2025/05/Suzano_RSust2024-ResumoEstrategico.pdf).
- 179 PORTAL CELULOSE. Suzano conclui aquisição de 70 mil hectares de terras em MS por R\$ 2,1 bilhões. São Paulo: Nexum Group, 8 ago. 2024. Disponível em: <https://portalcelulose.com.br/suzano-conclui-aquisicao-de-70-mil-hectares-de-terras-em-ms-por-r-22-bilhoes/>.
- 180 CAPITAL RESET. Fundo florestal do BTG capta com Singapura e chega a US\$ 672 milhões. São Paulo: Reset, 28 out. 2025. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/amazonia/reflor-estamento/fundo-florestal-do-btg-capta-com-fundo-de-singapura-e-chega-a-us-672-milhoes/>.
- 181 DE OLHO NOS RURALISTAS. Os Gigantes: em Ribas do Rio Pardo (MS), Suzano participa até do ordenamento territorial. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 2 out. 2024. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2024/10/02/o-s-gigantes-em-ribas-do-rio-pardo-ms-suzano-participa-ate-do-ordenamento-territorial/>.
- 182 SUZANO. Suzano e IFC firmam acordo para conectar 35 mil hectares de vegetação nativa no Cerrado. São Paulo: 7 dez. 2024. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-e-ifc-firmam-acordo-para-conectar-35-mil-hectares-de-vegetacao-nativa-no-cerrado>.
- 183 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). BNDES aprova R\$ 250 milhões para a Suzano restaurar 24 mil hectares de Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia. Brasília: Agência BNDES de Notícias, 10 out. 2025. Disponível em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/socioambiental/BNDES-aprova-R\\$-250-milhoes-para-a-Suzano-restaurar-24-mil-hectares-de-Cerrado-Mata-Atlantica-e-Amazonia/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/socioambiental/BNDES-aprova-R$-250-milhoes-para-a-Suzano-restaurar-24-mil-hectares-de-Cerrado-Mata-Atlantica-e-Amazonia/).
- 184 BRB FINANCE COALITION. About us. [S.l.]: BRB Finance Coalition, s.d. Disponível em: <https://brbfc.org/about-us/>.
- 185 SB COP30. Sponsors & partners. [S.l.]: SB COP30, 2025. Disponível em: <https://sbcop30.com/sbcop-sponsors-partners>.
- 186 VALOR ECONÔMICO. Exclusivo: Maria Luiza Paiva, vice-presidente de sustentabilidade da Vale, pede demissão, dizem fontes. São Paulo: Valor Econômico, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/12/11/exclusivo-maria-luiza-paiva-vice-presidente-de-sustentabilidade-da-vale-pede-demissao-dizem-fontes.ghtml>.
- 187 SUZANO. COP30: tudo o que você precisa saber sobre a conferência do clima. São Paulo: 13 out. 2025. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/blog-posts/cop-o-que-quem-participa-e-importancia>.
- 188 Ibid.
- 189 INSTITUTO BRASILEIRO DE ÁRVORES (IBÁ). O setor chega a Belém para a COP30. São Paulo: Ibá, 29 out. 2025. Disponível em: <https://iba.org/comunicacao/sala-de-imprensa/o-setor-chega-a-belem-para-a-cop30/>.
- 190 SÉCULO DIÁRIO. Hartung recorre à ‘maquiagem’ para regularizar incentivos fiscais questionados no Supremo. Vitória: 4 jul. 2016. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/justiaa/hartung-recorre-a-maquiagem-para-regularizar-incentivos-fiscais-questionados-no-supremo/>.
- 191 ES HOJE. Fusão entre a Suzano e a Fibria garantem manutenção de investimentos no Estado. Vitória: ES Hoje, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://eshoje.com.br/economia/2018/03/fusao-entre-a-suzano-e-a-fibria-garantem-manutencao-de-investimentos-no-espirito-santo/>.
- 192 INSTITUTO BRASILEIRO DE ÁRVORES (IBÁ). Novas raízes: escolhas do futuro. São Paulo: Ibá, 29 set. 2025. Disponível em: <https://iba.org/comunicacao/iba-na-midia/novas-raizes-escolhas-do-futuro/>.
- 193 SEMANA DO CLIMA AMAZÔNIA. Site oficial. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://semanadoclimaamazonia.com.br/>.
- 194 FORESTS AND FINANCE. Banking on Biodiversity Collapse: tracking the banks and investors driving tropical forest destruction. Full Report. [S.l.]: Forests & Finance, out. 2024. Disponível em: [https://forestsandfinance.org/wp-content/uploads/2024/10/BOBC\\_2024\\_FullReport\\_EN.pdf](https://forestsandfinance.org/wp-content/uploads/2024/10/BOBC_2024_FullReport_EN.pdf).
- 195 DEUTSCHE WELLE. Vista como sustentável, Suzano acumula denúncias ambientais. Bonn: 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/vista-como-sustentavel-suzano-acumula-denuncias-ambientais/a-66004188>.



## REFERÊNCIAS

- 196 JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS (BA). Vara Federal Cível e Criminal. Ação Civil Coletiva nº 1004075-15.2024.4.01.3313. Petição Inicial. Última distribuição: 6 jun. 2024. Disponível em: [https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/11/10040751520244013313\\_2131032519\\_PeticaoInicial.pdf](https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/11/10040751520244013313_2131032519_PeticaoInicial.pdf).
- 197 JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS (BA). Vara Federal Cível e Criminal. Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela. Inquérito Civil nº 1.14.013.000006/2023-91. Última distribuição: 3 abr. 2024. Disponível em: [https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/11/10022235320244013313\\_2113938660\\_Inicial.pdf](https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/11/10022235320244013313_2113938660_Inicial.pdf).
- 198 ICL NOTÍCIAS. Suzano e Veracel barram chegada de eletricidade em comunidades quilombolas na Bahia. São Paulo: ICL, 19 abr. 2025. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/suzano-veracel-energia-quilombolas-bahia/>.
- 199 JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO. Sentença. Reintegração / Manutenção de Posse nº 5002735-75.2025.4.02.5003/ES. Última distribuição: 9 jul. 2025. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/11/SENTENCA-SUZANO-ES.pdf>.
- 200 SÉCULO DIÁRIO. MPF e Incra pedem titulação imediata de terras quilombolas. Vitória: Século Diário, 22 out. 2025. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/mpf-e-incra-pedem-titulacao-imediata-de-terras-quilombolas-em-posse-da-suzano/>.
- 201 JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IMPERATRIZ (MA). Ação Civil Pública nº 1009225-40.2025.4.01.3701. Última distribuição: 16 jul. 2025. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2025/11/MARANHAO-1009225-40.2025.4.01.3701.pdf>.
- 202 REPÓRTER BRASIL. ‘A gente vai sangrar’: as 700 famílias sob ameaça de despejo pela Suzano no MA. São Paulo: Repórter Brasil, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/07/700-familias-ameaca-despejo-suzano/>.
- 203 VALE. Álbum de figurinhas promove educação ambiental para crianças de Belém. Rio de Janeiro: Vale, 2025. Disponível em: <https://vale.com/pt/album-de-figurinhas-promove-educacao-ambiental-para-criancas-de-belem>.
- 204 DIÁRIO DO PARÁ. Álbum da Vale sobre árvores do mundo é lançado em Belém. Belém: Diário do Pará, 16 jun. 2025. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/belem/album-da-vale-sobre-arvores-do-mundo-e-lancado-em-belem/>.
- 205 VALE. Gaby Amarantos e Bob Wolfenson estrelam série inspiradora sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: Vale, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://diariodopara.com.br/belem/album-da-vale-sobre-arvores-do-mundo-e-lancado-em-belem/>.
- 206 MEIO E MENSAGEM. Amazônia Live estreia com patrocínio master da Vale. São Paulo: 17 set. 2025. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/marketing/amazonia-live-estreia-com-patrocínio-master-da-vale>.
- 207 CAPITAL RESET. COP30: Por que a Vale bancou a infraestrutura do evento em Belém? São Paulo: Capital Reset, 27 out. 2025. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br/clima/cop/cop30-por-que-a-vale-bancou-a-infraestrutura-do-evento-em-belem/>.
- 208 VALE. Transformação e impacto: Fundo Vale divulga seu relatório de performance de 2024. Rio de Janeiro: Vale, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www.fundovale.org/noticia/transformacao-e-impacto-fundo-vale-divulga-seu-relatorio-de-performance-de-2024/>.
- 209 VALE. Governo do Pará e Vale firmam parceria para fortalecer ações de segurança pública no Estado. Rio de Janeiro: Vale, 18 set. 2019. Disponível em: <https://vale.com/pt/w/governo-do-par%C3%A1-e-vale-firmam-parceria-para-fortalecer-a%C3%A7%C3%B5es-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-no-estado>.
- 210 VALE. Relato Integrado 2024. Rio de Janeiro: Vale, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.fundovale.org/noticia/transformacao-e-impacto-fundo-vale-divulga-seu-relatorio-de-performance-de-2024/>.
- 211 Ibidem.
- 212 VALOR ECONÔMICO. Mineração vê COP30 como ‘oportunidade’. São Paulo: Valor Econômico, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/cop30-amazonia/noticia/2025/08/11/mineracao-ve-cop30-como-oportunidade.ghtml>.
- 213 INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias 2025. Disponível em: <https://amazoniaenovaseconomias.com.br/>.
- 214 OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Buscando mudar imagem do setor na COP 30, Ibram promete salvação climática e redução de emissões com Amazônia no centro da mineração global. Brasília: 29 out. 2025. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/descolado-da-realidade-ibram-promete-salvacao-climatica-e-reducao-de-emissoes-com-amazonia-no-centro-da-mineracao-global/>.





## REFERÊNCIAS

215 FUNDO VALE. Fundo Vale oferece curso de capacitação sobre Amazônia, Bioeconomia e COP para jornalistas. Rio de Janeiro: 17 dez. 2024. Disponível em: <https://www.fundovale.org/noticia/fundo-vale-oferece-curso-de-capacitacao-sobre-amazonia-bioeconomia-e-cop-para-jornalistas/>.

216 SILVA, D. R.; LIMA, F. P.; CARDOSO, S. N. S. Novos tons de verde: lógicas contemporâneas de greenwashing a partir da mineração. Estudos em Comunicação nº39, Edição Especial, vol. 1, 94-108. Dez. 2024. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/ec/article/view/1545/1059>.

217 SANTINI, M.; SALLES, D.; SANTOS, M.; *et al.* Greenwashing na transição energética: Como anúncios no LinkedIn distorcem o debate climático e legitimam práticas insustentáveis. Rio de Janeiro: NetLab – Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicado em 16 de outubro de 2025.

218 BRITO, A. C. F. M.; DIAS, S. L. F. G.; ZARO, E. S. Relatório corporativo socioambiental e greenwashing: análise de uma empresa mineradora brasileira. Cad. EBAPE.BR, v. 20, nº 2, Rio de Janeiro, Mar./Abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Lw3bTd37fT97VmyNS3d8BRQ/?format=pdf&lang=pt>.

219 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Propaganda ilegal: Fundação Renova e mineradoras são condenadas a pagar R\$ 56 milhões por danos materiais e morais. Belo Horizonte: 6 ago. 2024. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/propaganda-ilegal-fundacao-renova-e-mineradoras-sao-condenadas-a-pagar-r-56-milhoes-por-danos-materiais-e-morais>.

220 VALE. Resultado financeiro 2T25: Vale apresenta desempenho operacional superior em todos os negócios, com produção em alta e custos em queda. Rio de Janeiro: 31 jul. 2025. Disponível em <https://vale.com/pt/w/resultado-financeiro-2t25-vale-apresenta-desempenho-operacional-superior-em-todos-os-negocios-com-producao-em-alta-e-custos-em-queda>.





DE OLHO  
NOS RURALISTAS  
Observatório do agronegócio no Brasil



FASE  
[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)